

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

SUELY APARECIDA ALBERTO MELO

**GESTÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NO
CONTEXTO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS DE MINAS GERAIS**

**FRANCA/SP
2025**

SUELY APARECIDA ALBERTO MELO

**GESTÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NO
CONTEXTO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS DE MINAS GERAIS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito para a titulação de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social – Trabalho e Sociedade. Linha de pesquisa: Serviço Social: Formação e Trabalho Profissional.

Orientadora: Profa. Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

**FRANCA/SP
2025**

M528g

Melo, Suely Aparecida Alberto

Gestão do estágio supervisionado em serviço social no contexto das
Universidades Públicas Federais de Minas Gerais / Suely Aparecida
Alberto Melo. -- Franca, 2025

136 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca

Orientador: Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

1. Serviço Social. 2. Estágio supervisionado. 3. Gestão do estágio.
4. Formação profissional. I. Título.

SUELY APARECIDA ALBERTO MELO

**GESTÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NO
CONTEXTO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS DE MINAS GERAIS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social – Trabalho e Sociedade. Linha de pesquisa: Serviço Social: Formação e Trabalho Profissional.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Prof^a. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

1º Examinadora: _____
Profa. Dra. Maria José de Oliveira Lima
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

2º Examinadora: _____
Profa. Dra. Leslieane Caputi
Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Franca, 22 de setembro de 2025.

“Quando nada mais parece dar certo, vou ver o cortador de pedras martelando sua rocha talvez cem vezes, sem que uma única rachadura apareça. Mas na centésima primeira martelada a pedra se abre em duas, e eu sei que não foi aquela a que conseguiu, mas todas as que vieram antes” (Jacob Riis).

Dedico a todas as pessoas que vieram antes e a todas que estão por vir na luta por uma formação profissional de qualidade!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que, de forma direta ou indireta, fizeram parte da minha trajetória ou contribuíram com ela. Esta caminhada não diz respeito apenas à minha pesquisa, ao meu esforço ou à minha realização pessoal. O empenho individual tem, sim, seu valor em qualquer processo, mas por si só, não é suficiente para construir nada.

Somos atravessados por ajudas silenciosas que se manifestam de diferentes formas: na paciência de uns, nas críticas necessárias de outros, no companheirismo de alguns, no aconchego da família, no acolhimento fraterno nos momentos de maior fragilidade, nas palavras de incentivo quando desanimamos, e na conexão espiritual com algo maior, quando nos sentimos sem forças.

Para além dessas conexões que nos sustentam e fortalecem, agradeço...

À professora Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira, pelo aceite em ser minha orientadora, pelos conhecimentos compartilhados, pelas contribuições oferecidas ao longo do mestrado e por finalizar este processo comigo.

Às professoras Maria José de Oliveira Lima e Leslieane Caputi, pelas valiosas contribuições durante a banca de qualificação e pelo aceite em compor a banca de defesa.

Às assistentes sociais gestoras de estágio, que tornaram esta pesquisa possível ao cederem suas entrevistas. Agradeço por disponibilizarem seu tempo para colaborar com a produção de conhecimento e com a reflexão crítica sobre uma temática tão relevante para a formação de assistentes sociais.

Às/Aos professoras/es que ministraram disciplinas no Programa de Pós-Graduação da Unesp, por compartilharem seus conhecimentos; e às/aos colegas da pós-graduação, que proporcionaram riquíssimos momentos de reflexão, discussão e troca de experiências — agradeço por todo o aprendizado coletivo.

À professora Leslieane Caputi, uma referência profissional e humana. Minha primeira

coordenadora de estágio, com quem aprendi sobre o compromisso com que o estágio deve ser tratado na formação profissional, e que me incentivou tanto a realizar o mestrado quanto a escolher este objeto de estudo.

Às professoras que já coordenaram o Núcleo de Estágio em Serviço Social da UFTM — Rita de Cássia Lopes de Oliveira Mendes, Regina Maura Resende, Edna Aparecida de Carvalho Pacheco e Claudia Helena Julião — pelo companheirismo e respeito. Às/Aos estudantes, estagiárias/os, supervisoras/es de campo e acadêmicas/aos que cruzaram minha trajetória e, de alguma forma, contribuíram para meu aprimoramento profissional, despertando-me para as principais questões que desafiam a formação em Serviço Social.

Ao coletivo do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), e em especial à equipe do Núcleo de Estágio em Serviço Social (NESS), pelo apoio fundamental para a realização desta capacitação.

*Água, que escuta em silêncio,
que lava as feridas do mundo,
que corre entre margens partidas
e encontra caminhos fecundos.*

*Terra, que acolhe os passos,
que firma o chão da esperança,
que sustenta os corpos cansados
com força, memória e dança.*

*Fogo, que arde em denúncia,
que inflama a palavra e o olhar,
que queima o medo e a inércia,
pra outro futuro forjar.*

*Ar, que sopra ideias e sonhos,
que voa por sobre as fronteiras,
que junta saberes dispersos
em novas maneiras inteiras.*

*Há luta, há afeto, há ciência,
há vida pulsando nos corpos.*

(Autor desconhecido)

MELO, Suely Aparecida Alberto. **Gestão do estágio supervisionado em Serviço Social no contexto das Universidades Públicas Federais de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2025.

RESUMO

Esta pesquisa tem como eixo temático a formação profissional em Serviço Social, com ênfase no estágio supervisionado, cujo objeto de estudo constitui-se na gestão do estágio supervisionado nos cursos de graduação em Serviço Social nas Universidades Públicas Federais do estado de Minas Gerais. O objetivo geral é analisar os desafios, estratégias e possibilidades ético-políticas da gestão do estágio supervisionado. Como objetivos específicos, buscou-se conhecer a estrutura dos cursos no que se refere à política de estágio; desvelar os principais desafios enfrentados nessa gestão; e identificar as estratégias e possibilidades ético-políticas adotadas pelos cursos. Para a realização do estudo, foram utilizados procedimentos de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com aplicação de entrevistas semiestruturadas. A análise dos dados seguiu uma abordagem qualitativa, por permitir uma apreensão mais aprofundada das experiências relatadas, interpretando-as à luz do referencial teórico adotado. Os participantes da pesquisa foram as/os gestoras/es de estágio dos cursos selecionados. A investigação possibilitou aprofundar a compreensão sobre como os princípios ético-políticos do Serviço Social são incorporados, tensionados e materializados no cotidiano do estágio, ressaltando a importância de uma gestão que dialogue com os valores da profissão e com os desafios sociais contemporâneos. A gestão do estágio supervisionado revela uma tensão constante entre as normatizações formais que regem o processo e as demandas concretas vivenciadas pelas/os estudantes e pelas instituições concedentes. Essa mediação entre estrutura e práxis constitui um desafio central para a gestão do estágio, que deve conciliar as exigências legais, curriculares e institucionais com as realidades sociais, políticas e econômicas enfrentadas no cotidiano formativo. Constatou-se que a Política Nacional de Estágio, formulada em 2009, permanece atual frente às demandas da formação profissional. No entanto, sua implementação enfrenta dilemas, contradições e desafios que exigem constante problematização. A gestão do estágio supervisionado revela-se, assim, como um espaço dinâmico e estratégico de articulação entre o projeto profissional e as complexas realidades acadêmicas e institucionais. Novas respostas e estratégias deverão emergir de reflexões coletivas que envolvam toda a categoria, pois não será por meio de posicionamentos isolados que se enfrentarão os impasses da formação e do trabalho profissional. Conclui-se que o fortalecimento de uma gestão democrática, participativa e ética do estágio é essencial para fortalecer a profissão e consolidar o projeto ético-político do Serviço Social.

Palavras-chave: Serviço Social. Estágio supervisionado. Gestão do estágio. Formação profissional.

MELO, Suely Aparecida Alberto. **Management of Supervised Internship in Social Work in the Context of Federal Public Universities in Minas Gerais**. Dissertation (Master's Degree in Social Work) – Faculty of Human and Social Sciences, São Paulo State University “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2025.

ABSTRACT

This research focuses on professional education in Social Work, with an emphasis on supervised internships. Its object of study is the management of supervised internships in undergraduate Social Work programs at Federal Public Universities in the state of Minas Gerais, Brazil. The general objective is to analyze the ethical-political challenges, strategies, and possibilities involved in the management of supervised internships. The specific objectives are to examine the structure of academic programs with regard to internship policies; to uncover the main challenges faced in internship management; and to identify the ethical-political strategies and possibilities adopted by the programs.

The study employed bibliographic, documentary, and field research procedures, including the use of semi-structured interviews. Data analysis followed a qualitative approach, as it allows for a deeper understanding of the reported experiences, interpreted in light of the adopted theoretical framework. The research participants were internship coordinators from the selected programs. The investigation made it possible to deepen the understanding of how the ethical-political principles of Social Work are incorporated, challenged, and materialized in the daily routine of internships, highlighting the importance of a management approach that engages with the profession's values and the contemporary social challenges. Internship management reveals a constant tension between the formal regulations that govern the process and the concrete demands experienced by students and host institutions. This mediation between structure and praxis constitutes a central challenge for internship management, which must reconcile legal, curricular, and institutional requirements with the social, political, and economic realities faced in educational settings. It was found that the National Internship Policy, formulated in 2009, remains relevant in light of the demands of professional education. However, its implementation faces dilemmas, contradictions, and challenges that require ongoing critical reflection. Supervised internship management thus emerges as a dynamic and strategic space for articulating the professional project with the complex academic and institutional realities. New responses and strategies must arise from collective reflections involving the entire professional community, as isolated positions will not suffice to address the challenges of education and professional practice. The study concludes that strengthening democratic, participatory, and ethical internship management is essential to reinforce the profession and consolidate the ethical-political project of Social Work.

Keywords: Social Work. Supervised internship. Internship management. Professional education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Cursos de graduação em Serviço Social (bacharelado), gratuitos, presenciais e a distância, em atividade	70
Quadro 2	Cursos de graduação em Serviço Social (bacharelado), não gratuitos, presenciais e a distância, em atividade	72
Quadro 3	Dados dos cursos de Serviço Social presenciais das universidades públicas pesquisadas	81

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Escolas em Serviço Social
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CES-CL	Centro de Ensino Superior de Conselheiro Lafaiete
CESEP	Centro Superior de Ensino e Pesquisa de Machado
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
COE	Comissão de Estágio
CONEXÃO	Faculdade Conexão
COVID-19	Coronavirus disease 2019
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DOCTUM	Faculdades Doctum de Caratinga
EAD	Ensino à distância
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
e-MEC	Sistema de Regulação do Ensino Superior
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENESSO	Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
ENIAC	Centro Universitário de Excelência Eniac
ERE	Ensino Remoto Emergencial
ESTÁCIO BH	Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte
FACAP	Faculdade Católica Paulista
FACISA	Faculdade de Ciências da Saúde de Unaí
FACMINAS	Faculdade Regional de Minas Gerais
FAESF/UNEF	Faculdade de Ensino Superior da Cidade de Feira de Santana
FAFEID	Faculdades Federais Integradas de Diamantina
FAFEOD	Faculdade Federal de Odontologia
FAMEESP	Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo
FAOD	Faculdade de Odontologia de Diamantina
FBMG	Faculdade Batista de Minas Gerais

FDA	Faculdade Dom Alberto
FECAF	Faculdade Capital Federal
FEOB UNIFEOB	Centro Universitário Fundação de Ensino Octávio Bastos
FMTM	Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis.
FUNIP	Faculdade Única DE Ipatinga
FUNIP	Faculdade Única de Ipatinga
GEFEPSS	Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação e Exercício Profissional em Serviço Social
GEFORMSS	Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
MULTIVIX	Faculdade Multivix Serra- Em supervisão
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NESS	Núcleo de Estágio em Serviço Social
NEWTON PAIVA	Centro Universitário Newton Paiva
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Política Nacional de Estágio
PPC	Projeto Político Pedagógico
PROMINAS	Faculdade Prominas de Montes Claros
PUC MINAS	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC MINAS	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SARS-COV 2	Severe acute respiratory syndrome coronavirus 2
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação

UCAM	Universidade Cândido Mendes
UCB	Universidade Católica de Brasília
UCDB	Universidade Católica dom Bosco
UFA	Unidade de Formação Acadêmica
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFSJ	Universidade Federal de São João Del-Rei
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UNA	Centro Universitário Una
UNA	Centro Universitário Una
UNASP	Centro Universitário Adventista de São Paulo
UNEC	Centro Universitário de Caratinga
UNESA	Universidade Estácio De Sá
UNI SANTA CRUZ	Centro Universitário Santa Cruz de Curitiba
UNIARA	Universidade de Araraquara
UNIARAXÁ	Centro Universitário do Planalto de Araxá
UNIASSELVI	Centro Universitário Leonardo da Vinci
UNIBRAS	Centro Universitário Unibras Montes Belos- Em Supervisão
UNICESUMAR	Universidade Cesumar
UNICEUB	Centro Universitário de Brasília
UNICSUL	Universidade Cruzeiro do Sul
UNICV	Centro Universitário Cidade Verde
UNIDERP	Universidade Anhanguera
UNIDOCTUM	Centro Universitário Doctum de Teófilo Otoni
UNIDOCTUM	Centro Universitário Doctum de Teófilo Otoni
UNIDOM - BOSCO	Centro Universitário Unidom – Bosco

UNIDOMPEDRO	Centro Universitário Dom Pedro II
UNIFACS	Universidade Salvador
UNIFACVEST	Centro Universitário Facvest
UNIFAEL	Centro Universitário Fael
UNIFAL-MG	Universidade Federal de Alfenas
UNIFATECIE	Centro Universitário Unifatecie
UNIFAVENI	Centro Universitário Faveni Em Supervisão
UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá
UNIFEMM	Centro Universitário de Sete Lagoas
UNIFENAS	Universidade Professor Edson Antônio Velano
UNIFRAN	Universidade de Franca
UNIFUNORTE	Centro Universitário Funorte
UNIGRAN	Centro Universitário da Grande Dourados
UNIGRANDE	Centro Universitário da Grande Fortaleza
UNIJALES	Centro Universitário de Jales -Em Supervisão
UNILASALLE	Universidade La Salle
UNIMES	Universidade Metropolitana de Santos
UNINCOR	Centro Universitário Unincor
UNINGÁ	Centro Universitário Ingá
UNINTER	Centro Universitário Internacional
UNIP	Universidade Paulista
UNIPLAN	Centro Universitário Planalto do Distrito Federal
UNISA	Universidade Santo Amaro
UNISANTA	Universidade Santa Cecília
UNIS-MG	Centro Universitário do Sul de Minas
UNISUL	Universidade do Sul De Santa Catarina
UNITAU	Universidade de Taubaté
UNIUBE	Universidade de Uberaba
UNIVERSO	Universidade Salgado de Oliveira
UNIVR	Centro Universitário do Vale Do Ribeira
UVV	Universidade Vila Velha

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
Procedimentos metodológicos da pesquisa.....	25
 CAPÍTULO I: O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: A GESTÃO EM QUESTÃO	
1.1 Contextualização do estágio supervisionado em Serviço Social no Brasil.....	33
1.2 O estágio supervisionado em Serviço Social: Política Nacional e marcos normativos	38
1.3 Formação profissional em Serviço Social: elementos constitutivos	47
1.4 A gestão do estágio supervisionado sob a perspectiva do projeto profissional do Serviço Social.	56
 CAPÍTULO 2: A MATERIALIZAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: DESAFIOS, APRENDIZADOS E CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO	
2.1 O contexto institucional das Universidades Públicas Federais.....	64
2.2 Panorama dos cursos de graduação em Serviço Social no estado de Minas Gerais e caracterização do estágio dos cursos pesquisados	70
2.3 Desvelando os desafios, estratégias e possibilidades na gestão do estágio supervisionado em Serviço Social.....	82
2.3.1 Concepção e organização da gestão do estágio supervisionado	86
2.3.2 Demandas, desafios e estratégias na Gestão do estágio supervisionado	98
2.3.3 Aspectos Ético-Políticos da Gestão do Estágio.....	114
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
 REFERÊNCIAS.....	124

APÊNDICE A - Convite para Participação em Pesquisa Científica	129
APÊNDICE B - Termo de Compromisso Livre e Esclarecido	131
APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista	132
 ANEXO A - Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa	 134

INTRODUÇÃO

A formação profissional das/os assistentes sociais dispõe de um projeto pedagógico que estabelece “as dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade” (ABESS, 1997, p. 61). Dessa forma, a pesquisa em Serviço Social é primordial para aprofundar o conhecimento sobre a realidade e desempenha um papel fundamental tanto na formação das/os profissionais quanto no aprimoramento das práticas de intervenção.

A dimensão da formação profissional tem sido objeto de estudos na categoria, especialmente a partir de 1996, com a implementação das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social. Esse processo nos instiga a refletir sobre a qualidade da formação, de modo que as/os assistentes sociais possam intervir diante das demandas sociais com ações propositivas e criativas, fundamentadas no Código de Ética da profissão e comprometidas com a materialização do Projeto Ético-Político.

Nesse contexto, é imprescindível destacar que a pesquisa acadêmica contribui não apenas para o fortalecimento do conhecimento crítico e reflexivo, mas também para a consolidação de práticas profissionais que estejam em consonância com os princípios que regem o Serviço Social brasileiro. A investigação científica torna-se, assim, um instrumento essencial para identificar os limites e possibilidades da formação profissional, sobretudo diante dos desafios contemporâneos impostos pelas transformações societárias, pelas contrarreformas educacionais e pelas exigências do mercado de trabalho.

Baseado nessa compreensão, esta pesquisa tem como eixo temático a formação profissional em Serviço Social com ênfase no estágio supervisionado, cujo objeto de estudo se constitui na gestão do estágio supervisionado nos cursos de graduação em Serviço Social nas Universidades Públicas Federais do estado de Minas Gerais, no que tange seus intrínsecos desafios e construções de estratégias ético-políticas para sua efetivação, conforme projeto de formação profissional defendido hegemonicamente pela categoria.

O estágio supervisionado configura-se como componente curricular obrigatório para a formação em Serviço Social. Dada suas especificidades no âmbito da profissão, historicamente, expressa desafios aos atores protagonistas (estagiárias/os, supervisoras/es de campo e supervisoras/es acadêmicas/os), sobremaneira, às/aos profissionais que assumem sua gestão/coordenação, pois, conforme a Política Nacional de Estágio (PNE):

As estratégias de operacionalização do estágio supervisionado, no processo de

formação profissional do assistente social, remetem a algumas exigências pedagógicas que recaem sobre as UFAs, desdobrando-se aos sujeitos envolvidos nesse processo (aos coordenadores de cursos e de estágio, aos professores, aos estudantes e aos supervisores de campo). A materialização dessa política requer, ainda, uma aproximação com os segmentos organizados da categoria e demais setores da universidade, bem como as instituições relacionadas ao estágio. (ABEPSS, 2009, p. 26).

Cabe ressaltar que, ainda que a PNE adote predominantemente o termo coordenação de estágio para referir-se ao acompanhamento pedagógico do processo formativo, esta pesquisa adota a expressão gestão do estágio supervisionado, por compreender que o termo coordenação não abarca a complexidade do objeto em análise.

A gestão é aqui assumida como um conceito ampliado, que compreende tanto os aspectos pedagógicos quanto os elementos estruturais, administrativos, organizacionais e ético-políticos que incidem sobre a implementação e a manutenção do estágio nos cursos de Serviço Social das universidades públicas federais. Essa compreensão está em consonância com a perspectiva crítica de Souza Filho e Gurgel (2016), segundo os quais a gestão deve ser entendida como processo social e coletivo, voltado à democratização dos espaços institucionais e à participação ativa dos sujeitos na construção dos projetos educacionais.

Portanto, o uso da expressão ‘gestão do estágio’ nesta dissertação tem o objetivo de dar visibilidade aos desafios mais amplos que permeiam essa atividade formativa, contribuindo para uma análise que supere a abordagem restrita à dimensão pedagógica e alcance os embates e contradições estruturais que configuram o cotidiano das universidades públicas.

Compreender a importância do estágio supervisionado no processo de formação acadêmica, principalmente no Serviço Social, é fundamental e nos instiga a desvelar os desafios e os limites existentes nas relações entre a formação acadêmica, o espaço institucional e a práxis profissional vivenciada através da experiência nos campos de estágio.

O interesse da pesquisadora pela temática surgiu a partir da experiência profissional atuando no Núcleo de Estágio em Serviço Social (NESS) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).

Ao ingressar no setor, em meados de 2013, surgiram algumas inquietações por se tratar de um espaço sócio-ocupacional desconhecido em relação aos comumente ocupados por assistente social, e ainda mais por haver percepções de se tratar de um espaço criado para facilitar o trabalho da coordenação e docentes do curso e que poderia ser realizado por assistente administrativa/o por exemplo. Afinal, conforme preconiza a PNE, o estágio deve contar com uma coordenação, seja ela exercida pela coordenação de curso ou por uma comissão, sendo

essa função atribuída, predominantemente, a assistentes sociais que atuam na docência. No entanto, a PNE não prevê a atuação de assistentes sociais em funções técnicas.

No entanto, ao expressar respeito as particularidades locais de cada Unidade de Formação Acadêmica (UFA) identifica-se na PNE possibilidades para a gestão do estágio. E assim, a partir de tais considerações, se configura o NESS na UFTM: um espaço específico do curso de Serviço Social para trabalhar toda a dimensão do estágio supervisionado, nos seus aspectos pedagógico, ético-político e administrativo do estágio.

Essa experiência, tão rica e permeada de desafios, foi o que motivou a pesquisadora a construir o trabalho profissional, situando-o no campo da política de educação. Na relação intrínseca entre trabalho e formação profissional, esse campo se apresenta como um importante e inovador espaço ocupacional, considerando suas especificidades em relação aos demais campos de atuação que empregam grande parte das/dos assistentes sociais, como, por exemplo, as áreas da saúde e da assistência social, principalmente.

Outras aproximações à temática também foram fundamentais para a definição do objeto da pesquisa, como a participação em eventos científicos da categoria, rodas de conversa e cursos promovidos pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). O envolvimento na organização e implementação dos fóruns locais de estágio constituiu igualmente um espaço relevante para a problematização do debate na categoria, especialmente no que se refere ao estágio supervisionado. A socialização das experiências de estágio, por meio dos trabalhos elaborados entre estagiários e supervisores nesses espaços de discussão, foi essencial para a compreensão dos dilemas cotidianos que atravessam tanto o trabalho profissional quanto o exercício do estágio supervisionado.

A participação no Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social (GEFORMSS), vinculado à UNESP/Franca e no Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação e Exercício Profissional em Serviço Social (GEFEPSS) vinculado à UFTM, que se dedicam à investigação de temáticas relacionadas à formação e ao trabalho profissional, também tem contribuído significativamente para as reflexões, o aprofundamento teórico e a qualificação da pesquisa.

Dessa forma, a pesquisa realizada e apresentada por meio desta dissertação de mestrado, é resultado dos acúmulos das experiências da pesquisadora no âmbito da formação profissional e da apreensão da temática estágio supervisionado no espaço acadêmico.

No decorrer do trabalho desenvolvido no NESS, foi-se ampliando a compreensão sobre a atividade de estágio supervisionado em Serviço Social, para além da vivência enquanto

discente na graduação. A atuação como assistente social no NESS possibilitou o acesso aos bastidores da gestão do estágio, com todas as suas implicações, tanto no âmbito acadêmico quanto nas instituições que constituem os campos de estágio. A partir da análise da conjuntura e das diversas demandas e desafios que se apresentavam em torno da atividade de estágio, tornou-se evidente a importância do NESS para a efetivação do estágio supervisionado e para a qualidade da formação profissional. Além disso, destacou-se o potencial de atuação da/o assistente social técnica/o nesse espaço e a necessidade de articulação e engajamento do coletivo do curso.

A partir dessas constatações e da aproximação com estudantes e docentes de outros cursos de graduação em Serviço Social, especialmente em eventos da categoria, observou-se que nem todos os cursos contam com uma estrutura específica para gerir, operacionalizar e acompanhar o estágio supervisionado e as múltiplas atividades a ele relacionadas. Diante disso, despertou-se o interesse em investigar como se dá a gestão e a operacionalização do estágio nos demais cursos de Serviço Social ofertados por Universidades Públicas Federais do estado de Minas Gerais, considerando realidades aproximadas da universidade na qual a pesquisadora está vinculada.

São inúmeros os desafios enfrentados pelos cursos, pelas/os estagiárias/os e pelas/os supervisoras/es acadêmicas/os e de campo para a efetivação do estágio, conforme preconiza a PNE. Tais desafios constituem objeto de análise da pesquisa aqui proposta.

É fato, de acordo com Ribeiro, que dentre os diversos desafios postos ao estágio supervisionado em Serviço Social no processo de formação, podem ser destacados:

a) falta de maior articulação entre os sujeitos do processo: supervisores acadêmicos e de campo e estagiários; b) a falta de atualização profissional por parte de alguns supervisores; c) necessidade de a bolsa estágio não ser o principal critério na escolha dos campos de estágio; d) dissociação teoria-prática que se sustenta numa visão distorcida de que a universidade é o espaço da teoria e os campos de estágio, da prática; e) pulverização de campos de estágio, segundo uma tendência do mercado na redução da oferta de vagas; d) proliferação dos cursos a distância que vendem uma imagem distorcida do estágio e da profissão (Ribeiro, 2010, p. 99).

Para além dos desafios apontados por Ribeiro, o cotidiano do trabalho desenvolvido no NESS permitiu a observação de diversas questões que impactam diretamente na efetivação do estágio supervisionado.

Dentre elas, destacam-se os limites institucionais dos espaços ocupacionais, especialmente no que se refere à estrutura física e à disponibilidade de equipamentos adequados

ao exercício profissional. Soma-se a isso a precarização das condições de trabalho dos assistentes sociais, que repercutem na oferta de supervisão às/ aos estudantes.

Outro aspecto relevante diz respeito às limitações da instituição de ensino quanto à disponibilização de transporte para a realização de visitas aos campos de estágio, bem como às dificuldades enfrentadas pelas/os supervisoras/es de campo para participarem das atividades promovidas pela universidade.

Além disso, a sobrecarga de trabalho tanto das/os supervisoras/es de campo quanto das/os supervisoras/es acadêmicas/os compromete significativamente a qualidade da supervisão. Também se observam os desafios enfrentados por estudantes que trabalham em conciliar suas jornadas laborais com o estágio, bem como as dificuldades na sistematização das experiências vivenciadas.

Por fim, destaca-se a prática de ofertar estágios não obrigatórios e remunerados como forma de contratação precarizada de mão de obra, atendendo às demandas do mercado. Essas e outras questões compõem um cenário complexo que exige análise crítica e ações articuladas entre os diversos sujeitos envolvidos.

Tais desafios nos instigam a buscar estratégias que contribuam para a efetivação qualificada do estágio supervisionado. Entre elas, destacam-se: a sensibilização das/os assistentes sociais para assumirem a supervisão de estágio, tanto de campo quanto acadêmica; a criação de alternativas que promovam a aproximação entre as/os supervisoras/es de campo e acadêmicas/os; e o acompanhamento individualizado das/os estudantes trabalhadoras/es, visando discutir possibilidades concretas para a realização do estágio, considerando suas especificidades e condições de vida.

Além disso, torna-se necessário desenvolver um trabalho educativo junto às/aos estudantes, no sentido de promover a compreensão da relevância do estágio supervisionado na formação profissional. É fundamental que reconheçam a importância da sistematização dessa experiência por meio da documentação específica, conforme previsto na legislação e nas orientações da área. Tal sistematização deve ser compreendida não como uma exigência meramente burocrática, mas como parte essencial do processo formativo, articulado às dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política do exercício profissional.

Enfim, diversos fatores têm sido cotidianamente delineados nesse espaço, evidenciando a necessidade de uma análise mais aprofundada. O estudo científico se apresenta, assim, como uma ferramenta fundamental para desvelar as tramas que permeiam a política de estágio, bem como para revelar estratégias, possibilidades e construções ético-políticas. Tal perspectiva

reitera a importância da gestão do estágio enquanto instância essencial para o encaminhamento de um estágio supervisionado com qualidade, em consonância com os princípios e diretrizes do projeto ético-político profissional.

Vale destacar ainda que, vivenciamos um período de pandemia no qual vários desafios e inquietações impactaram diretamente no estágio supervisionado em Serviço Social, demandando a partir deste período, um cuidado rigoroso na sua efetivação, para que não haja retrocessos em relação aos avanços já conquistados e mantenha consonância às diretrizes da Política Nacional de Estágio.

Ao longo dos anos 2020 a 2022, sofremos os impactos decorrentes da pandemia, causada pelo vírus SARS-COV-2, gerador da Covid-19, que trouxe consequências para os mais variados setores da vida. Provocou mudanças nas relações humanas e sociais e nos diversos setores da sociedade, no campo econômico, político, social e cultural, colocando em evidência a precariedade dos serviços públicos de saúde e os efeitos desastrosos dos desmontes e da mercantilização dos sistemas de saúde mundiais.

A pandemia não é responsável pela emergência da crise contemporânea, mas certamente exacerbou os traços mais perversos de uma crise social de grandes proporções, tornando mais tangíveis e mais visíveis processos que já estavam em desenvolvimento (Raichelis e Arregui, 2020).

O isolamento e distanciamento físico fez com que processos de trabalho fossem reorganizados, passando a ser largamente adotada a modalidade do teletrabalho, do trabalho remoto, trabalho à distância ou ainda de home office, a fim de dar continuidade das atividades laborativas.

Nesse contexto, é fundamental que os(as) profissionais definam técnica e eticamente o que não é possível realizar na modalidade teletrabalho, o que é possível realizar e em que condições, para que sejam garantidos segurança no trabalho, qualidade no atendimento, sigilo profissional, respeito aos direitos de usuários(as) e trabalhadores(as). Se assim não for, certamente essas decisões serão impostas pelo poder institucional durante e após a pandemia (Raichelis; Arregui, 2020, p. 147-148).

As universidades se viram obrigadas a repensarem suas atividades diante de um cenário inesperado: em um primeiro momento, suspenderam ações e, posteriormente, passaram a revisar diversas de suas práticas. A demanda pelo uso e suporte de ferramentas de educação não presencial cresceu de forma acelerada, revelando uma realidade para a qual muitas instituições não estavam preparadas.

Nesse contexto, o letramento digital de discentes, docentes e técnicas/os administrativas/os, bem como as questões didático-metodológicas envolvidas, passaram a ter papel central na configuração das respostas aos desafios institucionais. As dificuldades decorrentes dessas transformações também agravaram ou evidenciaram problemas já existentes, exigindo a formulação de novas medidas para enfrentar questões relacionadas ao acesso e à permanência das/os estudantes, como o abandono e a evasão dos cursos.

Após um período de suspensão das atividades, teve início a transição do ensino presencial para modalidades remota ou híbrida, mediadas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Essa mudança foi, em grande parte, imposta de forma verticalizada pelas instituições, sem o devido planejamento prévio. Tal transição impactou diretamente docentes e discentes, que se viram diante de inúmeros desafios relacionados à aquisição de equipamentos, às condições de trabalho em domicílio e à ausência de um ambiente adequado, envolvendo desde a adaptação do espaço físico até a conciliação com tarefas familiares e de cuidado, entre outras demandas.

No âmbito da educação vivemos a supervalorização das denominadas Tecnologias de Informação e Comunicação/TICs (novas tecnologias para a tradicional exploração do trabalho), ou seja, intencionalmente, instaura-se o Ensino Remoto Emergencial/ERE para todas as modalidades da educação. Forja-se o Projeto de Educação a Distância em nome do tempo da excepcionalidade ou Estado de exceção, mas, não se amplia as possibilidades orçamentárias para a educação/universidades públicas, pelo contrário corta-se/reduz-se drasticamente (Caputi, 2022, p.496).

As políticas para a educação superior tendem a incorporar elementos das experiências vivenciadas durante o enfrentamento à pandemia da Covid-19, sobretudo no que se refere ao uso do Ensino Remoto Emergencial (ERE). Diante desse cenário, impõem-se novas investigações sobre os efeitos dessa transição e sobre como o ensino presencial poderá ser influenciado por práticas e metodologias desenvolvidas nesse período. A incorporação de elementos do ERE no ensino híbrido exige reflexão crítica, principalmente quanto às suas implicações para a qualidade da formação, as condições de trabalho docente e as desigualdades de acesso e permanência estudantil.

No período de pandemia o estágio supervisionado foi um dos elementos pedagógicos mais debatidos no Serviço Social. Os órgãos representativos da profissão foram requisitados no sentido de orientar/normatizar a atividade, frente às pressões feitas principalmente por estudantes que viveram a relação contraditória entre o processo formativo do estágio e a necessidade de concluir o curso, considerando os desafios e as condições materiais objetivas de

sobrevivência que, com a pandemia, se acentuaram.

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) manifestou seu posicionamento com relação ao Estágio Supervisionado, por meio de uma nota na qual sinalizou:

A ABEPSS, frente à situação de excepcionalidade, se manifesta pela **SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL**, com manutenção dos respectivos “Termos de Convênio” e a manutenção das bolsas de estágios, como medida de proteção e combate ao Coronavírus (COVID 19). Reiteramos assim, a necessidade da Supervisão Direta envolvendo os três sujeitos do processo de Supervisão: Supervisor/a Acadêmico/a, Estagiário/a e Supervisor/a de Campo e reafirmamos o Estágio Supervisionado, como um componente definido nas Diretrizes Curriculares e vinculado às medidas tomadas nas Universidades e respectivas Instituições que ofertam campo de estágio. Logo, a suspensão desta atividade não está dissociada das mesmas, sob pena de desconfigurar seu propósito, qualidade e significado profissional (ABEPSS, 2020, p. 278).

Embora as demandas das instituições de ensino não sejam objeto direto de regulamentação pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), o órgão tem contribuído com reflexões e orientações político-normativas fundamentadas em uma perspectiva pedagógica crítica. Tais contribuições têm fomentado o debate em torno do estágio supervisionado, na busca por respostas que estejam em consonância com as exigências ético-políticas do projeto profissional.

O contexto de pandemia trouxe novas demandas e novas experiências na realização do estágio supervisionado, colocando os sujeitos da formação e do exercício profissional, as entidades de representação profissional e acadêmica em impasses, na busca de respostas condizentes com as regulamentações, as diretrizes da PNE, a realidade posta e as exigências ético-políticas.

Diante do quadro de crise sanitária e econômica, é necessário resistir à naturalização da racionalidade tecnológica associada aos interesses de mercantilização da educação e da pesquisa. Contudo, o ensino remoto, para além da situação emergencial desencadeada pela pandemia, está em processo de incorporação maciça na educação superior, contexto que exige posicionamento crítico frente as alternativas apresentadas, como o denominado “ensino híbrido”, que pode constituir-se em porta de entrada/expansão da EAD, tanto nas universidades privadas como nas públicas (Raichelis; Arregui, 2020, p. 148-149).

Este atual cenário impõe desafios e ameaças ao Projeto de Formação Profissional do Serviço Social. Mais do que nunca é necessário colocar esta temática em pauta, na defesa da educação de qualidade, no enfrentamento aos projetos de mercantilização/privatização das políticas sociais e na construção de respostas e proposições que respondam aos desafios

presentes no campo da formação e do exercício profissional, sem perder de vista todos os avanços e conquistas históricas construídos pela categoria.

São evidentes os desafios de manter uma direção social crítica no âmbito da formação profissional em Serviço Social, especialmente no que se refere à realização do estágio com qualidade e compromisso ético.

Neste contexto, este estudo tem como objetivo geral analisar os desafios, estratégias e possibilidades ético-políticas de gestão do Estágio Supervisionado em Serviço Social dos cursos presenciais de graduação em Serviço Social das Universidades Públicas Federais de Minas Gerais.

Como objetivos específicos, conhecer a estrutura dos cursos no que concerne a política de estágio: organização, implementação e operacionalização do componente curricular estágio supervisionado; desvelar os principais desafios da gestão do estágio supervisionado em Serviço Social nestas Universidades e identificar as estratégias e possibilidades ético-políticas implementadas pelos cursos na gestão do estágio supervisionado.

Diante de tais objetivos, o presente estudo parte do pressuposto de que, independentemente da estrutura curricular e dos desafios enfrentados na implementação do estágio, sua efetivação se dá por meio de um processo de gestão que possui uma intencionalidade e que deve estar alinhada às diretrizes da Política Nacional de Estágio.

Vale salientar que este estudo está em consonância com a linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP/Franca: Serviço Social: formação e trabalho profissional. Apresenta contribuições acadêmicas, tendo em vista que tende a colaborar com a formação profissional das/os estudantes dos cursos de Serviço Social, por meio do estudo sobre um dos componentes essenciais no processo de formação, o estágio supervisionado.

A pesquisa apresenta contribuições teóricas e sociais relevantes, na medida em que oferece subsídios para reflexões que podem orientar a construção de estratégias de ação no contexto do estágio supervisionado em Serviço Social. Além disso, promove uma leitura crítica sobre a perspectiva da gestão desse estágio, possibilitando o aprofundamento do debate acerca do tema e conferindo visibilidade tanto às potencialidades quanto aos desafios envolvidos na atuação dos gestores dessa atividade formativa.

Dessa forma, os resultados deste estudo podem favorecer mudanças significativas na realidade social e nas vivências dos sujeitos envolvidos no estágio. Além disso, espera-se que contribuam para o aprimoramento dos estágios na graduação, estimulando a realização de eventos, fóruns e espaços coletivos de debate sobre a temática. Conforme Netto,

“É preciso democratizar os resultados das investigações conduzidas por aqueles que estão alocados ao espaço específico da pesquisa: é preciso encontrar meios, canais e modos de coletivizar, com o conjunto da categoria, os avanços teóricos e técnicos-operativos alcançados pelos pesquisadores” (Netto, 2009, p.693).

Assim, após a defesa da dissertação, a devolutiva dos resultados da pesquisa será realizada por meio do envio de um relatório com o material da pesquisa ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Unesp, bem como às/aos participantes da pesquisa, via e-mail. Como nos lembra Martinelli, “a pesquisa qualitativa nunca é feita apenas para o pesquisador, seu sentido é social, portanto deve retornar ao sujeito [...] é um exercício político, porque trabalha com o significado de vivências, precisa ser devolvida aos sujeitos que dela participaram. Isso se relaciona com a construção coletiva” (Martinelli, 1999, p. 26).

Além disso, os resultados serão apresentados ao coletivo do curso de Serviço Social da UFTM, instituição de vínculo da pesquisadora, e socializados por meio da publicação de artigo científico, da apresentação em fóruns de estágio e, em especial, nos cursos que participaram da pesquisa. Também serão compartilhados nos grupos de estudo e pesquisa GEFORMSS e GEFEPPSS, dos quais a pesquisadora faz parte.

Procedimentos Metodológicos da Pesquisa

A fundamentação teórica da pesquisa foi construída a partir da análise da Política Nacional de Estágio (PNE), das legislações e resoluções elaboradas pela categoria profissional, bem como de referências críticas consagradas no Serviço Social. Dentre as autoras e autores que compõem esse referencial, destacam-se Alzira Maria Baptista Lewgoy, Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira, Cláudia Mônica dos Santos, Leslie Caputi, Luciana Gonçalves Pereira de Paula, Mabel Mascarenhas, Marilda Villela Iamamoto, Melissa Portes e Yolanda Guerra. Foram também incorporadas produções voltadas à temática da gestão no Serviço Social, como as de Claudio Gurgel e Rodrigo de Souza Filho, além de textos e posicionamentos publicados pelas entidades representativas da categoria sobre o estágio supervisionado.

A pesquisa considerou publicações recentes que tratam dos impactos da pandemia da Covid-19 na formação profissional, período em que os desafios do estágio supervisionado se intensificaram e passaram a ocupar de forma central as agendas de debate dos cursos de Serviço Social e das entidades da profissão.

Foi realizada pesquisa bibliográfica e documental. De acordo com Gil, (2008, p. 44-45) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos dos diversos autores sobre determinado assunto” [...] enquanto “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda pode ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

Dessa forma, a pesquisa bibliográfica, por meio de revisão da literatura especializada, serviu de base teórica para a análise do tema proposto. Foram consultados livros e artigos científicos selecionados em periódicos acadêmicos, acessados por meio de bibliotecas digitais, como a SciELO, entre outras bases de dados relevantes.

Paralelamente, foi realizada uma pesquisa documental, contemplando os Projetos Pedagógicos dos cursos investigados, a Lei de Regulamentação da Profissão, o Código de Ética do Assistente Social, a Resolução CFESS nº 533/2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio em Serviço Social, a Política Nacional de Estágio (PNE), bem como outras legislações e normativas pertinentes à temática.

A pesquisa teve como recorte temporal o período pós implantação da PNE, lançada em 2010 pela ABEPSS. Tal demarcação justifica-se pela importância deste momento, no qual estabeleceu-se princípios norteadores para a realização do estágio supervisionado em Serviço Social e que vão servir de parâmetro para a análise de como a política de estágio está sendo implementada nos cursos pesquisados. A PNE traz importantes diretrizes como as atribuições dos sujeitos e instâncias envolvidas no estágio supervisionado; aborda a construção de parâmetros quantitativos da relação docente/discente na supervisão acadêmica do estágio supervisionado obrigatório; orienta inclusive quanto ao estágio não- obrigatório; e aponta estratégias de operacionalização do estágio supervisionado, oferecendo parâmetros da área para a construção das políticas de estágio.

Importa afirmar que a investigação social deve partir do fato real, não o transformando em dado, e sim em fato pensado e que é o método que orienta a investigação no desvelamento da realidade social. Desta forma, busca-se construir a presente pesquisa, que é um processo de conhecimento que tem origem nas inquietudes e nos questionamentos da pesquisadora.

O ato de pesquisar exige um conhecimento prévio do caminho a ser percorrido na busca e alcance dos objetivos. Assim, foi realizada pesquisa exploratória que busca por meio dos seus métodos e critérios, uma proximidade da realidade do objeto estudado. De acordo com Gil (2008, p. 27), “As pesquisas exploratórias tem como principal finalidade desenvolver,

esclarecer e modificar conceitos, idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

Para realização da pesquisa, além de estudos bibliográficos e documentais, também foi utilizada a pesquisa de campo. Segundo Cruz Neto (2008, p. 61),

O trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os “atores” que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa social.[...] o pesquisador não deve ser um formalista que se apegue à letra de seu projeto e nem um empirista para quem a realidade é o que ele vê “a olho nu”, ou seja, sem o auxílio de contextualização e de conceitos.

Assim, o universo da pesquisa foram os Cursos de Graduação em Serviço Social presenciais de Unidades de Formação Acadêmica Pública Federal do estado de Minas Gerais. Para tanto, foi realizada pesquisa no site do MEC¹ para a identificação das Universidades. São elas:

1. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
2. Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
3. Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
4. Universidades Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
5. Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)
6. Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)
7. Universidade Federal de Viçosa (UFV)
8. Universidade Federal de Lavras (UFLA)
9. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
10. Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)
11. Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)

A partir desta relação foi realizada consulta nos sites dessas Universidades para identificar quais oferecem curso de Serviço Social na modalidade presencial, chegando às universidades abaixo elencadas e que foram convidadas a fazer parte da pesquisa:

1. Universidade Federal de Uberlândia - UFU (Ituiutaba);
2. Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF (Juiz de Fora);

¹ <https://www.gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/es/universidades-federais/minas-gerais>

3. Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP (Mariana);
4. Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM (Teófilo Otoni);
5. Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM (Uberaba);
6. Universidade Federal de Viçosa – UFV (Viçosa)

O convite com as devidas informações sobre a pesquisa foi realizado via e-mail e das seis universidades convidadas obtivemos a declaração de aceite de quatro instituições que responderam ao contato se disponibilizando a participarem da pesquisa, e que, portanto, compuseram o universo da pesquisa. “O ‘universo’ em questão não são os sujeitos em si, mas as suas representações, conhecimentos, práticas, comportamentos e atitudes” (Minayo, 2008). Para preservar a identidade das Universidades elas foram identificadas como Universidade 1, Universidade 2, Universidade 3 e Universidade 4.

A identificação dos participantes da pesquisa, dado o método analítico marxista, se deu no processo de exploração do objeto de estudo, conforme a estrutura da gestão do estágio informada pela coordenação de curso, que poderia ser a/o própria/o coordenadora/or do curso, a/o coordenadora/or de estágio e/ou comissão, enfim, a pessoa responsável pela gestão do estágio no curso. Conforme aponta Martinelli (1999, p. 24): “O importante nesse contexto, não é o número de pessoas que vai prestar a informação, mas o significado que esses sujeitos têm, em função do que estamos buscando com a pesquisa.

Nos sites das Universidades estão disponibilizados dados dos cursos como nome das/os coordenadoras/es, contatos telefônicos, e-mails que foram utilizados para contatar as/os participantes da pesquisa, bem como o Projeto Político Pedagógico dos cursos nos quais constam, em sua maioria, dados como duração dos cursos, número de vagas, turno, carga horária e períodos de estágio, pré-requisitos entre outras informações que subsidiaram a caracterização dos cursos.

A coleta de dados ocorreu após a liberação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho – UNESP, campus Franca². Os dados foram coletados por meio de entrevista capaz de explorar o objeto de estudo em tela e alcançar os objetivos. Assim, a entrevista semi-estruturada foi utilizada como técnica formal para obtenção de informações pelas/os participantes da pesquisa. Minayo (2008, 63-64) afirma que:

² Anexo A

O que torna o trabalho interacional (ou seja, de relação entre pesquisador e pesquisados) um instrumento privilegiado de coleta de informações para as pessoas é a possibilidade que tem a fala de ser reveladora de condições de vida, de expressão dos sistemas de valores e crenças e, ao mesmo tempo, ter a magia de transmitir, por meio de um porta voz, o que pensa o grupo dentro das mesmas condições históricas, socioeconômicas e culturais que o interlocutor.

As entrevistas foram previamente agendadas e foi realizada com recurso das tecnologias de informação - Google Meet, conforme a disponibilidade das/os participantes. Foi solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual foi assegurado o anonimato das/os participantes e das respectivas instituições.

Para garantir sigilo na identificação das/os participantes no decorrer da exposição e análise, foram utilizados nomes fictícios. No entanto, para além de uma opção metodológica buscou-se construir uma representação simbólica inspirada nos quatro elementos da natureza: água, terra, fogo e ar, como forma de expressar a diversidade das experiências e das subjetividades presentes no exercício profissional.

Metaforicamente os elementos escolhidos representam dimensões da atuação profissional. A água enquanto símbolo de fluidez e adaptação, representa a capacidade de escuta, diálogo e mediação das relações diante das diferentes demandas sociais. A terra nos remete à base, enraizamento, chão firme. Evoca a estabilidade, o compromisso e a materialidade da vida social. Representa a sustentação teórica, o compromisso ético-político que ancora a atuação profissional. O fogo, enquanto chama, potência de transformação, representa a indignação que mobiliza e a paixão que aquece a luta. Simboliza a força crítica, a vontade de mudança, o impulso transformador tão necessário para o enfrentamento das expressões da questão social. E o ar, relacionado à reflexão, à leveza e à abertura para novas possibilidades, representa o movimento constante do pensamento, as conexões entre teoria e prática, a articulação de ideias, a atuação crítica e criativa.

A utilização dessas metáforas visa, portanto, enriquecer a análise, respeitando os princípios éticos da pesquisa e, ao mesmo tempo, atribuindo sentido às trajetórias singulares que atravessam este estudo. Trata-se de um recurso que reafirma a complexidade e a riqueza da atuação da/o assistente social, cujos modos de ser e intervir, ainda que distintos, compõem uma totalidade dinâmica e profundamente comprometida com os direitos sociais.

Mediante consentimento das/os participantes, as entrevistas foram gravadas a fim de termos a totalidade das falas das/os mesmas/os para posterior transcrição e análises. “O registro fidedigno, se possível ‘ao pé da letra’, de entrevistas e outras modalidades de coleta de dados cuja matéria-prima é a fala, torna-se crucial para uma boa compreensão da lógica interna do

grupo ou da coletividade estudada”(Minayo, 2008, p. 69). O conteúdo passou por um processo de transcrição revisada, visando garantir fidelidade ao discurso das/os entrevistadas/os, mas com ajustes de pontuação e pequenas correções gramaticais para melhor compreensão e fluidez textual, sem comprometer o sentido original das falas.

A pesquisa de natureza qualitativa tem “o objetivo de trazer à tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, não é só a minha visão de pesquisador em relação ao problema, mas é também o que o sujeito tem a me dizer a respeito” (Martinelli, 1999, p. 20). Na concepção da autora, “não desconectamos esse sujeito da sua estrutura, buscamos entender os fatos, a partir da interpretação que faz dos mesmos em sua vivência cotidiana” (Martinelli, 1999, p. 22).

A pesquisa teve como método de análise o dialético, concebido em sua perspectiva crítica e totalizadora, que possibilita aproximações sucessivas à realidade pesquisada, num movimento constante de (re) construção. “A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais, etc.” (GIL, 2008, p. 14).

Conforme Guerra:

Toda realidade carrega forças que se confrontam a todo momento...E no confronto dessas forças em oposição na realidade (aparência/essência, mudança/permanência, imediato/mediato, velho/novo, etc.) que o método dialético vai permitindo ao sujeito realizar a síntese, como um movimento de apreensão do real por meio da luta dos opostos. (Guerra, 2009, p. 711).

Por conseguinte, foram estabelecidas as conexões e mediações dos fatos que constituem a problemática pesquisada; a análise do conteúdo para ver se está de acordo com os objetivos: comparar e confrontar dados e confirmar ou rejeitar as hipóteses. O trabalho de análise buscou superar a percepção imediata e empirista, passando ao conhecimento apreendido da realidade, para então efetuarmos a síntese da investigação com o escopo de trazer a categoria uma nova percepção sobre o tema.

De acordo com Gil,

A análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (Gil, 2008, p. 156)

Concomitante à análise do conteúdo, a interpretação dos dados se faz necessária para a obtenção de um sentido mais amplo que se alcança mediante a articulação com os conhecimentos a partir da teoria.

Mediante o auxílio de uma teoria pode-se verificar que por trás dos dados existe uma série complexa de informações, um grupo de suposições sobre o efeito dos fatores sociais no comportamento e um sistema de proposições sobre a atuação de cada grupo. Assim, as teorias constituem elemento fundamental para o estabelecimento de generalizações empíricas e sistemas de relações entre proposições (Gil, 2008, p. 179).

A análise dos dados foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa, uma vez que a mesma proporciona melhor apreensão das experiências a fim de interpretá-las e analisá-las à luz do referencial teórico adotado.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, dentro das Ciências Sociais, com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por seu agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (Minayo, 2008, p. 21).

Assim, foi analisada a gestão do estágio supervisionado em Serviço Social, buscando a partir do referencial teórico e das experiências concretas desvendar os fenômenos para além de sua aparência, identificando os desafios, avanços, perspectivas e as estratégias que as/os gestoras/es tem articulado para a implementação do estágio supervisionado, a partir do compromisso ético-político firmado pela categoria em direção à formação de qualidade, crítica e propositiva.

No que se refere à estrutura expositiva da dissertação, no primeiro capítulo, foi realizada uma breve contextualização histórica da profissão e da formação profissional, com destaque para momentos significativos da trajetória do Serviço Social, entre os quais se inclui o movimento de reconceituação, que, ao buscar romper com o conservadorismo, abriu novas perspectivas para a atuação profissional, marcando um posicionamento crítico na direção de um projeto ético-político comprometido com a transformação social. A supervisão de estágio acompanha a história e o contexto político que envolve a profissão desde o seu surgimento, constituindo-se como elemento fundamental no processo de formação profissional.

Foi ressaltada, ainda, a importância das Diretrizes Curriculares, que passaram a orientar a organização do ensino em Serviço Social, trazendo visibilidade ao estágio supervisionado

como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem.

Foram abordadas as dimensões constitutivas da profissão - teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, com reflexões sobre a competência e a intervenção profissional, que estiveram diretamente articuladas ao projeto de formação e à supervisão de estágio.

Destacou-se também a Política Nacional de Estágio, importante instrumento político-pedagógico que orienta os estágios supervisionados em Serviço Social, assim como as legislações que normatizam tanto a atividade curricular quanto a supervisão de estágio.

Por fim, abordou-se a gestão como uma atividade inerente às práticas humanas voltadas à realização de objetivos, destacando-se sua dimensão pedagógica e estratégica no contexto do estágio.

O segundo capítulo teve como foco a materialização do estágio supervisionado em Serviço Social, com ênfase nos desafios, aprendizados e contribuições a partir da perspectiva das/os gestoras/es dessa atividade formativa.

Inicialmente, foi apresentado o contexto institucional das Universidades Públicas Federais, situando as condições estruturais e políticas que impactam diretamente a formação e a organização dos estágios.

Em seguida, traçou-se um panorama dos cursos de graduação em Serviço Social no estado de Minas Gerais, contemplando instituições públicas e privadas, nas modalidades presencial e a distância. Foram ainda apresentadas brevemente as universidades envolvidas na pesquisa, assim como a caracterização e os dados específicos referentes ao estágio nesses cursos.

Também foram discutidos os principais desafios enfrentados na gestão do estágio supervisionado, bem como as estratégias e possibilidades construídas no cotidiano acadêmico e institucional, evidenciando o papel da gestão como componente pedagógico fundamental na consolidação da formação profissional crítica e comprometida.

Por fim, foram construídas algumas sínteses a respeito do objeto de estudo, com base nas análises desenvolvidas ao longo desta investigação. Tais reflexões buscaram contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre a temática da gestão do estágio no âmbito do Serviço Social.

CAPÍTULO I: O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: A GESTÃO EM QUESTÃO

1.1 Contextualização do estágio supervisionado em Serviço Social no Brasil

A trajetória do estágio supervisionado em Serviço Social no Brasil reflete as transformações históricas, políticas e pedagógicas pelas quais passou a profissão desde sua institucionalização. A primeira escola de Serviço Social surgiu em 1936, e desde então, o estágio supervisionado acumulou diversos marcos importantes.

Analisar o estágio em Serviço Social na atualidade, pressupõe analisar a trajetória da profissão e da formação, com seus desafios e avanços que incidem diretamente no trabalho profissional. O processo de renovação crítica do Serviço Social trouxe um caráter acadêmico profissional e social renovado e que resultou em significativas alterações nos campos do ensino, da pesquisa e da regulamentação da profissão.

E, à medida em que novas situações colocam novos desafios e exigências, a profissão busca atualizar se, redefinindo seus procedimentos e estratégias de ação, adequando se às novas demandas e re definições do mercado de trabalho e da conjuntura social. Este movimento da profissão, que pode (ou não) realizar direitos de cidadania, não se faz sem referentes, mas segue uma direção social apoiada na força de um projeto profissional ético, político, teórico, metodológico e técnico operativo. (Yazbek, 2014. p.689).

A formação em Serviço Social na graduação é o início de um processo no qual a/o estudante habilita-se para o trabalho profissional, com vistas a se tornar uma/um assistente social crítica/o, propositiva/o, capacitada/o para intervir e dar respostas às demandas provenientes da questão social e também das instituições, sem perder de vista o compromisso com o projeto ético político da profissão. Conforme Iamamoto (2009, p. 25):

O exercício profissional exige um sujeito profissional que tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho.

A formação em Serviço Social em sua gênese, teve como grande referência o pensamento conservador da Igreja Católica, demarcando a perspectiva do projeto tradicional/conservador, imprimindo à profissão uma dimensão política de caráter moralizador

e acrítico, visando a manutenção da ordem social capitalista. Desde então, diferentes projetos político-pedagógicos construíram a profissão.

O estágio supervisionado, por conseguinte, perpassa a trajetória histórica e social que envolve a profissão desde o seu surgimento no Brasil e possui uma efetiva participação nos avanços da profissão. A Escola de Serviço Social de São Paulo é criada, com forte influência da doutrina católica, especialmente da Igreja e do pensamento conservador europeu. O estágio já existia como prática, mas era voltado principalmente para atividade assistencial, de cunho filantrópico.

Conforme aponta Lewgoy (2010, p. 65-68), a supervisão “corresponde a uma das atividades mais antigas de ensinar e aprender [...] correspondia a um modo de aprender decorrente da compreensão do quê e como fazer”.

A partir de 1940, há uma expansão das escolas de Serviço Social no Brasil, sempre com uma forte influência conservadora e tecnicista. Inicia-se um processo de revisão da profissão no que diz respeito ao seu caráter profissional/científico e a busca de tecnicidade, o que resulta na incorporação do chamado Serviço Social de Casos, Grupo e Comunidade que eram formas de intervenção da/o assistente social com o intuito de sistematizar e profissionalizar a prática do Serviço Social.

O Serviço Social, profissão de nível superior, teve seu curso regulamentado em 1953 através da Lei nº 1889. Foi a primeira lei a reconhecer o Serviço Social como profissão regulamentada no Brasil. Dispunha em parágrafo único:

As aulas de Serviço Social deverão atingir um quarto no mínimo do total das aulas e as Escolas de Serviço Social deverão organizar os seus programas, atendendo a que no 1º ano haja preponderância da parte teórica, no segundo ano seja observado o equilíbrio entre a parte teórica e a prática e no 3º ano haja preponderância da parte prática (Brasil, 1953).

Posteriormente, em abril de 1954 o decreto nº 35.311, detalha os dispositivos da Lei nº 1.889/1953, definindo de forma mais precisa como se daria o exercício da profissão de assistente social. Apontava em seu oitavo artigo, o estágio supervisionado enquanto componente da parte prática do curso de Serviço Social:

Art. 8º - A prática no curso de Serviço Social compreenderá:

- a) - conhecimento dos recursos da comunidade através de visitas, pesquisas e outros meios adequados;
- b) - estágios supervisionados, cuja programação depende de aprovação do Conselho Técnico Administrativo (BRASIL, 1954).

A supervisão em Serviço Social aparece como uma atribuição profissional desde a primeira versão da lei de regulamentação da profissão. A Lei 3.252, aprovada em 1957, dispôs sobre as atribuições do assistente social e, dentre elas, a supervisão. Com a regulamentação, o Serviço Social começou a se consolidar como uma profissão com reconhecimento legal e educacional, o que foi fundamental para o fortalecimento institucional e a posterior evolução crítica da profissão.

O período entre 1965 e 1975 foi marcado pelo Movimento de Reconceituação, considerado um marco histórico e teórico fundamental na transformação da profissão na América Latina, especialmente no Brasil. Esse movimento representou uma ruptura³ com a prática tradicional, assistencialista e conservadora do Serviço Social, propondo uma nova base crítica, dialética e comprometida com a transformação social.

O Movimento de Reconceituação desencadeou mudanças no estatuto da profissão, impactou o estágio supervisionado, problematizando também a supervisão.

O processo de supervisão, abordado sob o ângulo de sua operacionalização, privilegiou a tematização acerca do manejo técnico-instrumental, o relacionamento entre supervisor e supervisionado, a sistematização da ação na supervisão, o enfoque didático-pedagógico. Assim, houve a inclusão dos fundamentos acadêmicos na supervisão (Lewgoy, 2010, p. 76).

Em 1979, ocorreu o Congresso da “Virada”, que se constitui num importante marco histórico e político do Serviço Social brasileiro no qual iniciou-se a construção de um projeto profissional de ruptura com a tradição conservadora da profissão, ressaltando o compromisso com a classe trabalhadora. De acordo com Abramides (2017, p. 186):

A plenária final deliberou pelo compromisso da profissão com a classe trabalhadora e os assistentes sociais se reconhecendo como trabalhadores em sua condição de assalariamento. A partir desse evento coletivo, massivo, da categoria, designamos emblematicamente a erupção do projeto de ruptura com o conservadorismo por sua direção social nos anos 1980 e pelo Projeto Ético-Político profissional do Serviço Social brasileiro a partir dos anos 1990.

Neste contexto, a dimensão política remetia a novas competências tanto para a formação como para a supervisão. A profissão faz importantes reflexões político-pedagógicas buscando a qualificação acadêmica e profissional embasada na concepção teórico metodológica crítica e

³ José Paulo Netto (2017) caracteriza esse processo como uma intenção de ruptura, ou seja, um movimento que buscava romper com os fundamentos conservadores da profissão, sem, no entanto, representar uma ruptura plena ou imediatamente consolidada. Outros autores, como Iamamoto (2007), também discutem esse período como um momento de transição teórica e política em direção a uma perspectiva crítica do Serviço Social.

sólida.

As Diretrizes Curriculares formuladas pela ABEPSS representam importantes marcos no processo de construção da formação profissional da/o assistente social no Brasil. Elas consolidam os princípios do projeto ético-político da profissão e refletem a trajetória histórica e teórica do Serviço Social diante das transformações sociais e políticas do país.

As Diretrizes de 1982 foram elaboradas após o Congresso da Virada de 1979. Ainda sob o regime da ditadura militar, o Serviço Social brasileiro buscava se distanciar de sua herança conservadora, marcada pelo assistencialismo e pela neutralidade profissional. Essa proposta enfatizou a unidade entre teoria e prática, valorizando o estágio supervisionado como espaço pedagógico fundamental para a construção do saber profissional.

Já as Diretrizes Curriculares de 1996 surgiram em um novo cenário histórico, após a redemocratização do país e com a promulgação da Constituição Federal de 1988. As diretrizes de 1996 tiveram como objetivo atualizar e sistematizar os avanços da formação iniciados em 1982, dialogando com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) e reafirmando os fundamentos do projeto ético-político da profissão.

Para pensar a profissão e a formação em Serviço Social na atualidade, é fundamental situá-las no contexto da sociedade capitalista, inseridas nas relações de produção e reprodução da vida social. Trata-se de uma realidade permeada por relações e interesses contraditórios, nos quais o avanço das formas de extração da mais-valia intensifica a questão social, expressa na banalização da desigualdade, no aprofundamento da pobreza, nas diversas formas de violência e nas constantes violações de direitos humanos e sociais.

A realidade atual nos mostra que a estrutura socioeconômica dependente consolidada em nossa revolução burguesa segue se reafirmando como o único tipo de capitalismo possível em nosso país. Seu desenvolvimento particular segue mantendo e refuncionalizando as estruturas arcaicas do passado, a burguesia nativa aprofunda seus laços de dependência com as potências imperialistas, e a segregação social permanece como condição necessária numa sociedade onde a classe dominante tem muito pouco a ceder para os “de baixo” (Perez; Lara, 2015, p. 59).

O Serviço Social é uma profissão que assume uma postura crítica e transformadora. Por isso, compreender as particularidades do capitalismo dependente brasileiro e da questão social é fundamental, pois esses elementos influenciam diretamente a formação e o exercício profissional. A atuação do Serviço Social exige uma leitura crítica da realidade na qual intervém, buscando compreender como o capitalismo dependente contribui para a manutenção das desigualdades e, ao mesmo tempo, trabalhar para transformar essa realidade.

O espaço do estágio permite que os marcos históricos da formação sócio-econômica, ídeo-política e cultural brasileira, aprendidos como conteúdos teórico na acadêmica, sejam recebidos como mediações que configuram os processos sociais na atualidade e que se expressam no cotidiano institucional. Refiro-me a herança colonial e as marcas deixadas pelo particular processo de constituição de um tipo de capitalismo periférico e dependente e do (tipicamente nosso) Estado nacional (Guerra, 2016, p.7).

No campo educacional, as transformações ocorridas no ensino superior nas últimas décadas têm evidenciado a reorganização desse espaço de formação em favor dos interesses do grande capital, com o princípio de maximizar lucros. A ênfase é na privatização do ensino, na desobrigação do Estado com o funcionamento das instituições públicas de ensino superior e no redirecionamento da produção científica para atender as demandas emergentes do mercado.

Sendo o Serviço Social uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, pensá-la enquanto formação e exercício profissional demandam refletir sobre a educação e trabalho numa totalidade social. Ambos, como expressão de unidade, sofremos os impactos da crise do capital, da reforma do Estado, da reestruturação produtiva, da exploração do trabalhador, da perda ou ressignificação dos direitos, da reforma universitária, da mercantilização da educação, da expansão desenfreada das universidades, da proliferação do Ensino à Distância (EAD) e da retomada do pensamento conservador nas universidades. O estágio supervisionado e a supervisão em Serviço Social [...] sofrem implicações e rebatimentos da precarização da educação e do trabalho profissional (Caputi, 2014, p.43-44).

O Serviço Social sofre importantes impactos em decorrência da expansão da oferta de vagas, principalmente em cursos na modalidade à distância, trazendo grandes preocupações em relação à formação e ao exercício profissional. Essa realidade aponta para a formação de profissionais fragilizadas/os em sua dimensão interventiva, o que, por sua vez, desqualifica o atendimento na rede de serviços sociais, tanto públicos quanto privados, em todo o país. Nesse contexto, torna-se ainda mais urgente reafirmar a importância da educação como um direito social e como base fundamental para o fortalecimento do projeto ético-político da profissão. Como afirma Abramides (2012, p. 7), “a luta pelo ensino público, laico, universal, de qualidade, presencial, de acesso e permanência a todos é uma luta histórica da classe trabalhadora no Brasil”.

A profissão atua nas expressões da questão social, ou seja, no conjunto de desigualdades resultantes do processo entre a socialização da produção e apropriação de forma privada dos frutos do trabalho. E, ao intervir nessa realidade, trabalha-se para que a população tenha acesso a seus direitos e, acima de tudo, para o enfrentamento dessas desigualdades. Assim, podemos projetar uma intervenção crítica do Serviço Social na realidade, em

consonância com os princípios fundamentais do Código de Ética Profissional das/os Assistentes Sociais, como o compromisso com o aprimoramento intelectual e a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993).

Uma profissão de caráter interventivo como o Serviço Social deve estar sempre atenta às mudanças da sociedade capitalista, ao processo de reestruturação do capital e racionalização do trabalho, fruto da acumulação capitalista e da divisão de classe. É a partir da articulação entre o conhecimento teórico-metodológico e o exercício profissional que o assistente social criará formas efetivas de intervenção que vá de encontro com os objetivos profissionais e do projeto societário da classe trabalhadora. O estágio supervisionado é o início desse processo de apreensão das particularidades da realidade social a partir do concreto - fazer profissional, mediatizado pelo conhecimento científico (Oliveira; Walhers, 2017, p. 12-13).

Um olhar retrospectivo para o processo histórico da formação nos possibilita uma maior compreensão do movimento e avanços da profissão. Nos mostra que ao longo da história o Serviço Social deu um salto de qualidade adquirindo visibilidade por meio das profundas alterações verificadas no ensino para uma educação profissional de qualidade.

1.2 O estágio supervisionado em Serviço Social: Política Nacional e marcos normativos

A discussão sobre a regulamentação do estágio em Serviço Social ganhou força a partir da década de 1990, com a revisão curricular proposta pela ABEPSS para os cursos de graduação. Esse movimento ocorreu em um cenário de profundas transformações sociais, educacionais e profissionais, que impactaram diretamente a formação e o exercício profissional da/o assistente social.

Assim, o Serviço Social vem buscando estratégias de enfrentamento ao processo de contrarreforma da educação superior, por meio de legislações, resoluções, normativas jurídicas, éticas e políticas que sistematizam lutas e conquistas em um determinado tempo histórico.

Citamos a Lei nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão de assistente social. Os artigos 4º e 5º dessa lei definem as competências e atribuições privativas dessas/es profissionais. Já o artigo 14º trata especificamente das responsabilidades das unidades de ensino em Serviço Social no que se refere ao estágio supervisionado, estabelecendo, entre outros pontos, a obrigatoriedade da supervisão direta por assistentes sociais regularmente inscritas/os e em pleno gozo de seus direitos profissionais.

Neste mesmo ano o Código de Ética, instituído pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), define em seu artigo 4º que é vedado à/ao assistente social permitir ou exercer a supervisão de estudantes de Serviço Social em Instituições Públicas ou Privadas que não tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento direto à/ao estudante/a estagiária/o.

As posições políticas coletivas do Serviço Social se apresentam em regulações como instrumentos políticos-normativos e estratégicos na luta pela qualidade da formação e do trabalho, e em defesa do Projeto Ético Políticos da profissão. As regulamentações se situam num campo de correlação de forças e lutas determinadas pelas condições objetivas e contradições postas pelo contexto histórico e na busca pelo enfrentamento dos conflitos vivenciados (Caputi, 2021, p.115).

O estágio e a supervisão em Serviço Social são embasados em leis, regulamentações e diretrizes que sistematizam lutas e conquistas da categoria profissional no decorrer do processo histórico. Evidenciam portanto, seus avanços e norteiam sua direção política.

Em 2008, a promulgação da lei federal nº 11.788, apesar do seu caráter mercadológico, trouxe mudanças na política de estágio, dentre elas a concepção de estágio como ato educativo e a afirmação de que “o estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando” (Brasil, 2008).

A lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, tem por objetivo garantir relevantes pontos na efetivação do estágio supervisionado. A legislação possui em seu bojo o entendimento do estágio como “ato educativo escolar supervisionado”, tornando assuntos relevantes como a celebração de convênios entre instituições e parte concedente, assinatura do termo de compromisso, planos de estágio, férias, supervisão, limite de número de supervisionados e cotas, dependendo do número de empregados, para evitar a precarização da mão de obra em virtude da contratação de estagiários, entre outros (Giometti; Carrijo; Pequiá, 2017, p. 84).

A Lei enfatiza ainda que o estágio visa o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho. (Brasil, 2008).

Em 2008, o CFESS aprovou a Resolução nº 533, que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. Essa resolução trouxe avanços na definição de estágio, na sua organização, nas responsabilidades das partes envolvidas. Estabeleceu diretrizes para a supervisão acadêmica e de campo, definindo os papéis das/os supervisoras/es e fortalecendo a indissociabilidade entre teoria e prática na formação profissional.

A atividade de supervisão direta do estágio em Serviço Social constitui momento ímpar no processo ensino-aprendizagem, pois se configura como elemento síntese na relação teoria prática, na articulação entre pesquisa e intervenção profissional e que se consubstancia como exercício teórico-prático, mediante a inserção do aluno nos diferentes espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas, com vistas à formação profissional, conhecimento da realidade institucional, problematização teórico-metodológica (Brasil, 2008).

Destacamos essas normativas, pois elas se inserem no projeto profissional, que tem no projeto ético-político a direção do trabalho e da formação profissional em Serviço Social. As normativas e instrumentos construídos são estratégias de luta política, de resistência e de enfrentamento ao projeto capitalista de educação e da luta contra a precarização do ensino superior.

Em defesa da qualidade do estágio supervisionado em Serviço Social, a ABEPSS assumiu um papel protagonista na construção da Política Nacional de Estágio (PNE), consolidada em 2009. Mais do que simplesmente elaborá-la, a entidade liderou um processo coletivo e amplamente debatido, reafirmando seu compromisso histórico com a formação crítica e de qualidade na área. A PNE é compreendida como um documento fundamental para orientar os processos de mediação teórico-prática, contribuindo para a formação profissional integral da/o assistente social.

A elaboração da PNE para o curso de Serviço Social no Brasil foi um processo coletivo e estratégico, conduzido pela ABEPSS com o apoio do CFESS e outras entidades representativas da profissão. Instrumento legítimo da categoria, a PNE vem se consolidando como norteadora do estágio supervisionado, coerente com o projeto de formação profissional no âmbito do Serviço Social.

Em 2009, a ABEPSS iniciou a construção da PNE com o lançamento de um documento-base, que serviu como ponto de partida para um amplo debate coletivo. Entre maio e outubro de 2009, foram realizados 80 eventos em todo o país, envolvendo 175 Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) e mais de 4.400 participantes, incluindo estudantes, docentes e assistentes sociais. (CFESS, 2010).

Esses encontros resultaram na versão final da PNE, que aborda:

A PNE da ABEPSS traz os princípios norteadores para a realização do estágio; as atribuições dos sujeitos e instâncias envolvidas no estágio supervisionado; aborda a construção de parâmetros quantitativos da relação professor/aluno na supervisão acadêmica do estágio supervisionado obrigatório; orienta inclusive quanto ao estágio não-obrigatório; e aponta estratégias de operacionalização do estágio supervisionado. A Política também discute as tensões e desafios sobre o estágio e aponta uma mudança

na Resolução CFESS 533/2008 (que será discutida pelo Conselho Pleno do CFESS). E tudo isso com base nos debates e contribuições para sua construção, além da referência nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, na Lei 8662/1993, no Código de Ética do/a assistente social e na legislação recente (CFESS, 2010).

Por meio da PNE, a ABEPSS aponta as diretrizes para a implementação do estágio supervisionado, os papéis e atribuições a serem desenvolvidas pelos seus sujeitos protagonistas: estagiárias/os, supervisoras/es acadêmicas/os e de campo bem como da coordenação enquanto esfera da organização e gestão do estágio.

A PNE apresenta como princípios norteadores para a realização do estágio: consonância com os princípios ético-políticos do Código de Ética de 1993; indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; articulação entre formação e exercício profissional; indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo; articulação entre universidade e sociedade; unidade teoria-prática; interdisciplinaridade; articulação entre ensino, pesquisa e extensão (ABEPSS, 2010, p.13-14).

A referida política possui um efeito normatizador e traz diversos destaques que instigam os cursos a repensarem a operacionalização do estágio, dentre eles, a quantidade de estudantes estagiárias/os por supervisora/or; os apontamentos sobre o estágio obrigatório e estágio não obrigatório; a articulação e qualificação dos campos de estágio; a implementação dos Fóruns de Estágio; articulação do estágio com a pesquisa e extensão, entre outros.

As legislações e normatizações sobre o estágio supervisionado se apresentam como forma de resguardar e garantir que esta atividade mantenha uma perspectiva que o Serviço Social já construiu historicamente e que a considera como parte constituinte, integrante e central na formação profissional, portanto, deve ser realizada em condições objetivas que, de fato, proporcione ao estagiário a vivência como um espaço de aprendizagem (Giometti; Carrijo; Pequiá, 2017, p. 93).

A PNE visa fortalecer a formação profissional em Serviço Social, alinhando ensino, pesquisa e extensão. Ela defende um estágio vinculado a um projeto crítico de formação profissional, comprometido com valores democráticos e emancipatórios. A política também enfatiza a importância da supervisão direta, em consonância com as Diretrizes Curriculares de 1996 e o projeto ético-político da profissão.

Quanto à supervisão direta de estágio, embora seja uma atribuição privativa da/o assistente social, expressa na Lei de Regulamentação da Profissão, nem sempre é uma atividade valorizada, seja por parte da instituição campo de estágio, seja por parte das/os profissionais que interpretam essa atividade apenas como mais uma atribuição. Conforme aponta Lewgoy,

Quanto ao supervisor de campo percebo que a carga horária também pode avançar na medida em que responder as demandas do processo de supervisão (reuniões acadêmicas na faculdade, horário para supervisão, leituras e organização de documentação). De fato, a orientação de um estagiário é tarefa de responsabilidade muitas vezes não reconhecida institucionalmente, tanto que não se destinam carga horária para isso nem remuneração extra (Lewgoy, 2009, p. 129).

Ademais, nos espaços ocupacionais, as demandas profissionais cada vez em maior número e mais complexas; os cortes dos recursos financeiros para o atendimento da população; as rotinas de atividades burocráticas e as demais precarizações das condições de trabalho, refletem sobremaneira as intervenções e atividades realizadas pelas/os supervisoras/es de campo junto à/ao estagiária/o.

A precarização do trabalho também se expressa na supervisão acadêmica, na qual podemos evidenciar a dificuldade de articulação com a supervisão de campo e estagiárias/os por meio de supervisões conjuntas, resultando no afastamento da unidade de formação acadêmica dos campos de estágio. No que diz respeito à valorização da atividade de supervisão acadêmica, Lewgoy destaca que:

No processo de supervisão acadêmica, o sobretrabalho é aquele que na jornada de trabalho do professor não é computado como hora-aula, por ultrapassar o período que excede a carga horária do docente. Cito como tempo extensivo à atividade do supervisor a disponibilização de horários para leitura e análise da documentação dos estagiários, deslocamento para visitas às instituições (campos de estágio), planejamento de reuniões com os assistentes sociais, atividades que demandam um tempo que não é contabilizado (Lewgoy, 2009, p. 129).

Não podemos idealizar as condições de realização do estágio, diferentemente da realidade do cotidiano e das condições de trabalho das/os assistentes sociais, pois, esta realidade reflete o mercado de trabalho profissional nesta sociedade capitalista com todas as suas contradições. A condição de assalariamento das/os profissionais assistentes sociais inseridas/os na divisão sócio técnica do trabalho, as/os identifica como trabalhadoras/es e com as/os trabalhadoras/es.

Conforme aponta Guerra:

A mediação do assalariamento, as condições de trabalho do assistente social que não são distintas daquelas que submetem os demais trabalhadores, suas formas precarizadas e informais de contratação, a extensão da sua carga horária, os processos de desregulamentação, intensificação, informatização, simplificação do trabalho e normatização burocrática, a banalização das atividades complexas e específicas, a

hierarquização entre os profissionais, são indicadores de possibilidades e limites do exercício e da realização das diversas competências que cabem ao profissional, uma vez que os espaços profissionais se constituem espaços plenos de contradição (Guerra, 2016, p. 4).

Um dos princípios que norteiam a realização do estágio supervisionado em Serviço Social é a indissociabilidade entre estágio, supervisão acadêmica e de campo, que pressupõe a supervisão acadêmica e de campo, numa ação conjunta, integrando planejamento, acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem. Conforme Ortiz (2014, p. 211), “Uma não pode se realizar sem a outra; uma não é mais importante que a outra; ambas são correlatas. Precisam ocorrer de forma autoimplicada, tendo em vista que o estágio não se configura em uma atividade complementar para a formação” e sim como elemento constituinte e constitutivo da formação profissional em Serviço Social (ABEPSS, 2009).

Além dos princípios ético-políticos, explicitados no Código de Ética das/os assistentes sociais de 1993, que se constituem como os valores norteadores do projeto profissional do Serviço Social, há que se destacar na experiência do estágio, o princípio que refere-se à indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, “evitando a tendência de autonomização da dimensão operativa em detrimento das demais, especialmente quando se trata da vivência no campo ou da supervisão de campo”. (ABEPSS, 2009, p. 13).

Ainda como princípios, destacamos articulação entre formação e exercício profissional por meio da interação entre estagiária/o e supervisoras/es de campo e acadêmica/o, promovendo a articulação entre universidade e sociedade; a unidade teoria-prática, que evidencia o processo dialético dessas dimensões que são indissociáveis; a interdisciplinaridade, promovida pelas diversas áreas de conhecimento trabalhadas ao longo da formação profissional e compartilhada com as diferentes categorias profissionais nos espaço sócio-institucionais e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão numa perspectiva de totalidade (ABEPSS, 2009).

A supervisão de estágio na formação em Serviço Social abarca um conjunto de sujeitos em sua operacionalização sendo a/o estudante, a/o professora/or-supervisora/or acadêmica/o e a/o assistente social-supervisora/or de campo. Necessita acompanhamento e orientação profissional na qual a supervisão acadêmica sob responsabilidade da/o professora/or-supervisora/or no contexto do curso e a supervisão de campo, que compreende o acompanhamento direto das atividades prático-institucionais da/o estudante pela/o assistente social, nos campos de estágio.

Todos os sujeitos possuem atribuições que estão vinculadas as orientações consoantes

nas seguintes legislações: Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/93) e a Resolução do CFESS, nº 533, de 29 de setembro de 2008:

Aos(às) supervisores(as) acadêmicos(as) compete o papel de orientar os estagiários e avaliar seu aprendizado, em constante diálogo com o(a) supervisor(a) de campo, visando a qualificação do estudante durante o processo de formação e aprendizagem das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão, em conformidade com o plano de estágio.

Aos(às) supervisores(as) de campo cabe a inserção, acompanhamento, orientação e avaliação do estudante no campo de estágio, em conformidade com o plano de estágio, elaborado em consonância com o projeto pedagógico e com os programas institucionais vinculados aos campos de estágio; garantindo diálogo permanente com o(a) supervisor(a) acadêmico(a), no processo de supervisão.

E ao(à) estagiário(a), sujeito investigativo, crítico e interventivo, cabe conhecer e compreender a realidade social, inserido no processo de ensino-aprendizagem, construindo conhecimentos e experiências coletivamente que solidifiquem a qualidade de sua formação, mediante o enfrentamento de situações presentes na ação profissional, identificando as relações de força, os sujeitos, as contradições da realidade social (ABEPSS, 2009, p.19-20).

Além de destacar as atribuições das/os protagonistas sujeitos do estágio: estagiária/o, supervisora/or de campo e supervisora/or acadêmica/o, a PNE destaca também as atribuições da coordenação de estágio. O papel da coordenação é considerado estratégico e central na organização e no desenvolvimento do estágio supervisionado, conforme os princípios do projeto ético-político profissional e as Diretrizes Curriculares de 1996.

Além das atribuições dos sujeitos que constroem o estágio, a PNE elenca as atribuições da Coordenação de Estágio, vista como esfera de organização e gestão da política de estágio; indicando a necessidade de todas as UFAs possuírem essa instância, fundamental para o encaminhamento de um estágio com qualidade. Cabe a esta Coordenação atuar diretamente articulada às coordenações de curso ou departamentos, de modo a viabilizar as novas demandas de qualificação do Estágio como elemento central da formação profissional (ABEPSS, 2009, p. 24).

A coordenação do estágio é considerada um núcleo articulador entre os diferentes sujeitos envolvidos no processo de formação – professoras/es, supervisoras/es de campo, estudantes e instituições concedentes. Ela deve garantir a qualidade didático-pedagógica do estágio.

Importante destacar que a coordenação do estágio nos cursos de Serviço Social, fica por vezes a cargo de uma/um docente do curso, somando-se as atribuições de gestão do estágio a todas as atividades docentes relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão.

A realidade de muitas UFAs aponta para a ausência da coordenação de estágio, esta Política propõe a criação desta instância, tendo em vista a viabilidade do cumprimento

das exigências postas de qualificação do Estágio Supervisionado. No caso da inexistência do cargo na instituição, as atribuições do Coordenador de Estágio, são de responsabilidade do coordenador do curso de Serviço Social (ABEPSS, 2009, p. 24).

Conforme a PNE, dentre as atribuições da Coordenação de Estágio destaca-se as seguintes:

- 1 Propor normas e diretrizes gerais para a operacionalização de uma política de estágio condizente com os critérios e objetivos da formação profissional, com a participação de docentes, discentes e supervisores de campo;
- 2 Criar e acompanhar a Comissão de Estágio (grupo responsável pelo planejamento de atividades, acompanhamento e avaliação do Estágio na UFA), caso esteja prevista no projeto da UFA, o que esta política sugere, formada por representantes de: supervisores(as) acadêmicos(as), supervisores(as) de campo e estagiários(as);
- 3 Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Estágio, objetivando o alcance dos objetivos propostos;
- 4 Estabelecer contato com as diferentes instituições objetivando analisar sua programação, interesse e possibilidade de oferecimento de vagas para estágio, estabelecendo parceria para assegurar a qualidade do estágio, por meio da promoção de eventos e atividades, organizados pela UFA, direcionados a capacitação dos(as) supervisores(as) de campo;
- 5 Realizar, a cada semestre, contatos com as instituições campos de estágio e assistentes sociais, obedecendo aos critérios para abertura, ampliação e/ ou manutenção das vagas de estágio objetivando oferecer um leque de opções para os estudantes. Em casos especiais, o(a) estudante, professor(a) ou assistente social que tenha interesse em alguma instituição para campo de estágio, deverá dirigir-se a Coordenação de Estágio, em tempo hábil, para que a mesma efetue análise do projeto e abertura oficial do campo de estágio.
- 6 Selecionar, credenciar e acompanhar os campos de estágio respeitando os princípios da política de estágio e considerando as demandas dos estudantes;
- 7 Propor/rever modelos de documentação: Plano de Estágio; Projeto de Ação Profissional; Roteiro de Avaliação de Relatório; Avaliação pelo supervisor do processo de aprendizagem do estudante no campo de estágio; Avaliação pelos professores do processo de estágio; Avaliação do estudante quanto ao processo de estágio;
- 8 Favorecer contatos, parcerias e troca de informações das instituições campos de estágio dos estudantes do curso e dos supervisores com a Coordenação de Estágio e professores visando estabelecer canais de comunicação contínua (encontro, reuniões, seminários, visitas, etc.);
- 9 Promover reuniões entre os professores da disciplina objetivando democratização e discussão das questões referentes ao estágio; troca de informações e experiências entre os professores; busca de unidade no encaminhamento da disciplina; articulação do processo de estágio com a proposta curricular;
- 10 Discutir e encaminhar, em conjunto com professor da disciplina e supervisor de campo, o desligamento ou a transferência de estudantes do estágio, desde que seja detectado problemas relacionadas à extinção de programas/ projetos;
- 11 Publicizar e possibilitar o acesso aos estudantes, professores e supervisores do material produzido pela Coordenação, por estudantes, por professores e do material relativo a estágio e áreas temáticas, de interesse desses segmentos;
- 12 Organizar, em conjunto com os supervisores acadêmicos, a apresentação dos campos de estágio e/ ou experiências de práticas profissionais, objetivando a democratização de experiências entre os estudantes da faculdade, principalmente com os futuros estagiários a ser realizada ao longo do semestre;
- 13 Promover em articulação com a Comissão de Estágio, em caráter permanente, curso de Capacitação de Supervisores (podendo ser oferecido como atividade de extensão) e a organização da agenda do Fórum de Supervisores da UFA;

14 Atender as demandas dos Conselhos Regionais e garantir o cumprimento da documentação exigida pela resolução 533/2008 no que se refere às UFAs;

15 Fomentar, coordenar e articular o Fórum de Supervisores (da Unidade), em articulação com Fórum Estadual, caso exista, ou estimular a sua criação em articulação com o CRESS e as demais UFAs (ABEPSS, 2009, p. 24-25).

A PNE traz ainda a importância da realização e do fortalecimento dos Fóruns de Supervisoras/es para fomentar os debates relacionados à questões do estágio propiciando um momento oportuno para participação de todos os sujeitos envolvidos no processo: estagiárias/os, supervisoras/es de campo e acadêmicas/os e as/os demais docentes, profissionais e estudantes. É uma estratégia de fortalecimento e de busca de alternativas para melhorar e qualificar o estágio em Serviço Social.

O fórum de supervisores deve ser entendido como um espaço de resistência e de luta para a defesa e consolidação da qualificação do Estágio supervisionado como espaço privilegiado da formação profissional, além de constituir um espaço propício para fomentar as trocas de experiências e discussões que perpassam o estágio e promover a interlocução entre os profissionais, estudantes e docentes (ABEPSS, 2009, p. 36).

Em síntese, conforme os parâmetros estabelecidos pela própria ABEPSS (2018) os Fóruns de Supervisão de Estágio são espaços político-pedagógicos de luta, de resistência, de defesa das dimensões do processo formativo na qualificação e consolidação das competências profissionais, conteúdo transversal à formação profissional em Serviço Social. Na mesma medida, tais espaços colocam-se como lugar de reflexão dos sujeitos envolvidos, para apreensão e enfrentamento dos limites da supervisão e suas condições objetivas de trabalho na experiência de estágio. Os fóruns são importantes, também, no processo de formação permanente dos sujeitos envolvidos, possibilitam uma maior integração entre UFA's e campos de trabalho.

Enfim, “Os Fóruns de Supervisão Estágio previstos na PNE não devem ser apreendidos em uma dimensão burocrático-legalista, mas no seu potencial de articulação política e de estratégia coletiva de garantia de uma formação profissional intelectual e crítica” (ABEPSS, 2018, p.16).

Ressaltamos, enfim, que a construção da Política Nacional de Estágio para o curso de Serviço Social representa um marco na busca por uma formação profissional crítica, ética e comprometida com a realidade social, refletindo o compromisso da categoria com a qualidade do ensino e a valorização do estágio como componente essencial na formação das/os assistentes sociais.

1.3 Formação profissional em Serviço Social: elementos constitutivos⁴

A compreensão dos fundamentos que constituem o projeto de formação profissional crítica em Serviço Social exige um olhar atento sobre seus elementos constitutivos, historicamente construídos e politicamente situados. Nesse sentido, as décadas de 1980 e 1990 representam um período de importantes avanços na direção técnico-acadêmica e político-profissional da área, marcado pela revisão curricular fundamentada no projeto ético-político e que culminou, em 1996, na aprovação das Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, elaboradas coletivamente pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS.

A promulgação das novas Diretrizes Curriculares em 1996 influenciou de maneira substantiva a direção do ensino em Serviço Social e, dentre os vários componentes curriculares, o da supervisão de estágio. Com este documento, a visão endógena que acompanhava a supervisão passou a ter a visão de processualidade na formação do assistente social, promovendo modificações que iriam alterar a natureza e o seu escopo (Lewgoy, 2010, p. 89).

As Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, apontam princípios e diretrizes para nortear o projeto pedagógico de cada unidade de formação profissional e trata o estágio supervisionado como um momento ímpar do processo ensino aprendizagem, elemento síntese da relação teoria-prática, da articulação entre pesquisa e espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas.

Nas Diretrizes Curriculares, o estágio supervisionado em Serviço Social é concebido como:

[...] uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O Estágio Supervisionado é concomitante ao período letivo escolar (ABESS; CEDEPSS, 1997, p. 71).

⁴Formação Profissional em Serviço Social: elementos constitutivos é o nome da disciplina ofertada no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social UNESP/Franca, pela professora Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira, orientadora desta pesquisa. A disciplina foi cursada por esta mestranda no primeiro ano do curso e contribuiu significativamente para o aprofundamento teórico-metodológico sobre a formação profissional, favorecendo reflexões que atravessam o presente trabalho.

O estágio supervisionado possibilita à/ao estudante, sujeito desse processo, apreender a realidade dos espaços ocupacionais e vislumbrar caminhos para a intervenção. É instigada/o a questionar, refletir, investigar e decifrar a realidade a partir das experiências vivenciadas e dos conhecimentos adquiridos na academia. É um espaço de síntese entre os conhecimentos teóricos e saberes práticos que permite desenvolver as dimensões teórico metodológica, técnico operativa e ético política.

É a perspectiva da totalidade que nos ajuda a entender o Serviço Social nas suas contradições e tensionamentos, que do ponto de vista de sua natureza, consiste em um todo constituído por dimensões diversas, mas que juntas e autoimplicadas lhe compõem de modo único. Por dimensão entendemos uma determinada face ou aspecto importante de alguma coisa, que no caso do Serviço Social significa dizer de si mesmo e mais precisamente às suas diversas faces e componentes estruturais (Ramos, 2023, p. 25).

Partindo dessa compreensão, é possível aprofundar a noção de “dimensão” no Serviço Social, entendendo-a não como uma característica isolada, mas como expressão dos fundamentos que estruturam a profissão. Nesse sentido, Santos (2002 apud Santos, 2013, p. 25) aponta que:

O termo “dimensão” remete às propriedades de alguma coisa, no sentido de seus pressupostos, de suas direções, de seus princípios fundamentais. Em nosso caso, nos referimos aos princípios que contribuem para a concretização da profissão de Serviço Social e que formam a sua base. Melhor dizendo, são todos os elementos que constituem e são constitutivos da profissão, intrínsecos à passagem da finalidade ideal – que está no âmbito do pensamento, da projeção – à finalidade real – âmbito da efetividade da ação.

Tendo em vista a relação intrínseca entre a compreensão das dimensões que compõem o trabalho da/o assistente social e o reconhecimento da relevância da gestão no âmbito do Serviço Social, torna-se pertinente dedicar atenção à reflexão, ainda que breve, sobre cada uma dessas dimensões.

A dimensão teórico-metodológica, um dos elementos constitutivos da atuação profissional é essencial para garantir que a prática da/o assistente social seja fundamentada em uma sólida base teórica e em métodos adequados para lidar com as complexidades da realidade social. Esta dimensão trata das diferentes teorias que contribuem com o conhecimento da realidade na qual o assistente social vai trabalhar e que se expressa no cotidiano profissional.

Conforme Ramos (2023, p.25), “O componente teórico comparece à/ao assistente social no plano ideal, iluminando o modo de perceber e entender determinada situação que comparece

em seu cotidiano profissional.” Assim, ao se deparar com as diversas situações no seu cotidiano, a/o assistente social, apreende, analisa e constrói sua intervenção sobre as mesmas.

Entre as dimensões que são constitutivas do trabalho profissional do/a assistente social, a teórico-metodológica nos permite a compreensão do fenômeno social, para além a sua aparência, captando a sua essência e contribuindo para a construção de estratégias e táticas de intervenção. Mas, esse movimento só se faz possível por meio da razão histórico-crítica (Ramos, 2023, p. 58).

O domínio teórico-metodológico possibilita às/aos assistentes sociais uma constante aproximação com a realidade, a percepção crítica das suas contradições e o desvelamento das suas engrenagens colocando-se como elemento indispensável para a elaboração consciente e intencional de estratégias e táticas articuladas aos objetivos profissionais que se pretende alcançar.

Se o/a assistente social estiver atento a tudo que a vida real pode nos revelar – e se essa atenção estiver subsidiada por uma perspectiva teórico-metodológica crítica capaz de desvendar a realidade social – ele terá a possibilidade de construir ações verdadeiramente conectadas com essa realidade e que possam efetivamente contribuir para o processo de ampliação de direitos (Ramos, 2023, p. 67-68).

As intervenções profissionais são movidas por um conjunto de princípios e valores que exigem uma ação política. Esta apreensão e articulação das dimensões teórico-metodológica e ético-política possibilita a ação profissional competente condizente ao projeto ético-político.

A dimensão política trata dos diferentes compromissos que a profissão pode ter; das intencionalidades das ações; implica tomada de posições, no entanto esse compromisso e essas intencionalidades possuem uma sustentação teórica – mesmo que não se tenha consciência disso. Ética é uma reflexão crítica sobre os valores presentes na ação humana e se uma ação requer tomar partido, há uma relação intrínseca entre ética e política (Santos, 2013, p.26).

A dimensão ético-política, portanto, indica as escolhas (teóricas, valorativas, técnicas e políticas) profissionais e as estratégias que serão usadas para alcance dos objetivos. “A adesão a um determinado projeto profissional – e suas dimensões éticas e políticas – supõe decisões de valor inscritas na totalidade dos papéis e atividades que legitimam a relação entre o indivíduo e a sociedade” (Barroco, 2009, p. 175).

[...] será no estágio que esse estudante irá se defrontar com as contradições da ordem burguesa materializadas nas diversas expressões da questão social; identificará claramente os limites das políticas sociais e, sobretudo, da cidadania e da democracia, constituídas nos marcos do liberalismo; observará as disputas pela direção política em diversas situações que claramente expressam determinados projetos societários e

também profissionais; verificará como o preconceito, o moralismo, a discriminação e o autoritarismo revelam e reforçam a longa e recrudescida herança conservadora brasileira e também profissional; enfrentará enfim, os inúmeros dilemas éticos que colocam em xeque seus valores (Ortiz, 2014. p.212).

A/O assistente social, enquanto sujeito político deve pautar suas ações em consonância com os princípios democráticos, a defesa dos direitos humanos e a luta contra as desigualdades sociais. O código de ética da/o assistente social orienta quanto aos princípios e valores que devem ser seguidos em seu exercício profissional. Esses princípios incluem entre outros, o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática (CFESS,1993).

A profissão é interpelada e desafiada pela necessidade de construir mediações políticas e ideológicas expressas sobretudo por ações de resistência e de alianças estratégicas no jogo da política em suas múltiplas dimensões, por dentro dos espaços institucionais e especialmente no contexto das lutas sociais. Isso porque, como sabemos, questão social é luta, é disputa pela riqueza socialmente construída. (Yazbek, 2014, p. 686).

Para Barroco (2009, p. 176), “Os profissionais participam eticamente de um projeto profissional quando assumem individual e coletivamente a sua construção, sentindo-se responsáveis pela sua existência , como parte integrante do mesmo.”.

Assim, o trabalho da/o assistente social se concretiza por meio de suas ações. O Serviço Social, enquanto profissão interventiva, se legitima ao oferecer respostas às demandas colocadas no cotidiano, o que implica a realização de procedimentos fundamentados no uso de instrumentos técnico-operativos, visando à objetivação do trabalho profissional. Trata-se de um fazer vinculado ao exercício profissional, mas que vai além da simples aplicação de instrumentos. Conforme Santos (2011, p. 54), “A passagem da teoria à prática, então, necessita das definições dos fins e da busca dos meios, que, por sua vez, implicam uma dimensão ético-política e uma dimensão técnico-operativa.”

A dimensão técnico-operativa nos leva a refletir sobre a dimensão interventiva da profissão, sobre as competências e habilidades profissionais, que se materializam no domínio dos instrumentais técnico-operativos que são responsáveis pela mediação dos objetivos e das finalidades da intervenção. É constituída pela instrumentalidade da profissão, ou seja, composta pela dimensão técnica e instrumental do exercício profissional.

Pensar a dimensão técnico-operativa é indissociável da reflexão sobre as dimensões

teórico-metodológica e ético-política, pois, trata-se de uma unidade que constitui o trabalho profissional na relação direta com as condições objetivas e subjetivas deste trabalho. “Nesta direção, a dimensão técnico-operativa envolve um conjunto de estratégias, táticas e técnicas instrumentalizadoras da ação, que efetivam o trabalho profissional, e que expressam uma determinada teoria, um método, uma posição política e ética” (Santos, 2013, p.26).

Segundo Santos, “As dimensões formam uma unidade na diversidade, o que faz com que para se pensar a dimensão técnico-operativa seja necessário pensá-la em conjunto com as demais dimensões” (Santos, 2011, p. 4). Assim, a efetivação das concepções teórico-metodológicas e ético-políticas que orientam o trabalho profissional torna-se possível por meio da articulação entre a dimensão técnico-operativa e as demais dimensões que compõem a intervenção profissional. O Serviço Social atua no atendimento das demandas sociais e a forma com que as/os profissionais respondem a essas demandas reflete o seu projeto profissional.

Sinteticamente, podemos afirmar que a relação entre as dimensões se coloca no exercício profissional da seguinte forma: teoria como instrumento de análise do real, onde ocorre a intervenção profissional (dimensão teórico-metodológica) para criar estratégias e táticas de intervenção (dimensão técnico-operativa), comprometidas com um determinado projeto profissional (dimensão ético-política) (Santos, 2013, p. 26).

Compreender as dimensões fundamentais do trabalho da/o assistente social é essencial para construir mediações teórico-metodológicas e ético-políticas que qualifiquem a dimensão técnico-operativa da atuação profissional, conferindo à gestão uma orientação pautada em princípios democráticos e em um horizonte emancipador.

Desta forma, o estágio supervisionado deve possibilitar experiências que ultrapassem o atendimento exclusivo das demandas do mercado de trabalho, ampliando os horizontes da formação do profissional com o desenvolvimento de competências técnico-operativas, compromisso ético-político e sustentação teórico-metodológica. Essas três dimensões encontram-se presentes nas demais dimensões expressas no exercício profissional, entre elas a investigativa, a formativa e a educativa.

A dimensão investigativa está intrínseca nas competências profissionais da/o assistente social. Ela se realiza não só nas pesquisas mas nas mais diversas ações do cotidiano profissional, seja na realização de entrevistas ou na documentação utilizada pelas/os assistentes sociais, como o estudo social, os laudos, pareceres, relatório, entre outros. Conforme Guerra (2009, p. 703), “No cumprimento das atribuições e competências socioprofissionais, há que se realizar permanentemente a pesquisa das condições e relações sob as quais o exercício profissional se

realiza [...]”.

Aqui se coloca a dimensão investigativa: ela é a dimensão do novo – questiona, problematiza, testa as hipóteses, permite revê-las, mexe com os preconceitos, estereótipos, crenças, superstições, supera a mera aparência, por questionar a “positividade do real”. Permite construir novas posturas visando a uma instrumentalidade de novo tipo: mais qualificada, o que equivale a dizer: eficiente e eficaz, competente e compromissada com os princípios da profissão (Guerra, 2009, p. 714).

O estágio supervisionado ativa a dimensão investigativa ao convocar a/o estudante a apreender a complexidade da realidade social em que atua, reconhecendo e analisando as demandas presentes nesse contexto. A partir do processo de supervisão, são desenvolvidas análises críticas e propostas de intervenção, sempre fundamentadas nos princípios do projeto ético-político do Serviço Social.

A/O estagiária/o é, portanto, um sujeito investigativo, que observa, questiona, pesquisa e propõe. Isso se concretiza em atividades como estudos de caso, relatórios, projetos de intervenção, pesquisa de campo, entre outras.

A dimensão formativa refere-se ao processo de constituição da/o profissional, envolvendo não apenas o domínio técnico-operativo da profissão, mas, também, a formação crítica, ética e política, em consonância com o projeto ético-político do Serviço Social. Esse processo é mediado por práticas pedagógicas, teóricas e práticas, que devem ser orientadas por uma concepção de formação que articule conhecimento científico, compromisso social e crítica à ordem vigente.

Enquanto atividade curricular obrigatória, o estágio supervisionado constitui um espaço fundamental para a expressão da dimensão formativa no curso de Serviço Social. Por meio dele, a/o estudante tem a oportunidade apropriar de forma crítica os fundamentos teóricos da profissão no cotidiano concreto, desenvolver uma postura ética e política diante das questões sociais, vivenciar experiências institucionais reais e refletir sobre o exercício profissional. Trata-se de um processo pedagógico no qual teoria e prática se entrelaçam, tensionando-se e enriquecendo-se mutuamente.

A supervisão acadêmica e de campo são primordiais nesse processo. Elas devem estimular o pensamento crítico, o compromisso ético e o aprofundamento analítico das realidades vividas nos espaços institucionais. Nesse sentido Guerra expressa que,

A meu ver, é a supervisão de estágio que, enquanto uma atribuição privativa da profissão, pela sua natureza e particularidades, tem sua centralidade na

competência formativa. Por essa razão destacarei a importância dos supervisores de campo e acadêmicos no sentido de orientar determinado perfil de profissional. Partindo, pois, das competências sócio-profissionais e políticas há que se considerar que é o estágio supervisionado que tem, prioritariamente, a capacidade de propiciar a síntese entre o trabalho e formação profissional e, se essa afirmação é correta, as condições de realização da supervisão dependem das condições de realização do trabalho profissional, mas também das condições sob as quais a formação profissional se realiza (Guerra, 2016, p.3).

Dessa forma, a supervisão é atravessada simultaneamente por aspectos ligados às exigências do mercado de trabalho e às diretrizes da formação profissional. O estágio supervisionado deve ser compreendido em estreita relação com a realidade concreta e as tendências que caracterizam o contexto contemporâneo.

A dimensão educativa articula-se com todas as demais dimensões do Serviço Social, expressando a natureza da profissão, que é não apenas política, mas também pedagógica. Essa característica revela uma intencionalidade que orienta a construção e mobilização de meios e instrumentos voltados à realização dos objetivos profissionais. Trata-se de uma expressão pedagógica do exercício profissional que transcende a simples transmissão de informações, sendo orientada pela construção coletiva de saberes, pela formação crítica dos sujeitos e pela promoção da cidadania ativa e emancipatória.

No processo de aprendizagem, os sujeitos envolvidos: estudantes, equipes profissionais e o/a supervisor/a, ao discutir e materializar a profissão no exercício profissional, se constroem e se reconstróem como sujeitos, elaboram saberes conjuntos em um processo deliberado de favorecer o aprimoramento ético e intelectual, por meio de um espaço didático-pedagógico privilegiado. (Guerra; Braga, 2009, p. 534).

Nessa perspectiva, a dimensão educativa se materializa em diversas ações profissionais, como a orientação individual, o atendimento em grupo, a realização de oficinas socioeducativas, campanhas de mobilização social, formação de lideranças comunitárias e atividades de educação em direitos. Essas ações contribuem para a ampliação da participação popular e para o fortalecimento dos sujeitos sociais como protagonistas de sua própria história. A/O estagiário/a vive um processo de educação para o exercício profissional, ou seja, aprende a partir da realidade, em constante diálogo com a teoria e sob orientação de uma/um supervisora/or. Esse aprendizado é formativo e também educativo no sentido que é um espaço de amadurecimento e politização.

O estágio supervisionado deve proporcionar experiências concretas para que a/o estagiária/o possa refletir criticamente sobre suas experiências práticas, contextualizando-as à

luz das mediações sociais, políticas e econômicas, e mobilizando os referenciais teóricos aprendidos ao longo do curso. Nesse sentido, a supervisão tanto acadêmica quanto de campo torna-se espaço privilegiado de mediação entre conhecimento e ação, permitindo a construção da práxis profissional. Como destaca Santos,

A práxis humana só é possível em razão de a atividade humana ser um por teleológico, ou seja, o homem, ao agir, põe uma finalidade que desencadeia relações causais. O homem, mesmo que não tenha consciência, age pautado numa finalidade ideal, num projeto que guia e orienta essa ação (teleologia) (Santos, 2011, p. 37).

O estágio, ao promover essa práxis, contribui para consolidar uma formação que não reproduz mecanicamente os saberes ou as rotinas institucionais, mas que produz conhecimento, posicionamento crítico e intervenção qualificada. É nesse movimento que teoria e prática deixam de ser instâncias separadas e passam a se constituir mutuamente.

O estágio supervisionado permite diminuir a distância entre a academia e as instituições. Conforme Guerra (2016, p. 56), “Diminuir as distâncias entre a formação e o mercado de trabalho, sem capitular às exigências meramente instrumentais de ambos, requer clareza dos meios e ciência dos fins”.

A teleologia necessita da definição dos fins – o que implica uma dimensão ético-política – e da escolha dos meios – o que implica, também, uma dimensão técnico-operativa -, sendo que a dimensão teórica influencia tanto as opções finalísticas quanto a escolha dos instrumentos operativos nesse processo de objetivação humana (Santos, 2011, p. 56).

A formação em Serviço Social historicamente enfrenta o desafio de superar a dicotomia entre teoria e prática, marcada por uma fragmentação do processo formativo que separa o saber teórico das experiências concretas de intervenção profissional. Esse modelo reduz a prática a um momento secundário ou meramente técnico, descolado da reflexão crítica, e concebe a teoria como um conhecimento desvinculado da realidade social.

Do ponto de vista das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, o estágio supervisionado é compreendido como parte integrante e articulada do processo de formação, não sendo um momento separado ou meramente aplicador da teoria.

A importância da teoria se revela aqui por oferecer a possibilidade de compreensão dos aspectos sócio-históricos que interferem nas condições e nas relações de trabalho, bem como nas condições de vida da população, possibilitando a construção de propostas de trabalho que venham de encontro das

reais demandas postas pelo público, que busca por serviços sociais, e que sejam coerentes com os limites e possibilidades impostos pela profissão (Santos, 2011, p. 86).

Superar essa divisão entre teoria e prática no Serviço Social implica reconhecer que a prática profissional é um espaço de produção de conhecimento e de síntese das mediações sociais. Nesse sentido, a categoria da instrumentalidade possibilita compreender a profissão como uma práxis crítica, na qual teoria e prática se articulam dialeticamente.

A instrumentalidade, conforme discutida por autores como Yolanda Guerra (2010), não se limita ao uso de instrumentos técnicos (como entrevistas, relatórios ou pareceres), mas compreende um conjunto articulado de saberes, valores, competências teóricas, éticas e metodológicas que fundamentam a ação profissional. Ela expressa a capacidade do Serviço Social de intervir na realidade social a partir de fundamentos teóricos, ético-políticos e metodológicos que orientam a ação profissional, com base em um projeto profissional comprometido com a transformação social e com os direitos dos sujeitos atendidos.

A formação profissional não se reduz à aplicação técnica de procedimentos, mas prepara a/o futura/o assistente social para atuar com intencionalidade, criticidade e competência técnico-política, em consonância com os desafios da profissão e com as demandas sociais contemporâneas.

A maneira como o profissional utiliza os instrumentos e técnicas historicamente reconhecidos na profissão encontra-se referenciada pelas expectativas que sustentam suas ações. Em outras palavras: O Serviço Social possui modos particulares de plasmar suas racionalidades que conforma um “modo de operar”, o qual não se realiza sem instrumentos técnicos, políticos e teóricos, tampouco sem uma direção finalística e pressupostos éticos, que incorporam o projeto profissional (Guerra, 2010, p. 203).

A instrumentalidade também atravessa a dimensão ética da formação, na medida em que orienta o uso dos instrumentos com base nos princípios do projeto ético-político da profissão, como a defesa dos direitos humanos, a equidade, a justiça social e o compromisso com os setores subalternizados da sociedade.

O estágio supervisionado constitui-se como um espaço privilegiado de construção do conhecimento, por meio da apropriação crítica dos fundamentos do Serviço Social e da vivência prática dos instrumentos e mediações que integram o exercício profissional. Nessa perspectiva, reafirma-se como etapa essencial da formação de assistentes sociais críticas/os, propositivas/os e comprometidas/os com a transformação social, ao promover uma articulação concreta e dinâmica entre teoria e prática, em consonância com o projeto ético-político da profissão e com as demandas históricas da classe trabalhadora.

1.4 A gestão do estágio supervisionado sob a perspectiva do projeto profissional do Serviço Social

Embora a Política Nacional de Estágio utilize prioritariamente o termo coordenação de estágio para se referir ao trabalho docente de acompanhamento pedagógico e articulação entre a formação acadêmica e os campos de prática, opta-se nesta dissertação por utilizar a expressão gestão do estágio supervisionado. Esta escolha é intencional e fundamentada, na medida em que se reconhece que os processos que envolvem o estágio supervisionado nos cursos de Serviço Social vão além da dimensão pedagógica.

A gestão do estágio é aqui compreendida como um campo mais amplo, que abarca a coordenação pedagógica, mas também os desafios estruturais relacionados à institucionalização do estágio, às condições de trabalho docente, à articulação com os campos de estágio, à mediação com os setores administrativos da universidade, à política de convênios, entre outros elementos que impactam diretamente a qualidade da formação.

Conforme argumentam Souza Filho e Gurgel (2016), a gestão, especialmente quando concebida a partir de uma perspectiva crítica e democrática, deve ser entendida como um processo político, social e pedagógico, que envolve a participação coletiva na definição de rumos institucionais e no enfrentamento das desigualdades produzidas pelas formas tradicionais e burocráticas de organização.

Sendo assim, entendemos que a tarefa central, na conjuntura atual, a ser desenvolvida por uma gestão democrática, em relação ao aspecto institucional, deve se orientar no sentido de explorar as contradições dos contextos organizacionais para impulsionar e estimular dinâmicas que possam contribuir com o processo de democratização (Souza Filho e Gurgel, 2016, p. 200).

Desse modo, ao utilizar o termo gestão do estágio, busca-se enfatizar não apenas o papel pedagógico da coordenação, mas também as mediações institucionais, ético-políticas e estruturais que atravessam a organização do estágio supervisionado no contexto das universidades públicas. Essa escolha visa dar visibilidade a aspectos muitas vezes invisibilizados nos debates sobre o estágio, mas que são fundamentais para compreendê-lo em sua totalidade.

A gestão do estágio supervisionado é por vezes entendida como uma questão apenas burocrática, porém este estudo propõe trazer à baila a sua dimensão ético-política, os desafios enfrentados e as estratégias possíveis no interior dos cursos de serviço social, aqui representadas

pelas universidades públicas federais pesquisadas.

A gestão do estágio supervisionado em Serviço Social, especialmente no âmbito das universidades públicas federais, transcende a mera operacionalização técnico-administrativa dos processos institucionais. Embora envolva tarefas organizacionais como a formalização de convênios, acompanhamento de documentação e a definição de fluxos institucionais, ela se insere em um contexto mais amplo de formação crítica, referenciada no projeto ético-político da profissão e nas diretrizes estabelecidas pela ABEPSS e CFESS.

Nesse sentido, discutir a gestão do estágio implica reconhecer seus desafios concretos, que vão desde a precarização das condições de trabalho nas universidades públicas, a sobrecarga docente, a ausência de recursos institucionais adequados, até a fragilidade nos processos de supervisão e acompanhamento. Por outro lado, também implica analisar as estratégias e possibilidades de resistência e reinvenção, que vêm sendo construídas no cotidiano das unidades de formação acadêmica, a exemplo da criação de comissões locais de estágio, integração com o projeto pedagógico do curso e construção coletiva de instrumentos e fluxos de trabalho.

Assim, investigar a gestão do estágio supervisionado no Serviço Social é um exercício não apenas técnico, mas ético e político, que convoca à análise crítica das condições estruturais da universidade pública, do próprio processo formativo e do exercício profissional na atualidade, em consonância com os fundamentos do projeto profissional.

No Dicionário Aurélio a palavra “gestão” é definida como o ato de gerir ou gerência e aponta a palavra “administração” como sinônimo. A palavra “administração” vem do latim *ad* (direção, tendência para) e *minister* (subordinação ou obediência). Conforme Chiavenato (2003, p. 11), “A Administração é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso de recursos a fim de alcançar objetivos organizacionais”.

“O pensamento administrativo adquire relevância na sociedade a partir da constatação de sua importância para garantir a direção das organizações capitalistas, ou seja, é reconhecido socialmente como mecanismo e estratégia que possibilita o controle e direcionamentos dos objetivos organizacionais, no capitalismo, por meio da racionalização dos meios para o capital atingir suas finalidades de forma organizada e sistematizada”(Benevides, 2017, p.34).

Encontramos portanto, na literatura, o termo “administração” como sinônimo de “gestão”. Posto isso, a administração é caracterizada por Paro (2006 *apud* Souza Filho e Gurgel, 2016, p. 28) como sendo, em seu sentido geral “a utilização racional de recursos para a realização de fins determinados”.

Essa concepção entende a administração como um processo organizado, planejado e estratégico, no qual os recursos disponíveis são utilizados com uma intencionalidade. Afinal, toda ação administrativa parte de um objetivo claro: um fim que se deseja alcançar. Conforme Santos (2011, p. 56), “os meios devem estar intimamente relacionados com a posição dos fins: os homens buscam meios que lhes deem respostas aos fins”.

Para atingir determinados fins, é necessária a utilização de determinados recursos. Os recursos disponibilizados devem ser organizados, aplicados, usados de forma a que os fins definidos sejam efetivamente alcançados. Portanto, temos aqui uma relação entre o “fim, a “finalidade” a ser atingida, e o “recurso” utilizado para atingir a referida finalidade [...] Assim, o tratamento do tema referente à gestão deve resgatar a articulação dialética entre política/finalidades e utilização de recursos/meios/técnicas (Souza Filho e Gurgel, 2016, p. 30-35).

Desse modo, a gestão envolve não apenas técnicas e meios, mas também escolhas políticas relacionadas às finalidades que se pretende alcançar. Benevides aprofunda essa concepção ao afirmar que:

A gestão se consolida como atividade socialmente necessária. Ela nasce da imprescindibilidade prática do homem em organizar ações e/ou recursos com vistas a alcançar objetivos previamente determinados” [...] “a administração ou a gestão consiste em uma atividade inseparável de qualquer situação que envolve pessoas, recursos e tem a intenção de desenvolver e realizar objetivos (Benevides, 2017, p. 30).

Entretanto, tratar da temática da gestão apresenta desafios significativos, sobretudo diante da abordagem eclética com que o tema tem sido tradicionalmente tratado. Muitas formulações teóricas sobre administração ainda se mostram distanciadas da teoria social crítica, o que contribui para a fragmentação entre as abordagens organizacionais e a compreensão mais ampla do desenvolvimento histórico e estrutural do capitalismo.

Outro aspecto que merece especial atenção refere-se a inexistência de particularidades do trato da gestão para a área do Serviço Social. Expliquemos: a gestão de políticas, programas, projetos e serviços não se constitui como uma atribuição exclusiva do assistente social, qualquer profissional pode vir a assumir a tarefa da gestão. Nesse caso, o que está em jogo é a concepção de gestão que deve ser empreendida pelo profissional. Poderíamos dizer então, que a relação entre a gestão e o serviço social refere-se diretamente à subordinação da concepção de gestão ao Projeto Ético Político da profissão (Souza Filho e Gurgel, 2016, p. 10).

O compromisso com o projeto de formação profissional crítico exige que a gestão seja compreendida como uma prática política, social e pedagógica. O projeto ético-político do Serviço Social almeja uma intervenção profissional comprometida com as necessidades das

classes subalternas numa perspectiva de ampliação da cidadania e aprofundamento da democracia. O tratamento do tema referente à gestão deve resgatar a articulação dialética entre a dimensão ético-política (finalidade) com a dimensão técnica (utilização racional dos recursos, meios e técnicas).

A noção de gestão não é neutra nem única: ela varia conforme os projetos de sociedade, os interesses de classe, os modelos institucionais e as concepções pedagógicas em jogo. Por isso, é fundamental compreender que existem múltiplas perspectivas de gestão, cada uma com suas lógicas internas, objetivos e formas de organização do trabalho.

Uma sociedade autoritária, com tradição autoritária, com organização autoritária e, não por acaso, articulada com interesses autoritários de uma minoria, orienta-se na direção oposta à da democracia. Como sabemos, os determinantes econômicos, sociais, políticos e culturais mais amplos é que agem em favor dessa tendência, tornando muito difícil toda ação em sentido contrário. Entretanto, sabemos também que a realidade social está repleta de contradições que precisam ser aproveitadas como ponto de partida para ações com vistas à transformação social (Paro, 2016, p.25).

Conforme Souza Filho e Gurgel (2016, p. 33) do ponto de vista da gestão existem possibilidades diferentes de orientação finalística:

A finalidade que orienta a gestão encontra-se num leque de possibilidades que varia entre orientações radicalmente destinadas à manutenção da ordem de exploração/dominação e aquelas radicalmente posicionadas em defesa de um mundo de liberdade para todos.

A gestão, no contexto do Serviço Social, não deve ser compreendido como uma prática neutra, meramente técnica ou operacional. Trata-se de um processo historicamente construído, permeado por disputas de projetos e interesses, sendo profundamente influenciado pelas relações sociais. Nesse sentido, Souza Filho e Gurgel (2016) identificam três principais perspectivas de gestão: burguesa, burocrática e democrática, cada uma expressando diferentes finalidades e modos de organização institucional.

A gestão na perspectiva burguesa expressa a lógica do capital e está orientada por valores como eficiência, produtividade, competitividade e controle dos processos. Essa concepção busca reproduzir as estruturas de poder e dominação social, reduzindo os sujeitos a meros executores de tarefas e promovendo a adaptação às exigências do mercado. A gestão, nesse caso, se apresenta como uma ferramenta para garantir a funcionalidade do sistema e a manutenção da ordem vigente.

A administração na sociedade capitalista ou administração capitalista expressa-se enquanto uma forma de dominação da classe burguesa, baseada na racionalidade instrumental estruturada formal e legalmente, que possui como finalidade viabilizar a produção social e a apropriação privada da mais-valia, via exploração da força de trabalho, expressa-se, também, pela necessidade de manter a ordem social, difundindo ideias da classe dominante, reprimindo reações e atendendo determinadas demandas da classe trabalhadora (Souza Filho e Gurgel, 2016, p. 42).

Já a gestão burocrática está centrada na rigidez normativa, na hierarquização das decisões e na manutenção de rotinas administrativas. Tem foco na eficiência, na hierarquia, no controle e no cumprimento de metas⁵. Embora possa representar um avanço em termos de institucionalização e padronização de procedimentos, essa perspectiva tende a sufocar a criatividade, a participação e a autonomia dos sujeitos envolvidos nos processos institucionais. Conforme apontam os autores, essa forma de gestão frequentemente desconsidera as dimensões ético-políticas e pedagógicas do trabalho, limitando-se ao cumprimento de normas e regulamentos formais. Segundo Benevides,

As perspectivas burguesa e burocrática (no campo real e não ideal) são, essencialmente, orientadas para garantir a reprodução dos interesses e o controle ideológico da classe dominante. Elas exerceram papel fundamental na organização do trabalho coletivo, com vistas a garantir o aumento da produtividade e a cooperação do trabalhador, no ambiente fabril, por meio da gerência capitalista (Benevides, 2017, p. 49).

Esse processo, evidencia-se nas empresas e nas organizações da sociedade civil, através das terceirizações, desregulamentação das leis do trabalho, flexibilização da estrutura de contratação, perda de direitos trabalhistas, intensificação da exploração, redução dos serviços públicos enquanto direito de cidadania e dever do Estado.

Em contraposição a essas concepções, emerge a gestão democrática, defendida por Souza Filho e Gurgel como uma proposta crítica e transformadora, alinhada ao projeto ético-político do Serviço Social. Essa perspectiva concebe a gestão como um processo político e coletivo, pautado na participação ativa dos sujeitos, no diálogo entre saberes, na corresponsabilidade e na construção compartilhada dos rumos institucionais. Para os autores, a gestão democrática visa não apenas à eficiência organizacional, mas sobretudo à promoção de justiça social, à ampliação de direitos e ao fortalecimento da cidadania.

5 Segundo Max Weber, a burocracia tem as seguintes características: Caráter legal das normas e regulamentos; caráter formal das comunicações; caráter racional e divisão do trabalho; impessoalidade nas relações; hierarquia de autoridade; rotinas e procedimentos padronizados; competência técnica e meritocracia; especialização da administração; profissionalização dos participantes; completa previsibilidade do funcionamento. (Chiavenato, 2003, p. 262)

A gestão democrática exige um planejamento que seja eminentemente político e que tenha condições de analisar a realidade e entender que os sujeitos que são afetados e que também incidem sobre ela são sujeitos, do ponto de vista mais geral, com perspectivas antagônicas em relação ao projeto de sociedade que se pretende constituir (Souza Filho e Gurgel, 2016, p. 212).

O planejamento, enquanto função estratégica, tem como propósito não apenas organizar as ações da instituição no presente, mas principalmente projetar caminhos que permitam alcançar objetivos futuros. Gandim destaca que, trata-se de um processo propositivo e transformador, que ultrapassa a simples manutenção da estrutura existente e se orienta pela construção de novas possibilidades:

[...] ao invés de contentar-se com o conhecimento e a explicação da realidade, o planejamento implica em transformar a realidade existente e construir uma realidade nova. Por isso, planejar é construir a realidade desejada. Não é só organizar a realidade existente e mantê-la em funcionamento (isto seria apenas o planejamento operacional, a administração) mas é transformar essa realidade, construindo um nova (Gandim, 2007, p. 58).

No âmbito do Serviço Social, reconhecer a dimensão política do processo de planejamento é essencial, uma vez que esta se relaciona diretamente com a finalidade da profissão, comprometida com as necessidades e demandas da classe trabalhadora.

Planejar, nesse contexto, não é apenas uma atividade técnica, mas também uma ação estratégica e ética, que envolve escolhas, disputas e posicionamentos diante das contradições da realidade social. Por isso, o planejamento pode oferecer resultados diferentes, a partir das finalidades de quem planeja e, “no âmbito do Serviço Social, o projeto de profissão ao qual o/a assistente social se articula dá o tom e o direcionamento do exercício profissional” (Silva et al., 2019, p. 196).

Desse modo, o processo de planejamento de um assistente social orientado pelo pensamento conservador, pode apresentar características como imediatividade, pragmatismo e não participação dos usuários na definição dos objetivos e finalidades dos planos, programas e projetos que poderão ser desenvolvidos nas instituições empregadoras, expressando princípios e valores que não coadunam com o projeto ético-político crítico (Silva et al., 2019, p. 196).

A gestão democrática é um modelo de gestão que se baseia na participação de todos os envolvidos no processo decisório. Isso significa que os trabalhadores, os usuários e a comunidade em geral têm voz e vez na definição dos rumos da organização. Ela garante que as decisões sejam tomadas de forma transparente e democrática, e que os interesses de todos os

envolvidos sejam levados em consideração. Além disso, a gestão democrática promove a autonomia e a responsabilidade dos trabalhadores, o que resulta em um melhor desempenho da organização.

A gestão participativa deriva da gestão democrática e se caracteriza por incentivar a construção coletiva e a horizontalidade nas decisões. Valoriza a cultura do diálogo, da cooperação e da vivência democrática no dia a dia, além de incorporar a atuação de conselhos, fóruns e colegiados com representação diversa e plural, conforme aponta Souza Filho e Gurgel:

Ao criar os espaços de participação na estrutura organizacional da instituição, ficam estabelecidos canais diretos entre a instituição e a sociedade. Ao privilegiar a participação das classes subalternas na perspectiva da democratização, esta relação com a sociedade adquire uma qualidade diferenciada seja devido aos sujeitos políticos partícipes do processo, seja por conta, e principalmente, do projeto ético-político que norteia a proposição da gestão democrática (Souza Filho e Gurgel, 2016, p. 289).

Conforme os autores, a participação é a única forma de ampliar adesões em torno de uma ação contra hegemônica na sociedade. “O gestor democrático necessita, portanto, de atuar para que a participação se efetive na perspectiva ético-política indicada” (Souza Filho e Gurgel, 2016, p. 216).

O Serviço Social é um campo de atuação que tem como princípios éticos promover a justiça social e a cidadania; a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; recusa do autoritarismo e defesa da democracia; compromisso com a qualidade dos serviços prestados; posicionamento em favor da equidade que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática. (CFESS, 1993).

A gestão democrática é um modelo de gestão que se alinha com esses princípios, pois pode contribuir para a construção de um serviço social mais democrático, mais transparente, que seja capaz de atender às necessidades da população e promover a justiça social.

No Serviço Social a gestão democrática alinha-se ao projeto ético-político profissional, por considerar a gestão como mediação entre sujeitos, projetos institucionais e interesses coletivos. É um processo social e político voltado à ampliação dos direitos sociais e à participação ativa nos espaços institucionais.

Essa concepção de gestão se revela particularmente relevante no campo do estágio supervisionado, onde a gestão deve envolver a mediação entre universidade, campos de estágio e estudantes, garantindo condições éticas, pedagógicas e institucionais para a formação crítica. A adoção de uma gestão democrática pressupõe, assim, o enfrentamento das limitações

impostas pelas lógicas burocráticas e mercadológicas, e a defesa de processos formativos comprometidos com os princípios da justiça social, da autonomia e da emancipação humana.

O estágio é um importante locus, dentre outros, como já dito, para se perceber como a crise atual do capital, com suas particularidades, se expressa no contexto sócio-político da instituição, e as alterações que a Reforma Gerencial do Estado operou nas estruturas e dinâmicas institucionais, para, à luz das teorias organizacionais e dos modelos gerenciais de organização do trabalho, analisar criticamente os modelos de gestão desenvolvidos pela instituição; a lógica operacional que tem norteado as instituições sociais, locus do estágio, que se metamorfoseiam em organizações, sendo regidas por contratos de gestão e por programas direcionados por metas quantitativas, numa suposta eficácia organizacional e eficiência técnica. Essa orientação, sem dúvida, incide sobre o perfil de profissional que está sendo formado (Guerra, 2016, p. 9).

Dessa forma, analisar o estágio supervisionado sob essa ótica permite compreender não apenas os impactos das reformas neoliberais nas instituições campos de estágio e nas instituições formadoras, mas também refletir criticamente sobre os desafios colocados à formação profissional em Serviço Social. Cabe, portanto, à gestão do estágio promover espaços de resistência e construção de alternativas que assegurem a qualidade formativa, a criticidade e o compromisso ético-político com os interesses da classe trabalhadora.

Diante do exposto, compreende-se que a gestão do estágio supervisionado no Serviço Social não pode ser reduzida a uma função meramente administrativa ou burocrática. Trata-se de uma prática complexa, situada no campo das disputas políticas e ético-profissionais, que exige intencionalidade crítica, coerência com o projeto ético-político da profissão e compromisso com a formação de um perfil profissional alinhado à defesa dos direitos sociais e à transformação da realidade.

A adoção de uma gestão democrática, participativa e comprometida com os princípios da justiça social, da equidade e da emancipação humana se apresenta como caminho necessário para fortalecer o estágio supervisionado enquanto espaço de articulação entre teoria e prática, e como instrumento formativo fundamental para a construção de assistentes sociais críticos, propositivos e comprometidos com as demandas da classe trabalhadora. Assim, é imprescindível avançar na reflexão sobre os fundamentos, sentidos e práticas da gestão do estágio, reconhecendo suas múltiplas determinações e suas potências transformadoras no contexto da formação profissional em Serviço Social.

CAPÍTULO 2: A MATERIALIZAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: DESAFIOS, APRENDIZADOS E CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO

2.1 O contexto institucional das Universidades Públicas Federais

No Brasil, a formação das Instituições de Ensino Superior (IES) aconteceu de forma tardia, tendo início apenas com a chegada da Corte portuguesa em 1808⁶. A estrutura universitária, como a conhecemos hoje, só começou a se consolidar a partir da década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, em um contexto marcado pelo início da industrialização nacional e pelas particularidades do capitalismo dependente que define a inserção do Brasil na economia global. Assim, as universidades brasileiras surgem já subordinadas aos interesses e diretrizes do Estado burguês (Silva; Angels, 2021).

Em cada localidade, as universidades foram criadas de acordo com seus contextos históricos e sociais, e a instituição ganhou, assim, características específicas. No Brasil, o papel criativo da universidade é historicamente de muito menor relevância se comparado a seu papel de reprodutora das forças produtivas (Geremias; Pustiglione, 2021, p.97).

A consolidação do ensino superior no Brasil é marcado por constantes disputas entre diferentes projetos de sociedade. Para o setor empresarial e suas representações patronais, a educação é tratada como uma mercadoria, voltada à lógica do mercado e subordinada aos interesses do capital.

Transmutada na forma de uma mercadoria, a educação superior no Brasil vem passando por um número bastante expressivo de transformações – do ponto de vista de suas regulamentações, leis, resoluções, objetivos e oferta – que buscam expropriar aquilo que era considerado um direito e transformá-la numa mercadoria como outra qualquer, ou, conforme o jargão de mercado presente nos documentos oficiais, um serviço, disponível tão somente para aqueles que possam pagar por ela (Silva; Angels, 2021, p.122).

Ainda segundo Silva e Angels, “Entender os aspectos que determinaram a criação e a ampliação da universidade brasileira é de fundamental importância para que se compreenda o

6 Quando se observa do ponto de vista histórico, diferentemente do que ocorreu no restante da América espanhola, no Brasil o desenvolvimento de Instituições de Ensino Superior (IESs) só ocorreu após a vinda da Coroa portuguesa para o território brasileiro, em 1808, com a construção de escolas superiores de Direito em Recife e São Paulo, e de Medicina na Bahia e no Rio de Janeiro.

papel da universidade na produção de conhecimentos, mas também na produção e reprodução do próprio capital” (Silva; Angels, 2021, p.124).

Em contraposição, sindicatos, movimentos sociais, trabalhadores e entidades estudantis defendem a educação como um direito fundamental, que deve ser garantido de forma pública, gratuita, laica e socialmente referenciada. Essa concepção entende que a educação deve estar a serviço das lutas da classe trabalhadora, pois é ela quem sustenta esse sistema educacional com seu trabalho.

Conforme Chauí (2003, p. 5), desde o seu surgimento “a universidade pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais”.

Nesse contexto, a universidade pública brasileira emerge como uma instituição que, embora fundada em princípios de autonomia e serviço público, está inserida em um Estado que, conforme Oliveira (2021), atua prioritariamente na reprodução do capital, muitas vezes em detrimento dos interesses da classe trabalhadora.

Para gerir os negócios da classe capitalista, tem-se o Estado do capital. Não é uma instituição pública. Não se pauta por interesses coletivos e destinados à valorização da vida humana. Ao contrário, possui como função precípua contribuir para o processo de produção e reprodução do capital, em detrimento da vida da classe trabalhadora. Sob esse ponto de vista, educação pública e gratuita conflita com a finalidade do Estado do capital (Oliveira, 2021, p. 88).

Marilena Chauí (2003) aprofunda essa análise ao evidenciar que, no contexto das reformas neoliberais, a educação foi deslocada para o chamado setor de “serviços não exclusivos do Estado”, deixando de ser reconhecida como um direito social para ser tratada como um serviço sujeito à lógica do mercado.

De fato, essa reforma, ao definir os setores que compõem o Estado, designou um desses setores como setor de serviços não exclusivos do Estado e nele colocou a educação, a saúde e a cultura. Essa localização da educação no setor de serviços não exclusivos do Estado significou: a) que a educação deixou de ser concebida como um direito e passou a ser considerada um serviço; b) que a educação deixou de ser considerada um serviço público e passou a ser considerada um serviço que pode ser privado ou privatizado (Chauí, 2003, p. 6)

Essa mudança de concepção legitima a privatização e a mercantilização do ensino, fragilizando ainda mais a função social da universidade pública e o acesso da classe trabalhadora a uma formação crítica e de qualidade.

Nesse mesmo processo, insere-se a expansão acelerada do ensino superior na modalidade a distância, que vem sendo utilizada como estratégia de ampliação do acesso com baixos custos, mas que, muitas vezes, compromete a qualidade da formação acadêmica.

Nesse cenário, pautados pelos dados da realidade, é possível identificar a tendência de crescimento do capital de empresas da educação por meio do ensino a distância. É possível apontar para a tendência do mesmo movimento de isenção do Estado em oferecer educação pública e gratuita. Ensino a distância por meio de oferta privada parece ser o caminho que o capital tem traçado, especificamente, para a saída da atual crise, no que diz respeito à esfera educacional. Isso leva, necessariamente, à busca de ampliação desses setores, com o intuito de abocanhar as camadas educacionais ainda sob a responsabilidade do Estado (Oliveira, 2021, p. 89).

Assim, o EAD, responde diretamente à lógica de mercado, priorizando a massificação do ensino e a lucratividade, em detrimento do investimento em infraestrutura e corpo docente qualificado, desresponsabilizando o Estado quanto à garantia do direito à educação superior pública e de qualidade.

Ademais, as universidades públicas federais enfrentam, nos últimos anos, um cenário político e orçamentário desafiador, marcado por sucessivos cortes de verbas, contingenciamentos e um enfraquecimento de políticas públicas voltadas à educação superior. A redução dos recursos compromete diretamente o funcionamento das instituições, impactando desde a manutenção da infraestrutura física até a capacidade de desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Na lógica do capital, a função social da educação escolar é qualificar a força de trabalho que será consumida pelo capital e possibilitar, com o desenvolvimento da pesquisa, saltos de patamares no conhecimento destinado para desenvolver as forças produtivas do trabalho. Desse modo, quando o Estado reduz verbas destinadas para a educação pública e gratuita, economiza para direcionar esse montante para a sua finalidade precípua: contribuir com a manutenção e a potencialização da relação capital. (Oliveira, 2021, p. 81).

Evidencia-se, portanto, que o desmonte orçamentário das universidades públicas não é um fenômeno isolado, mas parte de um projeto político mais amplo que desvaloriza a educação enquanto direito social e instrumento de transformação. A lógica do capital, ao instrumentalizar a educação para atender às suas demandas produtivas, subordina o ensino superior às exigências do mercado, desconsiderando sua função crítica e emancipatória.

O ensino superior brasileiro tem vivenciado ainda um conjunto de transformações que impactam diretamente o projeto formativo das universidades públicas. Reformulações curriculares vêm sendo implementadas com o incentivo à flexibilização da carga horária presencial e à adoção de modelos de ensino híbrido. Essas mudanças, muitas vezes conduzidas

sem amplo debate interno, têm alterado significativamente a lógica da formação acadêmica, aproximando-a das exigências do mercado em detrimento de uma formação crítica, comprometida com a produção de conhecimento socialmente referenciado.

Nesta direção, intensifica-se a incorporação de novas metodologias de ensino-aprendizagem, especialmente mediadas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), impulsionadas pelo contexto da pandemia da Covid-19. Caputi afirma que,

No âmbito da educação vivemos a supervalorização das denominadas Tecnologias de Informação e Comunicação/TICs (novas tecnologias para a tradicional exploração do trabalho), ou seja, intencionalmente, instaura-se o Ensino Remoto Emergencial/ERE para todas as modalidades da educação. Forja-se o Projeto de Educação a Distância em nome do tempo da excepcionalidade ou Estado de exceção, mas, não se amplia as possibilidades orçamentárias para a educação/universidades públicas pelo contrário corta-se/reduz-se drasticamente (Caputi, 2022, p. 588).

A experiência do Ensino Remoto Emergencial (ERE), adotado abruptamente durante a pandemia da Covid-19, evidenciou as desigualdades estruturais no acesso às tecnologias, além de revelar limitações importantes para o desenvolvimento de atividades acadêmicas, sobretudo aquelas que exigem vivência prática, como os estágios supervisionados. Segundo Caputi,

[...] as flexibilizações no seu sentido mais amplo têm sido implantadas durante o ERE. Conteúdos/disciplinas apontadas na PNE (2010) como basilares para realização do estágio, por exemplo, com ERE se desmontou os pré-requisitos. Observa-se que mesmo com todo direcionamento fundado na dimensão ontológica da formação profissional dado pelas entidades da categoria no contexto ERE, consignações às avessas estão em curso. Urge, contudo, na profissão um investimento massivo de análise das sequelas do ERE na formação profissional, com destaque para o estágio (Caputi, 2022, p.594).

Diante dessas transformações, a assistência estudantil se apresenta como um eixo essencial para a garantia da permanência dos estudantes nas instituições públicas de ensino superior. O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que abrange apoio em áreas como alimentação, moradia, transporte e bolsas acadêmicas, tem se mostrado cada vez mais insuficiente frente às demandas e ao agravamento das desigualdades sociais. A limitação orçamentária e o aumento da demanda comprometem a efetividade desses programas, aprofundando as barreiras enfrentadas pelos estudantes em situação de vulnerabilidade.

A PNAES (Decreto 7.234/2010), para efetivar o que propõe o REUNI, de acordo com o Ministério da Educação, tem como finalidade, em seu artigo primeiro, “[...] ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.” Para isso, tem como objetivo a democratização do ensino superior para que os discentes possam permanecer nestas instituições; “minimizar” as questões causadas pelas desigualdades sociais e regionais, também visando à permanência. Acrescentando a este

objetivo, a conclusão dos cursos de graduação, a redução das taxas de retenção e evasão e a contribuição, pela educação, da inclusão social (Gazotto, 2014, p.69).

As dificuldades de acesso e permanência tornam-se ainda mais expressivas entre estudantes historicamente excluídas/os do espaço universitário, como aquelas/es de baixa renda, negras/os, indígenas, pessoas com deficiência e egressas/os da escola pública. Isso evidencia a urgência de políticas intersetoriais, que articulem educação, assistência social, saúde e moradia, com vistas à democratização do ensino superior e à superação das desigualdades que persistem mesmo após o ingresso na universidade.

O processo de democratização no sistema educacional brasileiro, particularmente nas Universidades Públicas, passa necessariamente pela incorporação de estudantes oriundos de famílias de baixa renda. Não basta, entretanto, assegurar-lhes o acesso: é preciso considerar que o compromisso efetivo do estado com a democratização do ensino superior pressupõe a criação de condições concretas de permanência de todos os alunos na Universidade, até a conclusão do curso escolhido, através da formulação de programas que busquem atenuar os efeitos das desigualdades existentes, provocadas pelas condições da estrutura social e econômica (FONAPRACE, 1997, p.1).

A democratização do ensino superior exige, portanto, que o acesso seja compreendido em articulação com a permanência. Garantir o ingresso não é suficiente: é necessário criar políticas que possibilitem condições reais de continuidade nos estudos, como apontado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE, 1997). Contudo, no atual contexto de ofensiva neoliberal e mercantilização da educação, esse direito vem sendo constantemente ameaçado. A permanência estudantil, o financiamento público e o compromisso com a produção de conhecimento, socialmente referenciado, tornam-se campos de disputa frente a um projeto de educação superior que visa restringir o acesso e subordinar a universidade aos interesses do capital. Como destacam Silva e Angels (2021), cabe à sociedade, e em especial às/aos estudantes, protagonizar a defesa de um projeto de universidade pública, gratuita e de qualidade, comprometido com a redução das desigualdades sociais e com a transformação da realidade.

Conforme exposto, o ensino superior brasileiro segue em disputa e cabe à sociedade lutar contra esse projeto que visa transformar um direito que deveria ser garantido a todos(as) num produto a ser vendido para alguns poucos. [...] É necessário que se avance na construção e no fortalecimento de um projeto de educação superior pública que garanta a universalização do acesso, a permanência e o financiamento para a pesquisa social e tecnológica, e contribuam para a diminuição das desigualdades e a construção de uma sociedade em outras bases. Os estudantes possuem um relevante papel nesta construção (Silva; Angels, 2021, p.133).

Diante de tais adversidades, o campo universitário tem sido palco de tensões e resistências. Mobilizações estudantis e de servidoras/es têm se organizado em defesa da universidade pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada. A resistência às tentativas de desmonte das instituições federais e a crítica às políticas de austeridade têm reafirmado o compromisso social das universidades com a democracia, a inclusão e a produção de conhecimento crítico. Essas lutas reforçam a centralidade da universidade pública como espaço estratégico na disputa por projetos de sociedade e por uma formação comprometida com os direitos sociais.

Nesse cenário, a luta dos trabalhadores em geral, e daqueles especificamente da educação, tende a se agudizar. Os tempos são difíceis, e o conhecimento da realidade em movimento, que nos leva a estudar as tendências do capital, é um suporte indispensável para a elaboração de uma tática de luta. Contudo, sem uma estratégia revolucionária que tenha a organização para além da sociedade do capital, o que veremos é o fortalecimento do Estado do capital pelo desmonte da educação pública e gratuita como um de seus principais vetores (Oliveira, 2021, p. 89).

Nessa conjuntura de intensas contradições vivenciada pelas universidades públicas federais, os cursos de Serviço Social também são atravessados por desafios que impactam diretamente a formação profissional. A escassez de recursos, a precarização das condições de ensino e do exercício profissional incidem de forma direta sobre a oferta e a qualidade do estágio supervisionado, componente essencial da formação em Serviço Social. A gestão do estágio, neste contexto, torna-se um campo estratégico de resistência e de afirmação dos princípios da formação crítica, exigindo o fortalecimento de espaços coletivos de articulação, planejamento e acompanhamento pedagógico.

A resistência a essas ofensivas passa pela mobilização coletiva das/os docentes, estudantes, entidades representativas da categoria e pela reafirmação da importância do projeto de formação ancorado nos princípios do Código de Ética e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Assim, discutir a realidade das universidades públicas federais é também refletir sobre as possibilidades e limites da formação profissional em Serviço Social.

É nesse cenário de contradições e desafios que se insere a presente pesquisa, cuja próxima seção se dedicará à apresentação do panorama dos cursos de graduação em Serviço Social no estado de Minas Gerais e à caracterização das universidades participantes da pesquisa, com foco na organização e gestão do estágio supervisionado em Serviço Social.

2.2 Panorama dos cursos de graduação em Serviço Social no Brasil e caracterização do estágio dos cursos pesquisados

Segundo dados da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES)⁷, o Brasil possui atualmente 69 universidades federais, das quais 20 foram criadas nos últimos 25 anos — período caracterizado por maiores investimentos no ensino superior e por políticas voltadas à democratização do acesso à universidade pública. Minas Gerais destaca-se como o estado com o maior número de universidades federais, totalizando 11 instituições.

No estado de Minas Gerais, o curso de graduação em Serviço Social está distribuído por diversas regiões, sendo oferecido por instituições públicas federais, estaduais e municipais, além de um número expressivo de instituições privadas. Essa diversidade institucional reflete a expansão do ensino superior nas últimas décadas e tem impacto direto na formação profissional da categoria, especialmente na organização dos estágios supervisionados.

De acordo com dados mais recentes do sistema e-MEC, existem atualmente aproximadamente 104 cursos de Serviço Social em funcionamento no país, sendo 15 (cerca de 14,4%) ofertados por instituições públicas e 89 (aproximadamente 85,6%) por instituições privadas. Dentre os cursos oferecidos por instituições públicas, 14 (93,3%) são presenciais e 1 (6,7%) é ofertado na modalidade a distância, conforme tabela a seguir:

Quadro 1 - Cursos de graduação em Serviço Social (bacharelado), gratuitos, presenciais e a distância, em atividade.⁸

	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	SIGLA	MODALIDADE	NOTA ENADE	VAGAS ANUAIS	DATA DE INÍCIO
01	Universidade do Estado de Minas Gerais (Passos)	UEMG	Presencial	ENADE: 2(2018)	80	04/02/2002
02	Universidade do Estado de Minas Gerais (Barbacena)	UEMG	Presencial	ENADE: -	40	Não iniciado
03	Universidade do Estado de Minas Gerais (Abaeté)	UEMG	Presencial	ENADE: 3(2022)	50	01/02/2007

⁷ Criada em 23 de maio de 1989, é a representante oficial das universidades federais na interlocução com o Governo Federal, com as associações de professores, de técnico-administrativos, de estudantes e com a sociedade em geral. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/2025/01/16/brasil-tem-69-universidades-federais-conheca-cada-uma/>. Acesso em: 12 Maio 2025.

⁸ Pesquisa realizada no site e-MEC em maio de 2025.

04	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	Presencial	ENADE: 3(2022)	60	25/09/2006
05	Universidade do Estado de Minas Gerais (Carangola)	UEMG	Presencial	ENADE: -	100	20/08/2008
06	Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP	Presencial	ENADE: 4(2022)	100	02/03/2009
07	Universidade Estadual de Montes Claros	UNIMONTES	Presencial	ENADE: 4(2022)	70	10/03/2003
08	Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	Presencial	ENADE: 5(2022)	50	24/04/1948
09	Universidade do Estado de Minas Gerais (Claudio)	UEMG	Presencial	ENADE: 2(2022)	60	01/02/2007
10	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	Presencial	ENADE: 4(2022)	60	03/03/2009
11	Universidade Federal de Viçosa	UFV	Presencial	ENADE: 5(2022)	990	06/03/2017
12	Universidade de Taubaté (Municipal)	UNITAU	A distância	ENADE: -	50	03/01/2022
13	Universidade do Estado de Minas Gerais (Divinópolis)	UEMG	Presencial	ENADE: 4(2022)	50	28/02/2005
14	Universidade Federal de Uberlândia	UFU	Presencial	ENADE: 3(2022)	40	10/03/2010
15	Universidade do Estado de Minas Gerais (Poços de Caldas)	UEMG	Presencial	ENADE: -	70	Não iniciado

Fonte: Elaborado por Suelly Aparecida Alberto Melo, 2025.

Os dados aqui apresentados foram coletados no sistema e-MEC, por meio de consulta ao curso de graduação em Serviço Social, modalidade bacharelado, filtrando por presencial e a distância, gratuito e em atividade. A análise também considerou as notas do ENADE, número de vagas anuais ofertadas, e a data de início dos cursos, elementos importantes para avaliar tanto a qualidade da formação quanto a distribuição geográfica e temporal dos cursos.

A modalidade a distância entre as instituições públicas é bastante restrita, contrastando com o setor privado, onde a EaD predomina. A Universidade de Taubaté (UNITAU), de caráter municipal, é uma das poucas exceções no setor público a ofertar o curso a distância. Trata-se de uma instituição municipal de ensino superior, organizada como autarquia educacional de regime especial. Embora listada como gratuita, verificou-se que essa instituição cobra taxas de

matrícula e mensalidades, o que levanta questionamentos sobre a classificação de gratuidade atribuída pela base de dados oficial.

Essa constatação reforça que, no âmbito das instituições públicas integralmente gratuitas, o curso de Serviço Social é ofertado exclusivamente na modalidade presencial.

Em Minas Gerais, a presença da rede pública é significativa: o curso é oferecido por universidades federais como a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), e também por instituições estaduais, como a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), presente em diversas cidades do estado (como Passos, Abaeté, Carangola, Cláudio, Divinópolis, Barbacena e Poços de Caldas), além da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Estes cursos são oferecidos na modalidade presencial, com notas do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE)⁹, variando de 2 a 5, indicando uma diversidade no desempenho avaliado pelo MEC. Algumas unidades ainda não iniciaram as atividades ou estão sem avaliação vigente¹⁰.

Já no setor privado, a predominância da modalidade a distância (EaD) é notável: das 89 instituições privadas, 74 (83,1%) oferecem o curso em EaD, muitas com milhares de vagas anuais disponíveis e 15 (16,9%) ofertam o curso na modalidade presencial. Os dados apresentados abaixo foram coletados no sistema e-MEC, por meio de consulta ao curso de graduação em Serviço Social, modalidade bacharelado, filtrando por presencial e a distância, não gratuito e em atividade.

Quadro 2 - Cursos de graduação em Serviço Social (bacharelado), não gratuitos, presenciais e a distância, em atividade.¹¹

	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	SIGLA	MODALIDADE	NOTA ENADE	VAGAS ANUAIS	DATA DE INÍCIO
01	Universidade Cândido Mendes	UCAM	A distância	ENADE: 3(2022)	3091	11/02/2019

⁹ O ENADE foi criado em 2004, por meio da Lei 10.861, para compor o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). O exame tem o objetivo de avaliar o desempenho das/os estudantes dos cursos de graduação.

¹⁰ A discrepância nas notas pode ser parcialmente atribuída a fatores como a ocorrência de boicotes estudantis ao ENADE, que podem impactar negativamente o resultado global dos cursos, especialmente nas instituições públicas. O boicote ao ENADE configura-se como uma ação política organizada, que pode envolver comparecimento à prova seguido da sua entrega em branco ou com adesivos, entre outras formas de protesto. Em caráter analítico, estudos indicam que a incidência do boicote é modesta em termos quantitativos (até 3,5%), mas pode ser significativa em cursos específicos (Leitão et al., 2010).

¹¹ Pesquisa realizada no site do MEC em maio 2025.

02	Faculdade de Ensino Superior da Cidade de Feira de Santana	FAESF/UNEF	A distância	ENADE: 2(2022)	2500	10/05/2022
03	Universidade Católica de Brasília	UCB	A distância		575	13/08/2018
04	Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo	FAMEESP	A distância	ENADE: 2(2022)	500	
05	Centro Universitário Planalto do Distrito Federal	UNIPLAN	A distância	ENADE: -	5700	07/03/2022
06	Universidade Paulista	UNIP	A distância		73260	03/08/2015
07	Faculdade Multivix Serra- Em supervisão	MULTIVIX	A distância	ENADE: 2(2022)	1200	18/02/2008
08	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	PUC MINAS	A distância	ENADE: 2(2022)	240	19/02/2018
09	Centro Universitário Unihorizontes	-	Presencial	ENADE: 3(2022)	200	21/02/2022
10	Centro Universitário Leonardo da Vinci	UNIASSELVI	A distância	ENADE: -	7680	02/08/2010
11	Centro Universitário Ateneu		A distância		500	02/05/2008
12	Faculdade Regional de Minas Gerais	FACMINAS	Presencial	ENADE: 3(2022)	100	20/05/2019
13	Universidade Luterana do Brasil	ULBRA	A distância	ENADE: 2(2022)	4000	03/02/2020
14	Universidade do Sul De Santa Catarina	UNISUL	A distância	ENADE: -	200	31/03/2008
15	Centro Universitário Doctum de Teófilo Otoni	UNIDOCTUM	Presencial		80	07/04/2014
16	Centro Universitário do Vale do Ribeira	UNIVR	A distância	ENADE: -	80	17/02/2003
17	Centro Universitário da Grande Fortaleza	UNIGRANDE	A distância		9900	05/04/2021
18	Faculdade Presidente Antônio Carlos de Uberlândia		Presencial	ENADE: 2(2022)	80	Não iniciado
19	Centro Universitário de Caratinga	UNEC	A distância	ENADE: 2(2022)	100	07/03/2005

20	Centro Universitário Una	UNA	A distância	ENADE: 3(2016)	100	Não iniciado
21	Centro Universitário Funorte	UNIFUNORTE	Presencial	ENADE: 3(2018)	100	13/09/2004
22	Universidade Salvador	UNIFACS	A distância	ENADE: 2(2022)	1100	03/02/2010
23	Centro Universitário Fundação de Ensino Octávio Bastos	FEOB UNIFEOB	A distância	ENADE: -	120	Não iniciado
24	Centro Universitário Cidade Verde	UniCV	A distância		300	18/02/2019
25	Centro Universitário Newton Paiva	NEWTON PAIVA	A distância	ENADE: 1(2022)	2500	01/02/2008
26	Centro Universitário Unidom – Bosco	UNIDOM - BOSCO	A distância	ENADE: 1(2013)	700	02/03/2020
27	Faculdade Única DE Ipatinga	FUNIP	A distância	ENADE: -	1000	06/07/2023
28	Universidade Estácio De Sá	UNESA	A distância		2127	22/07/2010
29	Universidade de Uberaba	UNIUBE	A distância	ENADE: -	600	01/02/2007
30	Universidade Anhanguera	UNIDERP	A distância		168	13/09/2004
31	Centro Universitário Una	UNA	Presencial	ENADE: 3(2022)	200	01/07/2006
32	Centro Universitário Faveni Em Supervisão	UNIFAVENI	A distância	ENADE: -	400	15/08/2018
33	Centro Universitário da Grande Dourados	UNIGRAN	A distância		3000	01/08/2008
34	Centro Universitário Estácio de Santa Catarina	ESTÁCIO SANTA CATARINA	A distância	ENADE: 2(2022)	1095	09/02/2017
35	Centro Universitário Ingá	UNINGÁ	A distância	ENADE: 2(2022)	1200	03/02/2018
36	Centro Universitário Unihorizontes		A distância		500	19/03/2024
37	Faculdade de Ciências da Saúde de Unai	FACISA	Presencial	ENADE: 2(2022)	40	02/02/2010
38	Universidade Santa Cecília	UNISANTA	A distância	ENADE: -	750	Não iniciado

39	Centro Universitário Unibras Montes Belos- Em Supervisão	UNIBRAS	A distância		800	Não iniciado
40	Universidade Salgado de Oliveira	UNIVERSO	A distância	ENADE: 4(2022)	2000	12/09/2010
41	Faculdade Dom Alberto	FDA	A distância	ENADE: -	300	15/09/2019
42	Centro Universitário Internacional	UNINTER	A distância		3000	01/08/2015
43	Universidade de Araraquara	UNIARA	A distância	ENADE: -	500	11/09/2018
44	Centro Universitário Santa Cruz de Curitiba	UNI SANTA CRUZ	A distância	ENADE: -	2500	Não iniciado
45	Faculdade Única de Ipatinga	FUNIP	Presencial		80	04/09/2000
46	Universidade Metropolitana de Santos	UNIMES	A distância	ENADE: 4(2016)	1000	15/02/2011
47	Universidade La Salle	UNILASALLE	A distância	ENADE: 2(2022)	780	25/02/2019
48	Centro Superior de Ensino e Pesquisa de Machado	CESEP	Presencial	ENADE: 2(2022)	100	05/02/2007
49	Centro Universitário Unincor	UninCor	A distância	ENADE: 3(2016)	250	Não iniciado
50	Faculdade Unyleya		A distância	ENADE: -	400	25/02/2022
51	Faculdade Prominas de Montes Claros	PROMINAS	A distância		1000	12/10/2020
52	Centro de Ensino Superior de Conselheiro Lafaiete	CES-CL	Presencial	ENADE: -	60	01/08/2002
53	Centro Universitário Dom Pedro I	UNIDOMPEDRO	A distância		200	05/02/2017
54	Universidade Professor Edson Antônio Velano	UNIFENAS	A distância	ENADE: -	240	22/12/2022
55	Centro Universitário Santa Cruz de Curitiba	UNISA	A distância		2300	22/04/2008
56	Faculdade Única de Ipatinga	UCDB	A distância	ENADE: 3(2016)	200	01/02/2017
57	Universidade Metropolitana de Santos	PUC MINAS	Presencial	ENADE: 2(2022)	120	08/07/1946

58	Universidade de Franca	UNIFRAN	A distância	ENADE: 2(2022)	550	03/02/2014
59	Centro Universitário Unibta		A distância	ENADE: 1(2022)	1000	07/11/2019
60	Universidade Metodista de São Paulo	UMESP	A distância	ENADE: 4(2022)	1000	01/02/2019
61	Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto	ESTÁCIO RIBEIRÃO PRETO	A distância	ENADE: 2(2022)	641	20/07/2011
62	Universidade São Francisco	USF	A distância	ENADE: 3(2022)	300	11/03/2019
63	Centro Universitário Etep Sub Judice		A distância	ENADE: -	500	18/05/2021
64	Faculdade Católica Paulista	FACAP	A distância		800	07/10/2019
65	Faculdade Conexão	CONEXÃO	A distância	ENADE: -	1000	Não iniciado
66	Centro Universitário de Brasília	UNICEUB	A distância		1000	11/05/2019
67	Centro Universitário de Sete Lagoas	UNIFEMM	A distância	ENADE: -	120	Não iniciado
68	Faculdade Alfaunipac de Almenara		A distância	ENADE: -	300	Não iniciado
69	Centro Universitário Adventista de São Paulo	UNASP	A distância		3480	05/02/2024
70	Centro Universitário Universo Belo Horizonte		Presencial	ENADE: -	600	14/02/2005
71	Centro Universitário do Sul de Minas	UNIS-MG	A distância		100	Não iniciado
72	Centro Universitário de Jales -Em Supervisão	UNIJALES	A distância	ENADE: -	1000	Não iniciado
73	Faculdades Doctum de Caratinga	DOCTUM	Presencial	ENADE: 3(2022)	80	15/03/1993
74	Centro Universitário Universo Juiz de Fora		Presencial	ENADE: 3(2018)	600	14/02/2005
75	Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte	ESTÁCIO BH	Presencial	ENADE: 2(2022)	50	01/02/2016

76	Centro Universitário de Excelência Eniac	ENIAC	A distância	ENADE: -	400	04/07/2019
77	Centro Universitário do Planalto de Araxá	UNIARAXÁ	A distância		300	19/05/2018
78	Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera		A distância	ENADE: 2(2022)	7000	12/02/2007
79	Faculdade Capital Federal	FECAF	A distância	ENADE: 2(2022)	300	13/03/2020
80	Centro Universitário Unifacig		A distância	ENADE: -	150	06/02/2020
81	Universidade Vila Velha	UVV	A distância	ENADE: -	300	09/04/2024
82	Centro Universitário Facvest	UNIFACVEST	A distância		300	02/08/2017
83	Centro Universitário Doctum de Teófilo Otoni		A distância	ENADE: -	1800	11/03/2019
84	Faculdade Batista de Minas Gerais	FBMG	A distância	ENADE: -	500	Não iniciado
85	Centro Universitário Unifatecie	UNIFATECIE	A distância		1000	03/07/2020
86	Centro Universitário Fael	UNIFAEI	A distância	ENADE: 2(2022)	6000	01/03/2019
87	Centro Universitário Braz Cubas		A distância	ENADE: -	2000	02/02/2011
88	Universidade Cruzeiro do Sul	UNICSUL	A distância		2000	03/02/2014
89	Universidade Cesumar	UNICESUMAR	A distância	ENADE: -	10000	03/02/2014

Fonte: Elaborado por Suelly Aparecida Alberto Melo, 2025.

A modalidade a distância permanece concentrada quase integralmente no setor privado, o que levanta reflexões importantes sobre a democratização do acesso, a qualidade da formação e a responsabilidade do Estado na oferta de cursos com caráter público e gratuito.

A nota atribuída pelo ENADE, varia consideravelmente entre as instituições, com cursos obtendo notas entre 1 e 4, o que indica uma diversidade significativa na qualidade dos cursos ofertados, especialmente na modalidade a distância. Além disso, alguns cursos se encontram em situação de "supervisão", "não iniciado" ou ainda sem nota ENADE atribuída, o

que demanda atenção quanto à regulação e à qualidade da formação¹².

A partir do panorama apresentado, optou-se por selecionar cursos presenciais vinculados a universidades públicas federais do estado de Minas Gerais para a realização da pesquisa empírica. Essa escolha levou em consideração as realidades aproximadas da universidade à qual a pesquisadora está vinculada. Além disso, a amostra contempla universidades localizadas em diferentes regiões do estado, com contextos distintos e particularidades que contribuem para a análise dos objetivos propostos pelo estudo.

A seguir, com base nas informações disponíveis nos sites institucionais das respectivas universidades, apresenta-se uma breve contextualização de cada uma delas, destacando seus contextos institucionais, históricos e regionais. Essa caracterização busca oferecer subsídios para a compreensão das especificidades locais em que os cursos de Serviço Social estão inseridos.

- **Universidade 1**

A universidade 1 objeto deste estudo destaca-se como um polo científico, econômico e cultural de relevância regional e nacional. Está localizada em um município com população de 540.756 habitantes (IBGE, 2022), o quarto mais populoso do estado.

Fundada oficialmente em 1960, a instituição oferece atualmente mais de 90 cursos de graduação, 45 programas de mestrado e 24 de doutorado, além de cursos de especialização e residências nas áreas da saúde, da gestão e da docência. Também é responsável por um colégio de aplicação com oferta de ensino fundamental e médio, e por um hospital universitário vinculado à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

Com campi em dois municípios, a universidade atende cerca de 26 mil estudantes, contando com um corpo docente de mais de 1.600 professores e cerca de 1.500 técnica/o-administrativas/os em educação. Dispõe de 18 bibliotecas e mais de 370 laboratórios, o que evidencia sua infraestrutura voltada à excelência acadêmica.

A instituição também desempenha papel relevante na gestão de espaços culturais, educativos e científicos, como museus, teatros, centros de ciência e um jardim botânico, contribuindo para a democratização do acesso à cultura e à produção do conhecimento.

No que se refere à formação em Serviço Social, o curso teve início em 1958, inicialmente vinculado a uma entidade filantrópica mantida por uma congregação religiosa. Em 1968, foi incorporado à estrutura da universidade federal, onde se consolidou como espaço de

¹² Cf. nota de rodapé 10.

formação crítica e comprometida com os princípios ético-políticos da profissão.

- **Universidade 2**

A instituição de ensino superior em questão está situada em um município que possui uma população estimada em 340.277 habitantes (IBGE, 2022). A cidade se destaca por sua riqueza cultural, vocação educacional e economia em expansão, especialmente no setor agropecuário.

A instituição foi transformada em universidade federal no ano de 2005, como parte de um processo mais amplo de reestruturação e ampliação do ensino superior público no Brasil, vinculado ao Ministério da Educação. Atualmente, conta com campi em duas cidades do interior mineiro e oferta cursos de graduação, pós-graduação e educação profissional, atendendo a um contingente de aproximadamente 8.000 estudantes.

A universidade possui atuação consolidada na área da saúde, com um hospital universitário de referência nacional, além de espaços científicos e culturais voltados à pesquisa e à extensão.

O curso de Serviço Social da instituição foi criado em 2009, no contexto da política de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), respondendo à necessidade de ampliação da formação de profissionais comprometidos com as demandas sociais e com os princípios do projeto ético-político da profissão.

- **Universidade 3**

A instituição de ensino superior referida é uma fundação pública vinculada ao Ministério da Educação (MEC), integrante da Administração Federal Indireta. Sua trajetória teve início em 1969, quando foi autorizada a funcionar como universidade, sendo posteriormente federalizada em 1978.

Atualmente, conta com trinta unidades acadêmicas distribuídas em sete campi. Uma de suas unidades acadêmicas, situada em um município com população estimada em 102.217 habitantes (IBGE, 2022), tem se destacado pelo crescimento populacional e pela consolidação de políticas voltadas à interiorização do ensino superior público. É nesse contexto que, em 2009, foi instituída uma comissão responsável pela elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social, cuja implantação ocorreu no ano seguinte, em 2010.

O curso foi concebido com base nas demandas sociais da região, com o propósito de formar profissionais comprometidos com a transformação social e capazes de intervir

criticamente na realidade local, contribuindo para o fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social.

- **Universidade 4**

A história da instituição analisada tem início em 1953. Desde então, passou por diferentes fases institucionais, como faculdade especializada e, posteriormente, como faculdades federais integradas, até alcançar, em 2005, o status de universidade federal. A partir dessa transformação, foram criadas novas vagas e cursos de graduação, atendendo a diferentes áreas do conhecimento, com especial atenção às necessidades e potencialidades regionais.

A expansão institucional abrangeu não apenas a ampliação da oferta de cursos, como também a incorporação de novos campi, entre eles o localizado em um importante município do nordeste mineiro, com população de 137.418 habitantes (IBGE, 2022). Com o tempo, a universidade consolidou sua presença também em outras regiões do estado, por meio da criação de novos campi e unidades experimentais, além da implementação de cursos de graduação, pós-graduação e de educação a distância.

A instituição conta com mais de 80 cursos de graduação presenciais e a distância, atendendo a uma comunidade acadêmica superior a 10 mil estudantes. Possui também mais de 1.500 discentes na pós-graduação, apoiados por uma estrutura de 617 técnicos administrativos e 778 docentes distribuídos em cinco campi universitários.

O curso de Serviço Social dessa universidade se insere no contexto da política de expansão da educação superior pública federal iniciada nos anos 2000, intensificada com a criação de novas instituições ou com a transformação de escolas técnicas em universidades a partir de 2005. Essa expansão visou ampliar o acesso ao ensino superior em regiões historicamente excluídas, promovendo a interiorização e a democratização do conhecimento.

A seguir, são apresentadas as principais características dos cursos de graduação em Serviço Social oferecidos pelas instituições analisadas nesta pesquisa. As informações foram organizadas com base em dados obtidos nos portais institucionais e nos respectivos Projetos Político-Pedagógicos (PPCs), considerando aspectos como: ano de criação do curso, regime acadêmico, turno de funcionamento, número de vagas ofertadas, duração do curso, carga horária total e destinada ao estágio supervisionado, períodos de realização do estágio, pré-requisitos e estrutura de coordenação do estágio supervisionado.

Essa sistematização visa oferecer uma visão sintética dos cursos, respeitando suas

especificidades institucionais e formativas, e contribuindo para a análise qualitativa proposta por este estudo.

Quadro 3 - Dados dos cursos de Serviço Social presenciais das universidades públicas pesquisadas.¹³

INDICADORES	UNIVERSIDADE 1	UNIVERSIDADE 2	UNIVERSIDADE 3	UNIVERSIDADE 4
Implantação do curso de Serviço Social	1968	2009	2010	2006
Regime acadêmico	Semestral (entrada alternada: 1º semestre diurno / 2º semestre noturno)	Semestral	Semestral (entrada anual)	Semestral
Turno	Diurno e Noturno	Noturno	Matutino	Noturno
Número de vagas	35 (diurno) 35 (noturno) por semestre	30 por semestre	50 por ano	30 por semestre
Duração	4 anos e meio	4 anos	4 anos e meio	4 anos e meio
Carga horária total do curso	3.000 horas	3.000 horas	3.170 horas	3.050 horas
Carga horária total do estágio	510 horas	450 horas	480 horas	440 horas
Períodos de realização do estágio/carga horária	7º, 8º e 9º períodos 170h por período	5º, 6º e 7º períodos 150h por período	5º, 6º, 7º e 8º períodos 120h por período	5º, 6º, 7º e 8º períodos 110h por período
Pré-requisitos para realização do estágio	Estágio I: Ética e Serviço Social; Trabalho e Serviço Social Estágio II: Estágio I e Oficina I Estágio III: Estágio II e Oficina II	Estágio I: Ética Profissional II; Questão Social no Brasil; FHTM II Estágio II: Estágio I Estágio III: Estágio II	Estágio I: Não há Estágio II: Estágio I Estágio III: Estágio II Estágio IV: Estágio III	Estágio I: Ética Profissional e Serviço Social Estágio II: Estágio I Estágio III: Estágio II Estágio IV: Estágio III

¹³ Pesquisa realizada no site das universidades em fevereiro de 2025.

Coordenação	Comissão composta por: coordenador(a) de estágio; -coordenador(a) do curso; -supervisores(as) acadêmicos(as); -estagiário(a); -supervisor(a) de campo.	Núcleo composto por: -coordenador(a) de estágio; -assistentes sociais; -assistente administrativa; -supervisores(as) acadêmicos(as).	Professor(a) designado(a) pela coordenação do curso.	Centro de Referência composto por: -coordenação de estágio; -coordenação de curso; -supervisores(as) pedagógicos(as).
--------------------	---	--	--	--

Fonte: Elaborado por Suely Aparecida Alberto Melo em 2025.

Os dados referentes às universidades e aos cursos que compõem este estudo contribuem para a compreensão dos contextos locais, institucionais e formativos, bem como das particularidades que envolvem as diferentes formas de organização do estágio supervisionado. Trata-se de uma abordagem qualitativa que busca valorizar a singularidade de cada experiência institucional, em diálogo com os objetivos investigativos da pesquisa.

Esta caracterização visa também contextualizar as singularidades e os aspectos que atravessam o estágio supervisionado nos cursos analisados, oferecendo subsídios para a análise crítica dos dados empíricos, apresentados a seguir.

2.3 Desvelando os desafios, estratégias e possibilidades na gestão do estágio

Esta sessão tem como objetivo apresentar o objeto de estudo da pesquisa: a gestão do estágio supervisionado nos cursos de graduação em Serviço Social.

O estágio supervisionado, fundamentado nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS e regulamentado na Resolução CFESS nº 533/2008, é compreendido como um componente curricular fundamental para a articulação entre teoria e prática e para o fortalecimento da formação crítica, ético-política e socialmente referenciada.

O recorte do objeto de pesquisa partiu da constatação de que a efetivação do estágio exige uma estrutura de gestão que vá além da simples operacionalização de procedimentos administrativos. Requer planejamento, articulação com os campos de estágio, acompanhamento pedagógico contínuo e, sobretudo, o compromisso coletivo da equipe docente e das instituições formadoras com o projeto de formação profissional. Assim, a gestão do estágio é aqui entendida em sua dimensão pedagógica, política e institucional, perpassada pelas mediações entre universidade, campo de estágio, estudantes e supervisores/as.

Para a realização da pesquisa de campo, as entrevistas foram previamente agendadas com as/os participantes da pesquisa e realizadas por meio da plataforma Google Meet, seguindo um roteiro de entrevista semiestruturada com perguntas abrangentes, de forma a permitir à/ao entrevistada/o discorrer sobre os questionamentos formulados acerca do objeto de estudo. Conforme mencionado na metodologia, os destaques às falas das/os participantes foram identificadas/os pelos nomes dos elementos: Água, Terra, Fogo e Ar, de modo a preservar o anonimato das/os envolvidas/os.

No contato com as/os participantes para o agendamento das entrevistas, ficou evidente o acúmulo e a variedade de atividades as quais as/os gestoras/es estão envolvidas/os, o que demandou o reagendamento das entrevistas por diversas vezes. Entre os principais motivos para tais adiamentos, destacam-se: atividades burocráticas em decorrência do encerramento do semestre, participação em bancas de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), visita inesperada a campo de estágio em outro município para resolver demanda, reunião emergencial com a prefeitura local devido a cortes de bolsas de estágio, e ainda, uma situação de atendimento médico decorrente de um episódio de estresse causado pelo excesso de atividades requisitadas em final de período letivo.

Esses episódios evidenciam o quanto a categoria docente tem sido impactada por uma rotina exaustiva, marcada por múltiplos compromissos acadêmicos, prazos rigorosos e questões burocráticas, fatores que, em conjunto, contribuem significativamente para o adoecimento físico e mental das/os profissionais da educação.

À docência de nível superior em uma IFES são atribuídas as atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de funções administrativas. Cada um desses segmentos é composto de um conjunto de atividades altamente complexas que exigem atualizações constantes do docente, tanto genéricas quanto específicas. Da pressão constante sobre o docente, advinda dos processos de qualificação, carreira, geração de resultados, do convívio com discentes que apresentam os mais variados níveis de cognição, da obediência às políticas públicas de ensino que privilegiam a burocracia e, principalmente, da carga de trabalho excessiva e sem reconhecimento ou recompensas, advém um significativo impacto em sua estrutura psíquica (Forattini, C. D.; Lucena, C., 2015, p. 34).

É importante considerar que, em razão do descompasso nos calendários acadêmicos, provocados seja pela pandemia, por greves ou paralisações, as universidades públicas encontram-se em fases distintas em relação ao calendário em curso, o que acarreta alguns desencontros no planejamento de atividades. Esta questão interfere sobremaneira na oferta e na realização dos estágios, considerando as mudanças nas gestões municipais, encerramento de contratos dos assistentes sociais e, ainda, pela concorrência de vagas com estudantes de cursos

de EaD, cujos calendários não foram igualmente afetados. Como esses últimos cursos mantêm maior regularidade, as/os estudantes acabam ocupando as vagas disponíveis com antecedência, comprometendo o acesso das/os estudantes das universidades públicas presenciais.

As questões que compuseram o roteiro de entrevista tiveram por finalidade obter informações relacionadas à percepção e à compreensão do objeto de estudo, possibilitando, também, indicar elementos nas falas das/os participantes que pudessem conduzir à construção de categorias empíricas, para interpretação e análise dos dados.

A seguir será apresentada a análise dos dados empíricos produzidos por meio de entrevistas com as/os responsáveis pela gestão do estágio supervisionado nos cursos de Serviço Social das universidades investigadas. O roteiro da entrevista¹⁴ foi construído com o objetivo de apreender, a partir da experiência concreta das/os gestoras/es, as formas pelas quais se expressam as mediações entre a política de estágio e as condições institucionais de sua efetivação, evidenciando contradições, desafios e estratégias mobilizadas nesse processo.

A análise fundamenta-se na perspectiva do materialismo histórico-dialético, compreendendo que o estágio supervisionado, enquanto componente curricular obrigatório, está inserido em uma totalidade social e institucional que o determina e o condiciona. Como afirma Iamamoto,

Pensar o projeto profissional supõe articular uma dupla dimensão: de um lado, as condições macrossocietárias, que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades; e, de outro, as respostas sócio-históricas, ético-políticas e técnicas de agentes profissionais a esse contexto, as quais traduzem como esses limites e possibilidades são analisados, apropriados e projetados pelos assistentes sociais (Iamamoto, 2009, p. 222).

O estágio supervisionado constitui-se como um momento privilegiado da articulação entre formação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, conforme orienta a Política Nacional de Estágio da ABEPSS (2010). Sua gestão, portanto, não se reduz a uma função administrativa, mas configura-se como um espaço de disputa política, pedagógica e ética. Deve estar comprometida com a direção social crítica da formação profissional, alinhada ao projeto ético-político do Serviço Social. A escuta das/os gestoras/es permitiu apreender aspectos dessa direção, bem como as estratégias forjadas no interior das contradições institucionais que atravessam a implementação e operacionalização do estágio.

Os conteúdos decorrentes das respostas às questões das entrevistas foram organizados

¹⁴ Apêndice C

em seis eixos temáticos, permitindo a aproximação das múltiplas dimensões que envolvem a gestão do estágio supervisionado:

1. Perfil e atuação da gestão: Aborda o tempo de atuação na função, os critérios de designação, instâncias de discussão e deliberação sobre o estágio no âmbito do curso, a acumulação simultânea de outros cargos, as atribuições da gestão, a operacionalização do estágio, a implementação de Fóruns e a percepção sobre as normativas e regulamentos do estágio.
2. Impactos contextuais: Analisa os efeitos da pandemia da COVID-19 na realização dos estágios, os desafios persistentes no período pós-pandêmico e os impactos dos cursos na modalidade EAD em relação aos estágios nos cursos presenciais.
3. Demandas apresentadas pelas/os supervisoras/es de campo: Investiga as demandas dessas/es profissionais, a existência de ações de formação ou capacitação e as estratégias adotadas para promover sua participação nas atividades do curso.
4. Demandas apresentadas pelas/os supervisoras/es acadêmicas/os: Examina os critérios de definição das/os supervisoras/es, o dimensionamento da supervisão em relação ao número de estagiárias/os, as demandas recorrentes e a articulação com as/os supervisoras/es de campo.
5. Demandas apresentadas pelas/os estagiárias/os: Identifica as demandas mais frequentes das/os estudantes, especialmente no que se refere às/aos estudantes trabalhadoras/es, ao acesso às vagas, ao uso de atividades de extensão como prática de estágio, oferta de estágio não-obrigatório, atividades formativas voltadas à atribuição de supervisor de campo e à existência de políticas institucionais de apoio e assistência estudantil.
6. Aspectos gerais – desafios/fragilidades/estratégias: A entrevista foi finalizada com questões abertas que permitiram às/aos gestoras/es expor os principais desafios, fragilidades enfrentadas pela gestão assim como as estratégias e possibilidades ético-políticas desenvolvidas no âmbito institucional.

A sistematização e análise das respostas serão apresentadas a seguir, articuladas aos objetivos desta pesquisa, com o propósito de desvelar as compreensões, significados, valores e interpretações que as/os entrevistadas/aos constroem sobre a gestão do estágio. Em outras palavras, a ideia é ir além da descrição técnica ou normativa da função e compreender como

essas/es profissionais percebem, vivenciam e ressignificam o papel que desempenham e compreender os tensionamentos e potencialidades que atravessam sua condução nas universidades investigadas. O conteúdo das respostas foi articulado com a reflexão teórica realizada ao longo da elaboração do trabalho.

No método dialético, as categorias de análise do conteúdo não são apenas recortes temáticos, mas expressam mediações e contradições históricas concretas que devem, portanto, evidenciar as tensões entre estrutura e práxis; as mediações institucionais e políticas e a dimensão ética e política da formação profissional em Serviço Social. A partir de tais considerações, as categorias de análise definidas foram:

1. Concepção e organização da gestão do estágio supervisionado;
2. Demandas, desafios e estratégias da gestão do estágio supervisionado;
3. Aspectos ético-políticos da gestão do estágio supervisionado.

2.3.1 Concepção e organização da gestão do estágio supervisionado

Esta sessão relaciona-se aos objetivos de conhecer a estrutura organizativa da gestão do estágio; os critérios e a forma de designação das/dos gestoras/es; as atribuições da gestão e o acúmulo de funções; as instâncias colegiadas e espaços de deliberação; a operacionalização do estágio, a implementação dos Fóruns Locais de Estágio bem como a percepção sobre as normativas e regulamentos do estágio.

A análise quanto às formas de acesso à gestão do estágio supervisionado nos cursos de Serviço Social analisados, evidencia a existência de múltiplas determinações. Apesar do tempo na função como gestoras/es variar entre quatro meses e seis anos, todas/os as/os entrevistadas/os sempre estiveram envolvidas/os com o estágio, sendo que algumas/uns já assumiram este cargo em gestões anteriores. Observa-se uma diferenciação nas formas de acesso, uma vez que algumas/uns docentes assumem a função por escolha coletiva ou rodízio previamente definido, enquanto outras/os o fazem por imposição da estrutura institucional, especialmente diante da carência de pessoal docente, o que revela diferentes níveis de institucionalização do processo. Essas percepções são constatadas nas falas das/os gestoras/es:

Havia um rodízio entre os professores da comissão. Dois anos, podendo ser reconduzido pra mais dois. Quando pegava a coordenação de estágio ficava com uma disciplina a menos [...] eu assumi oficialmente a coordenação de estágio muito em função da falta de professores (Ar, 2025).

Essa questão, de assumir esse lugar de gestão, não só em relação ao estágio, mas em relação aos outros cargos de gestão dentro do curso, acaba sendo sempre muito difícil, pelo menos é essa a experiência que a gente tem. Embora todos os docentes que estão lá, estejam lá nessa condição de assumir ensino, pesquisa, extensão e gestão, a gente tem uma dificuldade muito grande quanto à disponibilidade das pessoas pra ocuparem esse lugar de gestão (Terra, 2025).

A análise também revela tensões estruturais e institucionais significativas na forma como se define a gestão do estágio supervisionado. A partir dos depoimentos, é possível identificar contradições e tendências que atravessam esse processo, revelando um cenário marcado por informalidade, sobrecarga docente e ausência de políticas institucionais consolidadas. Essa ausência se expressa, por exemplo, na falta de regras claras para definição dos cargos de gestão do estágio, na desvalorização desses cargos dentro da estrutura acadêmica, na carência de apoio técnico-administrativo para a realização das atividades, bem como na não formalização do estágio como atividade central e estratégica na formação profissional. Soma-se a isso a fragilidade do comprometimento coletivo do corpo docente em assumir o estágio supervisionado como uma responsabilidade compartilhada, o que dificulta a construção de normativas internas que reconheçam sua importância nos projetos pedagógicos dos cursos e promovam sua integração efetiva ao processo formativo.

Além disso, emergem contradições institucionais importantes, como no caso de Ar, cuja trajetória evidencia disputas simbólicas e políticas sobre quem pode ou deve ocupar a função de gestora/or. Nesse contexto, aparecem tensões entre a legitimidade técnica e a legitimidade docente, expressando conflitos entre o reconhecimento do saber prático acumulado e as exigências formais da universidade.

Por conta da pandemia, e por não ter o estágio, aumentou muito o número de alunos nossos represados pra fazer estágio, que acabou tendo que passar pra oito turmas de supervisão de estágio. E aí não tinha professor, pra ficar nessas oito turmas e ainda assumir a coordenação de estágio e sair de alguma disciplina da graduação. Eu sei que teve professores, não da coordenação de estágio, mas professores da própria faculdade que questionaram, que não concordavam, que achava que não tinha que fornecer esse espaço pra um técnico (Ar, 2025).

Porém, apesar de algumas resistências, Ar evidencia a sua percepção enquanto gestora/or em relação ao corpo docente: “Eu tenho o respaldo dos meus colegas, dos professores, porque eu acho que eles pensam assim: “O estágio é problema, eu não quero o estágio não, pode ficar “. Tão achando ótimo o/a (Ar) tá na coordenação de estágio” (Ar, 2025).

Outro aspecto relevante é a manutenção da mesma pessoa à frente da gestão, o que se deve, em grande parte, à falta de disponibilidade de outras/os docentes. Essa permanência,

embora possibilite acúmulo de experiência e continuidade nas ações, também pode representar um obstáculo à renovação e ao dinamismo da política de estágio como se observa na fala de Água, na qual a gestão e a supervisão acadêmica ficam sempre entre as/os mesmas/os docentes.

A coordenação de curso é de dois em dois anos, agora a do estágio não. Só que a coordenação (do estágio), são sempre nós quatro. Aí a gente faz um rodízio. Então fica sempre entre essas quatro professoras [...] o que faz com que a gente não fique trocando, não tem como fazer nem um rodízio na supervisão, porque os outros professores estão em outras comissões, fazem outras coisas, têm os projetos. Então, eu mais três professoras estamos desde o início (Água, 2025).

Outra tendência observada é o rodízio como solução parcial. Em instituições como aquelas representadas por Água e Ar, o revezamento da coordenação ocorre entre um grupo reduzido de docentes, geralmente os mais envolvidos ou mais experientes. Embora esse arranjo proporcione certa continuidade, ele limita o caráter coletivo e democrático da função, concentrando responsabilidades em poucos sujeitos.

Destaca-se a prevalência da informalidade na definição da coordenação do estágio em algumas instituições, como no relato de Terra: “Então assim, não tem um processo de eleição, mas a partir da disponibilidade dos professores pra ocupar esse lugar” (Terra, 2025).

Nesses contextos, a função é assumida com base no voluntarismo ou na ausência de alternativas viáveis, o que expressa tanto o esgotamento da força de trabalho docente quanto a falta de planejamento institucional quanto à distribuição das funções de gestão.

Por fim, as narrativas analisadas revelam mediações entre trajetórias individuais e estrutura institucional. As experiências progressas de supervisão acadêmica acabam servindo de base para o ingresso na gestão, o que indica uma fusão entre a história pessoal e o processo coletivo da instituição, constituindo um campo de práticas que articula escolhas individuais, compromissos ético-políticos e condicionantes estruturais. Percebe-se na fala de Água: “Eu sou supervisora acadêmica desde sempre [...] quinze anos já, também porque o tema da minha tese foi justamente a supervisão acadêmica (Água, 2025)”.

A análise também evidencia a ausência de incentivos institucionais para o exercício da coordenação. Em nenhuma das experiências relatadas há gratificação, reconhecimento formal ou diminuição significativa da carga de trabalho docente, o que desestimula a participação e naturaliza a sobrecarga, mantendo a função ancorada no compromisso ético-político dos sujeitos: “Não tem gratificação, não tem...! É por amor mesmo” (Fogo, 2025).

Por fim, merece destaque a iniciativa de tensionamento propositivo apresentada por Fogo, que, ao problematizar a indefinição quanto à gestão, impulsiona um movimento no

âmbito do departamento para a institucionalização de uma política de revezamento e de planejamento docente mais justo. Essa postura aponta para possibilidades de resistência e construção coletiva frente aos limites impostos pela estrutura universitária.

Então, eu acho que a partir dessa minha gestão, de quando eu assumo a gestão, a gente identifica isso enquanto fragilidade no curso. Pelo menos, me parece que se torna uma questão, pro conjunto de professores, porque não existe isso definido, e nem para assumir outras coordenações. Não só a do estágio. Não tem um esquema ainda, um protocolo, digamos assim, de revezamento. O departamento, em função das minhas provocações [...] já se posicionou favorável a pensar uma política, em que exista uma espécie de revezamento. Não só pra assumir coordenações, como também pra saídas, pra formações, pra pós-doc, licenças, capacitações (Fogo, 2025).

Essas contradições apontam para a necessidade de fortalecer políticas institucionais de gestão democrática, com critérios claros, valorização do trabalho docente e mecanismos que assegurem a partilha coletiva das responsabilidades nos cursos de Serviço Social.

Quanto às instâncias de deliberação sobre o estágio, os depoimentos evidenciam que as questões relacionadas ao estágio supervisionado são discutidas e deliberadas em diversas instâncias institucionais, com variações conforme a universidade e sua estrutura interna. No geral, há uma articulação entre colegiados, departamentos, comissões específicas e núcleos de estágio, o que compõe, por vezes, uma rede sobreposta de deliberação.

Em algumas instituições, como relatado por Fogo, o colegiado de curso tem uma pauta fixa dedicada ao estágio em todas as reuniões, o que reflete um esforço de centralizar a discussão desse componente curricular e garantir sua visibilidade institucional:

As questões do estágio desde que eu cheguei, elas são levadas para a instância do colegiado. Então, nós temos uma pauta fixa no colegiado. Aí, a gente coloca o estágio nessa centralidade, porque tem uma tendência de esquecer desse componente curricular tão estruturante. Que a gente entende como estruturante (Fogo, 2025)

Questões mais específicas, como a movimentação de docentes, também são levadas ao departamento: “E quando tem questões que vão envolver, movimentação de profissionais nas disciplinas, isso também é pauta fixa no departamento. Então, nós temos nossa pauta fixa no colegiado e no departamento” (Fogo, 2025).

Antes disso, são feitas reuniões mensais entre as/os professoras/es de estágio, que organizam coletivamente as demandas a serem apresentadas:

Anterior a esses dois momentos, nós temos reuniões periódicas mensais de professores de estágio. A gente acumula as questões, enquanto coletivo de professores

e levamos a nível do colegiado e depois a nível de departamento quando for o caso (Fogo, 2025).

Terra menciona a atuação de um Núcleo de Estágio, composto por coordenadora, assistentes sociais e técnica administrativa. A coordenação do Núcleo tem representação formal no colegiado, além da participação nas deliberações do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e do departamento, ampliando a interlocução entre os espaços acadêmico-pedagógicos e administrativos.

Então, dentro do curso a gente tem vários, espaços de discussão. Então eu acho que começar, é, pelo departamento de serviço social, que é composto pelos docentes que estão lotados no departamento, a representação dos técnicos desse departamento e também dos estudantes. [...] quanto às questões, pedagógicas a gente tem o NDE, que é o Núcleo Docente Estruturante [...] e o colegiado do curso, do qual o Núcleo de Estágio tem assento. Ele é membro, enquanto a coordenação do estágio [...] e a própria equipe do Núcleo de Estágio (Terra, 2025).

Já a entrevistada Ar atua em uma estrutura formalizada, em uma Comissão de Estágio como espaço central de deliberação. A comissão é composta por professora/or supervisora/or acadêmica/o, a/o coordenadora/or de curso, uma/um estudante inserida/o no estágio e uma/um supervisora/or de campo. Além disso, participa também do Conselho de Unidade, onde a Coordenação de Estágio tem um assento: “Então, eu atualmente participo do Conselho de Unidade, enquanto Coordenação de Estágio, a gente tem um assento nessa reunião do Conselho de Unidade e temos a reunião da COE que é da Comissão de Estágio, que é todo mês” (Ar, 2025).

Essas diferentes configurações apontam para a existência de múltiplas instâncias de deliberação sobre o estágio, mas também evidenciam uma sobreposição de espaços que pode gerar duplicidade de esforços. Há que se considerar, ainda, que em cursos com número reduzido de docentes, essas diversas instâncias são muitas vezes representadas pelas mesmas pessoas, o que acentua a sobrecarga de funções, ao mesmo tempo que fragiliza a especialização das diferentes esferas decisórias. Em contrapartida, a presença de pautas fixas, comissões específicas e reuniões sistemáticas indica uma tentativa de organizar e institucionalizar os processos, mesmo diante das limitações estruturais e da sobrecarga de trabalho enfrentada pelas/os gestoras/es.

O acúmulo de funções é uma constante nos depoimentos, ainda que se manifeste de formas variadas em cada contexto institucional. Trata-se de um elemento estrutural que atravessa a organização do trabalho docente nas universidades públicas.

Terra acumula as funções de coordenação de estágio e supervisão acadêmica enquanto Ar acumula as funções de coordenação de curso, supervisão acadêmica e apoio à coordenação de estágio, o que implica uma sobreposição entre a gestão de curso e o acompanhamento direto

das/os estudantes nos campos de estágio. Esse arranjo, embora possibilite uma visão mais integrada do processo formativo, também acarreta sobrecarga de trabalho.

Em contrapartida, Fogo relata que, em sua instituição, há um consenso coletivo no sentido de manter essas funções separadas:

Isso é algo que nós definimos que, até pra não haver uma sobreposição de ações, não ocorrer uma espécie de confusões nas tarefas. E também entendendo a complexidade que exige cada um desses atores. Então, o coordenador, a coordenadora, ela já vai se ocupar de inúmeras atribuições que tornaria inviável também assumir uma supervisão acadêmica, envolveria outras visitas, outras articulações, outros contatos. Hoje, isso já é um consenso nosso (Fogo, 2025).

A decisão busca evitar confusão de papéis e sobrecargas excessivas, considerando a complexidade e a especificidade que cada função exige. Essa política institucionalizada segundo a/o entrevistada/o permite maior clareza na distribuição das tarefas e favorece a qualidade da supervisão e da gestão.

A realização ou não da supervisão acadêmica pelas/os gestoras/es de estágio evidencia distintos entendimentos institucionais sobre a divisão de tarefas entre gestão e docência, refletindo escolhas políticas e organizacionais que impactam o cotidiano do trabalho pedagógico.

Fogo, embora não ocupe formalmente outros cargos de gestão, está inserida/o em espaços de deliberação importantes, como o colegiado e o NDE, assumindo papéis centrais no planejamento e na condução do curso. Ar não realiza supervisão acadêmica, por não integrar o corpo docente, mas concentra uma série de atribuições operacionais e estratégicas da gestão do estágio.

Enquanto técnica/o não assume supervisão de campo, devido questões éticas e institucionais relacionadas à natureza confidencial do trabalho que desenvolve diretamente com as/os estudantes na gestão:

A gente já conversou muito de eu ter um estagiário. Meu trabalho ali na coordenação ser um campo de estágio. Mas no momento a gente ainda não avançou por pensar assim, de que a gente conversa coisas muito específicas de aluno, então teria que preparar mesmo pra ver o que que o estagiário faria que não pudesse comprometer, a questão do sigilo (Ar, 2025).

Essas diferentes práticas revelam que, embora a separação entre gestão e supervisão acadêmica não seja homogênea, ela aponta para tensões importantes sobre a definição de papéis, a distribuição do trabalho docente e técnico, e as condições institucionais necessárias

para garantir a qualidade da formação profissional.

Esse conjunto de situações revela a fragilidade da divisão de trabalho nas instituições e aponta para uma ausência de reconhecimento formal e estrutural da complexidade que envolve a função de gestora/or de estágio. O cargo, frequentemente assumido por compromisso ético ou por carência de alternativas, se sustenta na responsabilização individual, em detrimento de uma política institucional explícita de valorização e suporte à gestão do estágio supervisionado. Com relação ao que é atribuído à gestão de estágio, os depoimentos revelam que as atribuições vão muito além da gestão pedagógica e se configuram como um conjunto multifacetado e demandante de responsabilidades. O exercício dessa função implica lidar simultaneamente com dimensões administrativas, institucionais, políticas e formativas, muitas vezes sem apoio estrutural suficiente.

Entre as atribuições descritas, destacam-se:

- Planejamento e organização do semestre, incluindo a definição e coordenação de oficinas, fóruns, seminários e encontros formativos voltados a estudantes, supervisoras/es acadêmicas/os e de campo;
- Captação e credenciamento de campos de estágio, exigindo articulação constante com instituições externas, negociação de vagas, resolução de impasses operacionais e, frequentemente, mobilização de redes de contato pessoais e institucionais;
- Elaboração e gestão de documentos institucionais, como planos de atividades, termos de compromisso, relatórios e protocolos exigidos pelos sistemas institucionais, muitas vezes sob normativas das instituições, da universidade e de seus setores jurídicos;
- Recebimento, conferência e arquivamento de documentos, com atenção especial à organização de registros formais que garantam a comprovação da carga horária obrigatória de estágio, incluindo a preparação para auditorias externas, como visitas do MEC bem como prestar informações periódicas ao Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), conforme preceitos da Resolução CFESS nº 533/2008.
- Articulação com servidoras/es técnicas/os-administrativas/os e assistentes sociais da rede pública e privada, além da mediação com setores internos da universidade, como pró-reitorias, departamentos jurídicos e comissões institucionais.

Esse conjunto de responsabilidades, que poderia ser compartilhado por uma equipe estruturada, muitas vezes recai de forma concentrada sobre uma única pessoa, como demonstra a fala de Ar quando perguntada sobre suas atribuições enquanto gestora/or do estágio:

Então. Tudo. A parte pedagógica, documentação, tudo. Eu que faço a questão toda de

organização, planejamento, acompanhamento dos campos, visita aos campos [...] tudo relacionado ao estágio passa por mim. A organização do semestre, das oficinas itinerantes, das oficinas inter- temáticas, dos fóruns, dos seminários [...] então, toda essa programação, esse levantamento de quem são os alunos que vão iniciar o semestre, fazer essa busca desses alunos, a gente faz também uma pesquisa pra saber se é aluno trabalhador ou não, se tem disponibilidade, se mora em outro município, fora a questão dos documentos, de orientação e de acompanhamento de visita nos campos (Ar,2025).

Tal concentração de tarefas compromete a eficiência do processo e revela a vulnerabilidade institucional na condução de uma etapa central da formação profissional. O que se observa é uma exigência de altíssimo comprometimento individual frente à fragilidade das condições estruturais de trabalho.

A centralização de tarefas na figura da/o gestora/or de estágio revela um profundo descompasso entre as exigências institucionais impostas à função e as condições concretas de trabalho disponíveis para seu exercício. Fogo, por exemplo, utiliza o termo “desvio de função” ao descrever o acúmulo de atividades burocráticas e administrativas que não correspondem ao perfil e às atribuições previstas para a docência no ensino superior.

Eu acho que eu assumo uma gestão que tem um acúmulo de funções. Muito embora eu entenda que isso é uma sobrecarga de trabalho e até uma espécie de desvio de função da minha atividade fim, enquanto docente da universidade. Eu sou responsável pela abertura dos campos de estágio e por toda a interlocução relacional com esses campos de estágio. Responsável pelo preenchimento do termo de compromisso. Eu me ocupo dessa parte de disponibilizar esse termo ao estudante e à unidade concedente e também assino enquanto universidade. Hoje o coordenador de estágio, por uma resolução da universidade, também assina. Então, é toda essa parte inicial. Só que para acontecer essa parte inicial, esse trabalho relacional de abertura de campos, de captação de vagas, é todo feito pela coordenação de estágio. E, para além disso, tem um movimento de disponibilizar tanto aos supervisores de campo, quanto aos supervisores acadêmicos toda a documentação necessária a ser utilizada no semestre. Depois a gente se ocupa do registro e do arquivamento de todo esse material. Então, o professor é responsável por inserir e acompanhar num drive, toda a documentação desse estudante à medida que o processo pedagógico se desenvolve. Então, o primeiro documento, eu sou responsável. E após a assinatura desse documento por todas as partes eu disponibilizo também pra todas as partes, inclusive aos professores. E aí cada um vai complementando com as frequências semanais desses estudantes, compondo também as atividades. Então, ao final, a Coordenação volta pra conferir num ponto de vista mais, finalístico. A gente faz a conferência dessa documentação e insere no sistema eletrônico de informações da universidade. Então, essa a parte também é tudo concentrado na pessoa do coordenador (Fogo, 2025).

Ao assumir responsabilidades como captação de vagas, elaboração de documentos e mediação com setores institucionais, a gestora ultrapassa os limites esperados para sua função docente, expondo a ausência de mediações institucionais adequadas.

Ar, por sua vez, ressalta as dificuldades práticas enfrentadas na organização do fluxo

documental, especialmente em momentos em que não conta com o apoio efetivo de técnicas/os administrativas/os. Essa instabilidade e falta de suporte operacional agrava a sobrecarga e evidencia a fragilidade da estrutura de apoio ao estágio supervisionado, o que contribui para o sentimento de isolamento e de precarização da função. Ainda assim, muitas/os gestoras/es permanecem no cargo motivadas por um forte senso de responsabilidade ética e compromisso político com a formação das/dos estudantes.

Outro ponto abordado com as entrevistadas foi com relação à realização dos Fóruns de estágio, espaços de debate e instrumento de articulação e reflexão coletiva. O Fórum Local de Estágio aparece como uma importante estratégia de articulação coletiva entre docentes, estudantes e supervisoras/es de campo, ainda que com diferentes formatos, frequências e graus de institucionalização entre as instituições.

Em alguns cursos, como o de Terra, o Fórum possui diversas edições realizadas e ocorre anualmente, com a participação de estudantes, supervisoras/es de campo e docentes. O evento contempla apresentação de trabalhos que são publicados nos anais do evento, socialização de experiências, debates temáticos e atividades formativas, buscando ampliar o diálogo entre os sujeitos envolvidos no processo de formação. No entanto, a/o entrevistada/o aponta a dificuldade de garantir a presença efetiva das/os supervisoras/es de campo, tanto na organização quanto na participação das atividades, o que representa um dos principais desafios da iniciativa.

Outras instituições mantêm a realização do Fórum de forma mais pontual ou irregular, como relatado por Água e Fogo, que mencionaram encontros esporádicos realizados com momentos mais intensivos de organização, durante semanas acadêmicas ou eventos específicos. Fogo também destaca o impacto da pandemia de Covid-19 na desarticulação dos espaços coletivos de formação, ressaltando o esforço recente de retomada do Fórum, a partir de uma mobilização mais ativa da coordenação de estágio e da equipe docente.

No caso de Ar observa-se uma tentativa de institucionalizar práticas avaliativas a partir dos fóruns e oficinas integradas. Relata a realização de encontros e oficinas com as/os supervisoras/es de campo, com o objetivo de revisar instrumentos pedagógicos, como por exemplo as fichas de avaliação do estágio. Essas experiências revelam que o Fórum de Estágio assume múltiplas finalidades: espaço de formação continuada, debate crítico sobre o projeto pedagógico, construção de instrumentos de avaliação, escuta dos sujeitos envolvidos no estágio, entre outros. No entanto, também deixam evidente que sua realização está condicionada à disponibilidade de tempo, de pessoal e ao grau de articulação entre os diferentes segmentos envolvidos, sendo muitas vezes impactada por conjunturas adversas, como greves, pandemias

ou acúmulo de trabalho.

Ainda que envolto em desafios, o Fórum permanece como um espaço fundamental de mediação entre a universidade e o campo profissional, contribuindo para o aprimoramento do estágio supervisionado e para a consolidação de uma perspectiva mais democrática e participativa na formação em Serviço Social.

A inclusão dessa estratégia na PNE tem por finalidade mobilizar docentes, profissionais e estudantes em torno das discussões sobre o estágio, funcionando como uma ação política voltada à manutenção e ampliação do debate. Também visa fomentar a construção coletiva de alternativas que qualifiquem essa etapa formativa, reforçando seu papel estratégico na formação profissional.

A PNE estabelece, entre suas finalidades:

Fortalecer o estágio como momento estratégico de formação dos assistentes sociais; Propiciar espaço político-pedagógico de formação dos supervisores; Proporcionar a organização dos profissionais para o enfrentamento das questões relativas à formação e o exercício profissional; Fomentar a discussão sobre o estágio em Serviço Social, tomando como referências formais: as diretrizes curriculares em vigor, a lei de regulamentação da profissão nº 8662/93, o código de ética profissional, a legislação nacional referente a estágio, a resolução CFESS 533/2008, o parecer jurídico 012/98 do CFESS e a Política Nacional de Estágio; Contribuir para o aprimoramento do processo de formação profissional; Tratar e encaminhar questões que envolvam a dimensão ética do estágio, prevendo respostas coletivas às situações corriqueiras (ABEPSS, 2009, p. 36).

A PNE destaca que a criação de Fóruns de Supervisão, em articulação com os CRESS e a ABEPSS, constitui um avanço político importante para assegurar a efetivação de suas diretrizes.

As regulamentações que norteiam os estágios supervisionados em Serviço Social, especialmente a Resolução CFESS nº 533/2008, são amplamente reconhecidas como instrumentos fundamentais para garantir a qualidade da formação profissional e a defesa do projeto ético-político da profissão. Contudo, os depoimentos expressam fragilidades significativas não necessariamente no conteúdo das normativas, mas na sua efetividade, aplicabilidade e reconhecimento institucional, tanto nas universidades quanto nos campos de estágio.

Uma das principais questões levantadas refere-se à falta de compreensão e adesão às normas por parte de estudantes, instituições de ensino e campos de estágio.

O que eu sinto em relação à nossa regulamentação de estágio é uma dificuldade das instituições, às vezes dos próprios estudantes, entenderem a necessidade dessa

regulamentação ser seguida. Os alunos acharem que pode fazer estágio onde quiser, que pode fazer o estágio sem ter o assistente social, que não precisa da supervisão direta... principalmente estagios remunerados. A gente viveu isso um pouco dentro da própria universidade, que abriu edital pra estágio não obrigatório remunerado e aí alunos que não tinham cumprido ainda os requisitos pro ingresso no estágio, prestaram, foram aprovados e queriam fazer (Terra, 2025).

Muitas/os discentes, por exemplo, desconhecem os requisitos legais e éticos da supervisão direta por assistente social, ou acreditam que o estágio pode ser realizado em qualquer instituição, mesmo sem orientação profissional adequada. Essa desinformação também atinge setores administrativos das instituições públicas, como demonstrado no caso de uma secretaria de educação, onde foi proposto que a/o estagiária/o atuasse em locais sem a presença da/o assistente social supervisora/or, contrariando a normatização vigente.

A chefe que é a responsável pela equipe, não é assistente social, e nos questionou se não poderia encaminhar os estagiários para as escolas, porque a dificuldade deles em receber estagiários é com relação ao espaço físico. Eles (os assistentes sociais) ficam alocados num determinado espaço da Secretaria de Educação pra atender a setenta e sete escolas. E aí ela sugeriu se a gente não podia mandar os estagiários pras escolas. Mas ... se o assistente social não fica lá, então o estagiário também não pode ficar (Terra, 2025).

A Resolução 533/2008 recomenda o limite de quinze estudantes por professora/or na supervisão acadêmica, algo difícil de implementar segundo a fala da/o entrevistada/o Fogo que problematiza a estrutura frágil das próprias universidades para operacionalizar o estágio de acordo com as normativas: “Respeitar a lógica de turmas de quinze estudantes. Isso nem sempre é possível dentro da disposição do quadro de professoras/es. Então eu acho que não seria a resolução em si, mas a realidade, ela impõe pra gente uma série de limitações” (Fogo, 2025). Aponta ainda a falta de reconhecimento institucional da atividade de coordenação de estágio como função de gestão.

A resolução do estágio atual da universidade não prevê um vice coordenador. Prevê, inclusive, que o professor substituto pode ser coordenador de estágio. É, não prevê, por exemplo, apesar de ser uma atividade de gestão, não existe dentro da previsão orçamentária, por exemplo, nenhuma espécie de CT, FG para coordenador de estágio. (Fogo, 2025).

Conforme relatado, não há previsão de gratificação, carga horária específica ou apoio técnico para a/o coordenadora/or de estágio, evidenciando a desvalorização institucional do estágio enquanto processo formativo.

Adicionalmente, há críticas à forma como a Lei nº 11.788/2008 (Lei do Estágio) é generalista, não contemplando as especificidades das diferentes profissões. Ao mesmo tempo que define o estágio como um ato educativo escolar supervisionado, estabelece sua função como preparação para o trabalho produtivo.¹ Assim, a norma jurídica que deveria proteger o caráter formativo do estágio acaba fortalecendo a lógica da precarização. Isso gera lacunas que dificultam o diálogo entre as diretrizes da profissão e os marcos legais mais amplos. A ausência de dispositivos nas universidades para regulamentar a atuação de coordenadoras/es, vice-coordenadoras/es e docentes que atuam no estágio foi igualmente mencionada como fator de enfraquecimento da política de estágios.

Por fim, o estágio curricular não obrigatório, especialmente o remunerado, foi citado como ponto de constante tensão normativa. Muitas/os estudantes são aprovados em editais institucionais sem terem cumprido os requisitos do estágio obrigatório, o que cria um conflito entre as exigências legais da formação, a lógica de mercado e a empregabilidade que permeia a oferta de estágios por instituições públicas e privadas.

Cabe ressaltar que o estágio não obrigatório, embora deva seguir os mesmos princípios da formação crítica, a sua implementação revela uma diversidade de experiências marcadas, muitas vezes, por fragilidades estruturais. Em muitos casos, o estágio não obrigatório é preferido pelas instituições concedentes por ser menos exigentes formalmente, ao mesmo tempo em que oferece às/aos estudantes uma fonte de renda mínima. Entretanto, essa remuneração, apesar de necessária à permanência da/o estudante na universidade, frequentemente se dá ao custo da reprodução de tarefas alheias à formação profissional, caracterizando uma forma de precarização do trabalho. Dessa forma, o estágio que deveria ser espaço de formação crítica, acaba subordinado às necessidades das instituições, tornando-se mais uma engrenagem no processo de mercantilização da educação superior.

Nem todos os cursos pesquisados oferecem a modalidade de estágio não obrigatório e outros apresentam fragilidades na sua implementação, conforme evidenciado nas falas a seguir:

Nós não temos a modalidade não obrigatória. Ele tem que ter o supervisor acadêmico e tem que acompanhar da mesma forma, né? E nós sempre tivemos essa questão de poucos assistentes sociais no município...essa questão da rotatividade, então assim, é sempre um desafio colocar a turma nova no estágio (Água, 2025).

A gente não consegue abrir uma turma de supervisão acadêmica extra pra

¹ Sugere-se a leitura de: CAPUTI, Lesliane. Supervisão de Estágio em Serviço Social. Campinas: Papel Social, 2021, páginas 116, 117 e 118.

supervisionar esse estudante. Pra além disso, tá amarrado na nossa política de estágio que esse estudante, ele não tem como matricular-se mais de uma vez. Ele tem de acompanhar o campo junto com a matrícula dele naquela disciplina. Uma vez que ele fez essa disciplina e as quatrocentas e quarenta horas dessa disciplina, ele não tem como re-matricular-se (Fogo, 2025).

Isso é uma coisa que eu não sei se tinha que ser mais amarrado, porque os nossos alunos eles querem fazer o estágio, só que a disciplina pré-requisito da nossa grade curricular, ela só acontece um semestre antes do estágio. Aí coincide com o obrigatório. Mas a partir do momento que ele finaliza os três estágios, ele não pode continuar. A gente não tem uma disciplina na grade curricular de estágio não obrigatório (Ar, 2025).

Sim. Existe na matriz curricular a oferta dos componentes curriculares eletivos: Estágio não obrigatório supervisionado em Serviço Social e Supervisão Acadêmica de Estágio não obrigatório em Serviço Social, que podem ser realizados após o aluno cumprir a carga horária de estágio obrigatório (Terra, 2025).

Diante disso, as/os entrevistadas/os não demandam necessariamente uma revisão substancial da Resolução 533/2008, mas sim estratégias para fortalecer sua aplicação, reconhecimento e articulação com as políticas institucionais de ensino e com o conjunto das/os profissionais supervisoras/es.

2.3.2 Demandas, desafios e estratégias na gestão do estágio supervisionado

Esta sessão está relacionada aos objetivos de trazer os impactos contextuais relativos à pandemia e ao ensino à distância para a gestão do estágio e ainda as demandas e os desafios apresentados pelos atores protagonistas do estágio: supervisoras/es de campo, supervisoras/es acadêmicas/os e estagiárias/os.

A pandemia de Covid-19 provocou profundas alterações na dinâmica do estágio supervisionado nos cursos de Serviço Social, tanto em sua organização pedagógica quanto na relação com os campos de estágio e os sujeitos envolvidos no processo formativo. Os relatos das/os entrevistadas/os evidenciam que os efeitos desse período não se limitaram à suspensão temporária das atividades, mas deixaram marcas, ainda presentes nos anos subsequentes à retomada presencial.

Um dos primeiros efeitos identificados foi a suspensão total ou parcial das atividades de estágio, especialmente no primeiro semestre de 2020, quando ainda havia grande incerteza sobre os protocolos sanitários² e o funcionamento dos equipamentos públicos. Nesse período, foi necessário suspender o estágio e a supervisão acadêmica, diante do cenário de

² Medidas sanitárias adotadas durante a pandemia de COVID-19 incluíram: uso obrigatório de máscaras, distanciamento social, higienização frequente das mãos, isolamento de casos suspeitos/confirmados, restrição de aglomerações e, posteriormente, campanhas de vacinação em massa.

desestruturação dos serviços, da impossibilidade de garantir condições mínimas para uma experiência formativa adequada e principalmente pelo risco à saúde e à vida de todos os envolvidos: estudantes, profissionais e usuárias/os dos serviços. Como destacou Água, “nem o próprio equipamento sabia o que fazer”.

Por conta de tudo que estava acontecendo, todo mundo tentando entender aquele período, os próprios assistentes sociais estavam desenvolvendo novas metodologias de trabalho por conta do isolamento. Então, inicialmente nós ficamos um semestre sem oferecer nem a supervisão, nem o estágio, porque estava tudo muito confuso. Estavam fazendo o atendimento, muitas vezes remoto. O que dava pra ser remoto. E, naquele momento nós entendemos que não tinha como fazer o estágio. O que o aluno iria observar, fazer ou intervir num momento em que nem o próprio equipamento estava sabendo o que fazer (Água, 2025).

Com o passar do tempo, conforme os depoimentos, algumas instituições organizaram alternativas para o desenvolvimento do estágio de forma remota, em articulação com as/os supervisoras/es de campo, experiência que exigiu intenso diálogo e adaptação por parte das/os profissionais e docentes, e, embora viabilizada por consenso em certos contextos excepcionais, como por exemplo às/aos estudantes que estavam em vias de concluir o curso, foi reconhecida como limitada, sendo retomadas as atividades presenciais assim que possível.

Nós iniciamos o estágio de forma remota. A gente se comunicava bastante. Inicialmente a gente fez várias reuniões com as assistentes sociais pra saber sobre as possibilidades, o que elas pensavam, se elas consideravam possível tanto pra elas como pro estagiário. E aí chegou-se num consenso que sim [...] mas felizmente foi só um semestre (Água, 2025).

Um dos principais efeitos da pandemia foi o acúmulo de estudantes aptos ao estágio nos semestres seguintes à suspensão. O represamento de demandas, aliado à não oferta de disciplinas pré-requisito em formato remoto, gerou turmas superlotadas e descompassadas em relação ao calendário letivo, o que exigiu grande esforço para reorganizar a distribuição das/os estudantes nos campos disponíveis. Como relatado por uma/um entrevistada/o, chegou-se a ter mais de cinquenta estudantes em um único semestre, sem número de campos proporcionalmente disponível.

E aí o que teve de consequência foi um atraso desse estudante que ficou sem fazer o estágio durante a pandemia. Isso fez com que a gente tivesse um número muito maior de estudantes naquele semestre a serem inseridos no estágio e nem sempre com um número disponível de campo proporcional a esse número de estudantes. Esse atraso foi algo que impactou ainda durante um tempo, mesmo depois da retomada das atividades presenciais (Terra, 2025).

Além disso, a pandemia provocou desarticulação nos vínculos entre universidade e campos de estágio, com mudanças nos quadros de assistentes sociais, fechamento de equipamentos e alteração nos protocolos de acolhimento de estagiárias/os. Muitas/os supervisoras/es de campo não retornaram às atividades ou assumiram novas funções, tornando o processo de rearticulação institucional ainda mais complexo no pós-pandemia.

O início foi bem complicado, muitos campos mudaram. Mudou assistente social, o campo fechou. Então no começo foi uma ginástica que a gente teve que fazer pra organizar e levar esse aluno de volta pro campo de estágio com segurança (Ar, 2025).

Outro impacto importante está relacionado à qualidade da formação. A ausência de disciplinas importantes durante o ensino remoto ou mesmo a apreensão dos conteúdos nesta modalidade de ensino afetaram o desempenho de algumas/uns estudantes, segundo observações das/os próprias/os supervisoras/es de campo. As falas indicam uma percepção de queda na qualidade da formação no período pandêmico, cuja superação tem exigido um esforço continuado de reorganização pedagógica.

Eu escuto muito dos supervisores de campo, quando eu vou fazer contato, falam assim: "Ah, mas os alunos agora estão bons?" porque eu percebo que teve um período, que os alunos que iam entrar no estágio, nesse período da pandemia, que o nível, a qualidade caiu um pouco (Ar, 2025).

Por fim, os depoimentos apontam que a pandemia comprometeu também os espaços coletivos de articulação e debate, como os fóruns de estágio. A dificuldade de reunir presencialmente todos os atores envolvidos e o desgaste decorrente do ensino remoto fragilizaram esses espaços, muitos dos quais ainda não foram totalmente retomados.

Em síntese, os efeitos da pandemia sobre o estágio em Serviço Social foram profundos e multifacetados: comprometeram a continuidade das atividades, alteraram a organização curricular, fragilizaram as relações institucionais e deixaram desafios pedagógicos que persistem até hoje. A reconstrução desses processos tem exigido ações coletivas, reorganização de fluxos e escuta permanente dos sujeitos envolvidos, marcando um verdadeiro recomeço na gestão e condução do estágio supervisionado.

Outro ponto abordado na entrevista foi com relação aos efeitos do EaD nos estágios supervisionados. As transformações no ensino superior, aceleradas pela pandemia de Covid-19, intensificaram a expansão dos cursos de graduação na modalidade EaD, incluindo o curso de Serviço Social. Essa realidade tem gerado efeitos perceptíveis na dinâmica dos estágios supervisionados, tanto em termos de concorrência por vagas nos campos quanto na qualidade

da formação profissional observada.

Em relação a disputa de vagas, há consenso de que a ampliação dos cursos EaD na área, especialmente em regiões onde o ensino presencial foi reduzido ou extinto aumentou a pressão sobre os campos de estágio existentes, que agora recebem demandas de múltiplas instituições, nem sempre com critérios bem definidos de encaminhamento ou acompanhamento pedagógico. Relatos indicam que algumas vagas antes reservadas para estudantes de cursos presenciais passaram a ser ocupadas por discentes do EaD, muitas vezes por meio de indicações pessoais ou acordos informais entre as instituições e as/os profissionais de campo, conforme relatado por uma/um das/os entrevistadas/os: "Olha, eu não posso assumir um estagiário agora porque o diretor já arrumou um outro estagiário, já prometeu a vaga pra um outro estagiário do EAD" (Ar, 2025).

A segunda questão diz respeito à percepção de diferença qualitativa na formação das/os estudantes do EaD em relação aos do ensino presencial. "Eles relataram perceber diferença na formação desses alunos estagiários que estiveram no ensino a distância e do nosso aluno, apontando ou identificando um preparo maior ou melhor dos nossos alunos do ensino presencial do que do ensino a distância" (Terra, 2025).

Há relatos de que supervisoras/es de campo expuseram à supervisão acadêmica a percepção de que estudantes oriundos de cursos à distância apresentam lacunas formativas, especialmente no que se refere à articulação teoria-prática, à postura profissional e à capacidade de análise crítica das situações vivenciadas. Em contrapartida, as/os estudantes de cursos presenciais são vistas/os como mais preparadas/os para o desenvolvimento das atividades de estágio, o que pode refletir as condições diferenciadas de formação e acompanhamento pedagógico existentes nas duas modalidades.

Além disso, o avanço do EaD tem sido compreendido como um fenômeno relacionado à massificação e mercantilização da educação superior, com mensalidades baixas e expansão de polos em regiões onde o ensino público presencial é mais escasso. Como destacado por Água, "às vezes, o aluno prefere continuar trabalhando e fazer um curso EaD de R\$ 49,90 por mês", o que revela como fatores econômicos e sociais também influenciam essa escolha. Em contextos de vulnerabilidade e pós-pandemia, muitas/os estudantes optaram por cursos à distância como alternativa para conciliar trabalho e estudo, após não conseguirem retornar à universidade pública presencial.

Em síntese, os efeitos dos cursos EaD sobre o estágio supervisionado presencial são múltiplos e preocupantes. Revelam uma crescente tensão entre expansão quantitativa e garantia de qualidade na formação profissional, com impactos diretos na organização dos campos, na

supervisão acadêmica e nas disputas por legitimidade nos espaços formativos. A necessidade de regulação mais rigorosa e de diálogo entre as instituições formadoras, os conselhos profissionais e os campos de estágio tornam-se, portanto, um desafio urgente para a preservação da qualidade na formação em Serviço Social.

Em relação às demandas e desafios apresentados pelas/os supervisoras/es de campo, os depoimentos apontam tanto necessidades formativas quanto questões estruturais da profissão. Uma das principais reivindicações é o oferecimento de contrapartida por parte da universidade, como cursos de capacitação, especializações e pós-graduações.

O que eles geralmente trazem é uma necessidade de que a universidade possa oferecer uma contrapartida. Oferecer algo a eles além da declaração de que cumpriu a supervisão. Eles querem especialização, curso de pós-graduação. E aí a gente não tem conseguido dar conta (Terra, 2025).

Foi mencionado que muitas/os assistentes sociais recém-formadas/os não possuem conhecimento sobre o papel da supervisão de estágio, limitando a experiência da/o estudante a atividades de observação, o que compromete os objetivos formativos. Água (2025) relata em sua fala: “o assistente social considera que foi um estágio de observação, não atribuiu atividades [...] então, assim, nem eles mesmos, às vezes, sabem a sua função.”

A ausência de programas sistemáticos e regulares de capacitação para supervisoras/es, por parte das universidades e dos conselhos profissionais, foi apontada como um obstáculo relevante. Algumas iniciativas pontuais foram feitas pelos cursos, inclusive em formato remoto, mas com baixa adesão.

Talvez o conjunto CFESS-CRESS, assim como faz com aqueles cursos de ética, poderia promover. Porque no curso nós já fizemos várias capacitações em anos anteriores, mas assim, o alcance nosso, a participação tem sido muito baixa. Eu acho que o CRESS poderia ser mais próximo. Promover cursos de formação pros supervisores. Talvez eles consigam um alcance maior que nós (Água, 2025).

Outra demanda recorrente refere-se ao reconhecimento e valorização do papel das/os supervisoras/es, que muitas vezes se sentem desamparadas/os institucionalmente, recebendo apenas uma declaração formal pelo trabalho desempenhado. Soma-se a isso a precarização das condições de trabalho, com vínculos empregatícios frágeis, baixos salários e pouca autonomia, o que impacta diretamente na qualidade da supervisão.

Os supervisores de campo sofrem as mesmas intempéries dos trabalhadores assalariados do Brasil. Pra se ter uma ideia, até dois anos atrás, nós tínhamos o pior

salário de assistente social de Minas Gerais. Então, a gente tá falando de um contexto de condições de trabalho bastante precárias. Acho que as demandas desse supervisor, elas não necessariamente serão atendidas pelo estágio, pela universidade, pela coordenação desse estágio. Mas, as demandas deles enquanto profissionais, que eles acabam de algum modo, colocando no processo, porque eles são trabalhadores (Fogo, 2025).

Nos depoimentos, embora algumas iniciativas já tenham sido implementadas, como reuniões formativas presenciais e online e cursos de pós-graduação, a adesão limitada e a descontinuidade das ações ainda são obstáculos.

Eles diziam que sentiam falta das capacitações. Nós fizemos capacitações, fizemos reuniões. A gente fazia reunião mensal, depois passou pra trimestral, depois passou pra semestral, justamente por conta da baixa presença deles. Sempre vinham meia dúzia. A gente já mudou de local, a gente já fez nos equipamentos, já fizemos num local no centro da cidade, em diferentes horários, depois nós fizemos a reunião online. Eu vejo que, assim, a precarização do trabalho delas reflete totalmente no estágio (Água, 2025).

Mas aí, por outro lado, quando a gente faz o Fórum de Estágio, a gente chama, eles não comparecem. Há um tempo atrás, a gente fazia as reuniões com os supervisores de campo e é uma dificuldade com relação ao horário, à organização deles. A gente já fez, inclusive, experiências de ter, reunião remota, mas também não teve muito sucesso (Terra, 2025).

Observa-se, portanto, uma baixa participação em atividades propostas pela universidade, como reuniões de acompanhamento, mesmo com tentativas de adequação de formato, local e horário. Muitas/os preferem reuniões online pela praticidade, embora ainda assim a adesão permaneça limitada.

Outro destaque a considerar é uma mudança significativa no perfil das/os supervisoras/es de campo no cenário pós-pandemia. É comum a busca por respaldo técnico e pedagógico, sobretudo por parte de supervisoras/es recém-formadas/os que demonstram insegurança sobre suas práticas e expressam carência de orientação institucional. Essas/es profissionais, apesar do esforço, sentem necessidade de validação e apoio da universidade quanto às suas condutas no processo de supervisão. Esse novo perfil reforça a necessidade de ações de formação continuada e acompanhamento sistemático por parte da universidade.

Nesse pós-pandemia, eu percebo que mudou muito o perfil dos supervisores de campo. A gente tem ainda aqueles supervisores de campo que a gente já tinha, mas um aumento de novos supervisores formados em EAD, que nunca tinham sido supervisores de campo, que foram contratados. Acabou que a gente também teve que buscar outros campos de estágio. A gente percebe ao conversar com o assistente social, que alguns já eram funcionários da instituição, muitas vezes de nível médio ou educador social, fez o curso de Serviço Social EAD e depois foi contratado como assistente social na mesma instituição. E esse profissional busca muito a qualificação, essa capacitação. Ele também tem receio. Ele mesmo sente a carência e pede muito

esse respaldo (Ar, 2025).

A formação continuada das/os supervisoras/es de campo tem sido promovida por meio de algumas ações pontuais e experiências institucionais, embora ainda de forma esporádica. Uma iniciativa destacada é a realização de oficinas, promovidas pelos cursos, que convida as/os supervisoras/es a ministrarem oficinas para as/os estudantes.

Uma outra interação com os supervisores de campo são as oficinas. Convidamos os supervisores de campo pra ministrar oficinas pros estudantes. Não só pra aqueles que estão em estágio, mas pra outros também. E foi bastante interessante esses profissionais virem pra universidade pra ministrar essas oficinas e ter esse espaço de troca com os estudantes (Terra, 2025).

Essas oficinas têm como objetivo promover a socialização de saberes entre os/as supervisoras/es de campo e as/os discentes, ampliando o diálogo sobre a prática profissional e fortalecendo o vínculo entre universidade e campo.

Além disso, ações de capacitação foram conduzidas em articulação com o Fórum de Supervisão de Estágio. Nessas ocasiões, foram levantadas demandas por formação em temas específicos relacionados ao trabalho cotidiano e à formação profissional.

Os profissionais colocaram demandas de alguns temas a serem discutidos que envolve o trabalho e que envolve a formação. Então, por exemplo, as TICs nas políticas sociais e na atuação do trabalho profissional, tem sido uma coisa bastante importante de ser debatida. Os profissionais têm colocado pra nós toda a dificuldade de lidar com os novos sistemas, que acabam impedindo o acesso aos clientes. Tem demandas por formação profissional de políticas públicas específicas. Temas dentro do serviço social, a discussão da questão racial, a discussão do capacitismo, a discussão de como atuar com povos e comunidades tradicionais e entender as particularidades desse território. São demandas que os assistentes sociais, nos apresentam enquanto necessidade de formação continuada (Fogo, 2025).

Essas demandas demonstram que há interesse e necessidade real das/os supervisoras/es de campo por capacitações específicas e atualizadas, que respondam aos desafios contemporâneos da atuação profissional. Contudo, a frequência e adesão a essas formações ainda são limitadas, muitas vezes devido à sobrecarga de trabalho, precarização das condições laborais ou à própria falta de sistematização dessas ações por parte das instituições formadoras.

Como estratégia para melhorar a participação, tem-se buscado uma aproximação com a gestão municipal para tentar garantir a liberação das/os supervisoras/es durante sua jornada de trabalho para que possam participar das atividades formativas. No entanto, essa articulação enfrenta muitos desafios, principalmente porque as gestões municipais são frequentemente trocadas, o que implica em mudanças constantes nos quadros de profissionais e fragiliza os

vínculos entre supervisoras/es e a universidade.

A estratégia que o curso tem utilizado ao longo dos anos tem sido a articulação com a gestão municipal. Nessa tentativa de diálogo com a gestão e de compromisso da gestão, como por exemplo, a liberação desse profissional dentro da jornada de trabalho para participar de momentos formativos. Mas isso é um desafio porque quando não acontece esse respaldo, o supervisor, numa condição fragilizada, com acúmulo de trabalho, ele não consegue participar. Então, quando não há o respaldo institucional, não tem condições (Fogo, 2025).

Para tentar superar essas barreiras, a coordenação passou a enviar os convites para participação também às chefias imediatas das/os supervisoras/es, explicando a importância dos eventos para o trabalho e para a formação profissional. Essa estratégia, tem mostrado resultados positivos, aumentando a adesão às atividades formativas e permitindo que mais profissionais sejam liberados/as para participar conforme relata Ar:

Então, eles solicitaram que a gente enviasse para a chefia, explicando o que seria e a importância do evento e da participação do supervisor para o trabalho [...] porque aí a gente já manda para a chefia imediata com um mês de antecedência, avisa o que a gente vai ter e gostaria de solicitar a liberação do profissional, porque vai enriquecer não só o trabalho mas qualificar o profissional. Porque a gente fala, o estágio é isso, é uma troca. Eles formam nossos alunos, mas a gente também qualifica o supervisor e o próprio espaço de trabalho dele. Foi muito interessante, depois que a gente começou a mandar pra chefia imediata (Ar, 2025).

Outro desafio significativo é a precariedade dos vínculos empregatícios das/os supervisoras/es de campo, que geram insegurança quanto à manutenção dos seus empregos, influenciando diretamente sua disponibilidade para as atividades do estágio. A constante rotatividade, demissões e falta de concursos públicos geram dificuldades para manter supervisoras/es permanentes e comprometidas/os.

Nessa mudança do ano toda a gestão foi trocada. O que implicou pro estágio mais desafios ainda, porque a gente teve mudanças de gestor e junto com eles mudanças de quadros de profissionais. Então, meio que a sensação que a gente tem, é desse recomeço o tempo inteiro, dessa parte mais relacional [...] os profissionais supervisores de campo tinham preocupação em relação à manutenção do próprio vínculo com a universidade, com o estágio, em função de que não sabia se estaria no seu vínculo de emprego (Fogo, 2025).

A participação das/os supervisoras/es de campo é marcada por desafios institucionais, organizacionais e de vínculo empregatício, e as estratégias de diálogo com a gestão municipal e comunicação direta com as chefias têm sido importantes para garantir maior envolvimento nas ações formativas promovidas pela universidade.

Em resumo, a supervisão de campo, dimensão essencial para a formação, também é profundamente impactada pelas condições de trabalho dos assistentes sociais nas instituições empregadoras. As jornadas extenuantes, os baixos salários, a exigência de múltiplas atividades burocráticas e a falta de reconhecimento institucional da supervisão como uma atribuição legítima resultam na transformação desse acompanhamento em uma tarefa pontual e protocolar.

Por vezes a supervisão é realizada sem planejamento, em função apenas de garantir a permanência da/o estagiária/o na instituição. Ao mesmo tempo, a presença de estagiárias/os é utilizada para suprir déficits de pessoal, o que reforça o uso do estágio como força de trabalho precarizada. Para muitos profissionais, supervisionar estágio significa assumir mais uma responsabilidade em uma rotina já sobrecarregada e sem a devida contrapartida institucional ou formativa.

Quanto às demandas e desafios da gestão em relação às/aos supervisoras/es acadêmicas/os foram abordados os critérios para definição de supervisoras/es acadêmicas/os, a proporção do número de estagiárias/os em relação às/aos supervisoras/es considerando o que preconiza a PNE, as mediações institucionais e pedagógicas internas ao curso e a articulação entre as/os supervisoras/es acadêmicas/os com as/os supervisoras/es de campo.

A designação das/os supervisoras/es acadêmicas/os segundo as entrevistadas/os, ocorre sem restrição formal, já que todas/os as/os professoras/es têm a prerrogativa de assumir essa função, porém, conforme relatado, algumas/uns docentes não gostariam de atuar como supervisoras/es acadêmicas/os, mas acabam assumindo por limitações do corpo docente.

A cada semestre, levando em conta a previsão de número de alunos que a gente vai ter em estágio, a gente faz a prospecção do número de supervisores que serão necessários. E isso é distribuído nas reuniões de departamento, assim como são atribuídas as disciplinas. Aí a gente depende, sim, da disponibilidade do professor em assumir, esse lugar (Terra, 2025).

O que a gente tem feito e tem deliberado enquanto coletivo, é de que os professores supervisores acadêmicos sejam efetivos. Obviamente, nenhum demérito dos professores substitutos, muito pelo contrário, mas a gente entende que essa parte relacional com os campos, a própria condição do professor substituto, ele já fragiliza muito essa relação do estágio com os campos de estágio, porque é muito eventual esse trabalho dele, muito sazonal. Pode estar aqui num semestre, no outro semestre pode não estar. Então, isso a gente percebeu lá atrás que causa muito impacto relacional com os campos e com os supervisores de campo também. Então, hoje, só professores efetivos ocupam esse espaço da supervisão acadêmica. E é definido em reunião departamental (Fogo, 2025).

No entanto, a realidade é que poucas/os docentes atuam como supervisoras/es acadêmicas/os, limitando as entradas e saídas nesse papel. A deliberação coletiva da coordenação de alguns cursos tem sido a de que apenas professoras/es efetivas/os assumam essa

função, em razão da importância da continuidade e do vínculo relacional com os campos de estágio. Professoras/es substitutas/os, por sua condição eventual, acabam fragilizando essas relações, o que impacta negativamente no estágio e nas instituições parceiras.

A gente tem mestrado e doutorado na faculdade. Então, a gente brinca que que existe os professores da pós e os da graduação. E isso é uma briga interna, principalmente de quem está no estágio. De falar assim: "Gente, como que os professores da pós não veem importância no estágio? É onde tudo começa", porque pra esses professores que são pós, a graduação é: "Nossa, vou voltar pra graduação, voltar a supervisionar estágio?" É como se a supervisão de estágio fosse o começo da vida acadêmica profissional deles. Mas eu entendo que por conta da carga horária deles, como eles já estão dando aula na pós, acaba que eles não têm carga horária pra pegar o estágio, eu imagino (Ar, 2025).

Apesar de algumas/uns docentes da pós-graduação participarem da supervisão acadêmica, há uma distinção entre professoras/es da pós-graduação e da graduação, sendo comum certa resistência das/os professoras/es da pós-graduação à supervisão de estágio, vista como atividade mais vinculada à graduação e ao início da formação acadêmica.

Mas hoje, a gente também tem dois professores substitutos no estágio, que é o que a gente falou: "Não, gente, isso é um absurdo". A gente ter tantos professores na nossa faculdade e colocar duas turmas de professor substituto. Isso é inadmissível. Mas eu sei que é uma luta, porque tem muito professor que não quer ir pro estágio (Ar, 2025).

O número de professoras/es substitutas/os supervisionando estágio é considerado preocupante por esta/e gestora/or, dado o papel fundamental do estágio no início da formação profissional. Essa situação ocorre devido à carga horária das/os professoras/es da pós-graduação, que limita sua disponibilidade para o estágio, além de certa resistência interna para assumir essa função.

Um critério utilizado por uma das coordenações de estágio é manter a/o mesma/o supervisora/or acadêmica/o em todos os períodos de estágio, desde o estágio inicial até o final. Isso visa fortalecer a relação entre a/o supervisora/or acadêmica/o, a/o estudante e os campos de estágio, proporcionando um acompanhamento mais consistente.

Pra facilitar esse momento relacional, nós temos conduzido, na medida do possível, o mesmo professor, a mesma professora supervisora acadêmica do estágio um em todos os outros períodos para que acompanhe essa continuidade, pra que desenvolva essa relação, digamos, mais aproximada, firme e forte com os campos. Então, sendo professora de estágio I, eu vou acompanhar essa turma até o final. Claro que eventualmente sempre existe alunos periodizados que não conseguem acompanhar esse ciclo assim como regra. Ai, tem reuniões de departamento que a gente discute não só o estágio em si, mas toda a distribuição das disciplinas do semestre (Fogo,

2025).

Quanto à proporção estagiária/o e supervisora/or acadêmica/o, foi perguntado se está em conformidade com a PNE que orienta um número de quinze estudantes por supervisora/or. A resposta foi positiva em todos os cursos, considerando em um dos casos a adequação na matriz curricular, na qual era previsto quatro períodos de estágio passando para três períodos, o que ocasionou uma diminuição do número de estudantes em estágio no semestre. Outra situação relatada foi que a redução no número de estudantes que ingressam no curso tem sido significativa, o que tem permitido cumprir as normas de proporção entre estagiárias/os e supervisoras/es:

Se a gente tivesse uma entrada de estudantes no curso tal qual tá prevista no projeto pedagógico, nós não conseguiríamos atender. Ocorre que a gente também passa por um contexto de problemas pra ingresso desses estudantes na universidade. Uma redução muito grande. Diante disso, por uma questão de que não tem entrantes, a gente hoje tá conseguindo não ultrapassar muito essa regra (Fogo, 2025).

Entre as principais demandas apresentadas pela supervisão acadêmica foi mencionada a necessidade de acompanhamento individualizado das particularidades de cada campo de estágio, com contatos diretos com estagiárias/os e supervisoras/es de campo: “Eu acho que essa necessidade de a gente acompanhar individualmente as particularidades, as peculiaridades de cada campo de estágio. Seja num atendimento individual ao aluno, seja na visita ao campo de estágio, no contato com o supervisor acadêmico” (Terra, 2025).

Outro desafio frequente é a construção conjunta dos documentos (plano de estágio e relatório) entre estagiária/o, supervisora/or de campo e supervisora/or acadêmica/o, algo que ainda é um desafio.

Uma demanda que eu entendo que é da supervisão, é a própria construção dos documentos. O plano e relatório especialmente, envolvendo esses três sujeitos. Eu, pelo menos até hoje, não consegui, ter nenhuma experiência de construção conjunta com o estagiário e com o supervisor de campo (Terra, 2025).

Uma das alternativas adotada é orientar as/os estudantes a elaborar o plano de estágio junto à/ao supervisora/or de campo, para posterior apreciação e devolutiva da/o supervisora/or acadêmica/o.

Há também limitações práticas, como a falta de recursos, por exemplo a falta de veículos

para visitas de campo, agravadas por cortes orçamentários. Isso dificulta a realização das atividades planejadas, como as visitas aos campos de estágio. “Atualmente nós não temos carro. Então, como que eu vou, eu enquanto coordenadora de estágio ou enquanto supervisora acadêmica, eu vou fazer o mesmo que a gente vê nos campos de estágio que é supervisor fazendo visita domiciliar com seu carro.” (Água, 2025). Quando surgem casos mais complexos trazidos pelas/os estagiárias/os, há um trabalho conjunto entre gestoras/es e supervisoras/es acadêmicas/os para oferecer suporte, inclusive com visitas em conjunto ao campo.

Quanto à articulação entre supervisão acadêmica e supervisão de campo as/os gestoras/es apresentaram algumas estratégias utilizadas. Ela ocorre principalmente por meio de visitas realizadas aos locais de estágio, onde se observa uma satisfação mútua com a aproximação da universidade ao campo de estágio. Ocorre também por meio de e-mails, contato telefônico, contato via whatsapp, e contatos virtuais como google meet. Também foi apresentada a iniciativa de convidar as/os supervisoras/es de campo para participarem das aulas de supervisão acadêmica onde compartilham sobre sua experiência profissional e sobre o processo de supervisão: “Tem sido bem interessante. Não só pros alunos conhecerem outros campos, além daqueles que eles estão inseridos, mas pro supervisor também. É, se sentir integrante desse processo de formação” (Terra, 2025). Essa iniciativa beneficia tanto as/os estudantes, que conhecem realidades diversas além do seu campo específico, quanto as/os supervisoras/es de campo, que se sentem parte ativa do processo formativo de todas/os as/os estagiárias/os.

Outra estratégia são reuniões periódicas para discutir o estágio de forma coletiva e orgânica, superando a lógica das disciplinas isoladas. “Eu acho que as reuniões de estágio periódicas têm servido muito pra isso, né, pra essa unidade, pra gente pensar de forma bastante orgânica o estágio na nossa realidade, no nosso curso” (Fogo, 2025). Essa articulação entre coordenação de estágio e supervisoras/es acadêmicas/os é fundamental para o funcionamento do estágio.

No âmbito acadêmico, as/os docentes também enfrentam condições laborais precarizadas. A intensificação de atividades burocráticas, a sobrecarga de turmas e as contratações precárias, comprometem o exercício qualificado da supervisão acadêmica que, por vezes, tende a ser reduzida a um acompanhamento formal, desvinculado do rigor teórico-metodológico que deveria nortear a análise da realidade e a construção de propostas interventivas por parte das/os estagiárias/os.

A abordagem em relação às demandas das/os estagiárias/os contribuíram para a análise

da dimensão formativa evidenciando em especial as necessidades dos estudantes trabalhadores; a precariedade da assistência estudantil; a importância da preparação dos estudantes para a supervisão de campo e o uso da extensão como prática de estágio.

Quanto à oferta e distribuição de vagas de estágio, observa-se que, embora os cursos têm conseguido disponibilizar campos para todas/os as/os estudantes, há situações em que algumas/uns estudantes não conseguem realizar o estágio no semestre previsto. Essa dificuldade está, em sua maioria, relacionada à condição de estudante trabalhadora/or, que necessita cumprir o estágio em horários específicos, como no período noturno ou em finais de semana, momentos nos quais a oferta de campos de estágio é limitada ou inexistente, uma vez que a maior parte dos campos de estágio, especialmente os públicos, funciona durante o horário comercial.

Dessa forma, embora não haja uma demanda reprimida expressiva, a incompatibilidade entre os horários disponíveis nas instituições concedentes e a necessidade das/os estudantes trabalhadoras/es torna-se o principal fator limitante para a plena realização do estágio. Muitas/os estudantes acabam postergando o início do estágio, mesmo estando aptos, em função dessa incompatibilidade, ou ainda, desistindo do curso conforme relatado por Ar e Fogo: “A gente tem vários alunos, assim vários não posso dizer, mas eu sei de uns quatro a cinco que saíram do curso ou mudaram pro EAD porque não tinha possibilidade de fazer estágio” (Ar, 2025).

“Nosso aluno é um aluno que trabalha durante o dia para estudar à noite e muitas vezes, em sua grande maioria, não mora no município onde é o campus da universidade, e que precisa se deslocar da sua cidade pelo menos durante a tarde. Então, se o estudante vai chegar na universidade sete horas, ele sai da sua residência do seu município uma hora da tarde, duas horas da tarde ... Então, a gente fala que quando o aluno chega no estágio, os desafios são muito grandes, porque a tendência dele a ou desistir do curso ou deixar pra cumprir o estágio a posteriori, é muito real (Fogo, 2025).

Essa situação revela a importância de uma articulação contínua com as/os estudantes e campos de estágio para discutir e ampliar as possibilidades de horários e atender às demandas individuais das/os estudantes. A incompatibilidade entre a carga horária do estágio e as condições pessoais das/os estudantes gera impactos negativos no processo formativo como demonstra Ar: “Tô com uma aluna que ela é técnica de enfermagem e ela trabalha doze por trinta e seis. Então ela nunca pode fazer, ela nunca pode se ausentar do trabalho, porque ela faz plantão. E ela também nunca vai tá toda semana certinha no estágio” (Ar, 2025).

A inserção em horários fragmentados ou de curta duração prejudica a continuidade e a qualidade da experiência prática, configurando um processo mais burocrático, centrado na

contabilização de horas do que no aprofundamento da vivência profissional. Tal realidade fragiliza o potencial pedagógico do estágio, dificultando que a/o estudante acompanhe a rotina integral e a complexidade das práticas profissionais.

Diante desses desafios, as/os gestoras/es têm buscado, ainda que de forma precária e sem respaldo normativo concreto, estratégias para flexibilizar o estágio, negociando condições que permitam maior aproveitamento da experiência, como a concentração de horas em blocos que possibilitem a participação em atividades significativas, como visitas técnicas ou reuniões de rede.

A condição de trabalhadora/or é indissociável da realidade da maioria das/os estudantes brasileiras/os, os quais precisam conciliar suas responsabilidades laborais formais ou informais com as exigências acadêmicas. Essa dupla jornada compromete o tempo disponível para leituras, produções teóricas, e elaboração de projetos e relatórios de estágio. Além disso, a escassez de vagas remuneradas e a lógica meritocrática dos processos seletivos para estágio favorecem estudantes que já detêm capital cultural, social e econômico, marginalizando aqueles em condições de maior vulnerabilidade. Tal lógica reproduz desigualdades estruturais no interior da formação profissional, o que exige uma crítica contundente por parte das instituições formadoras.

A complexidade dessas questões revela o impacto das condições estruturais sobre a formação profissional e destaca a necessidade de políticas institucionais mais articuladas e eficazes para assegurar condições adequadas para o estágio supervisionado. Essa conjuntura impõe um desgaste considerável às/aos responsáveis pela gestão do estágio, que enfrentam o desafio constante de mediar essas situações e garantir a efetivação.

Quanto a utilização da extensão como campo de estágio, conforme orientado pela PNE, três gestoras/es afirmaram não oferecer esta modalidade e outra/o afirmou já terem utilizado, mas que está suspenso atualmente devido à curricularização da extensão.

A gente já teve, sim. Só que esse semestre até teria, mas a gente tá passando pelo processo de curricularização da extensão. E aí acabou que a gente não abriu esse semestre, até pra gente entender como que vai ficar. Como que a carga horária do estágio iria contar pro estágio e pra extensão..., o aluno teria que estar vinculado à extensão e ao estágio. E como essa questão da curricularização da extensão tá muito recente ainda na universidade, a gente optou em não ter (Ar, 2025).

No que tange à assistência estudantil voltada para a realização do estágio supervisionado, os cursos em sua maioria não dispõem de benefícios exclusivos para essa finalidade. A assistência estudantil oferecida contempla auxílios gerais, tais como alimentação,

moradia, transporte, creche, os quais podem, em algumas situações, ser utilizados para o deslocamento ao campo de estágio. Contudo, não há previsão formal ou específica de auxílio direcionado exclusivamente para as/os estudantes em estágio supervisionado. Conforme Fogo, “A gente tá num contexto de universidade com poucas condições de permanência existem. De modo que poucas bolsas, valores muito reduzidos...quando elas existem, num valor muito abaixo do que essa pessoa necessita pra fins de sua sobrevivência” (Fogo, 2025).

Essa ausência de assistência específica se reflete em desafios significativos para as/os estudantes, especialmente aqueles que precisam conciliar o estágio com outras atividades laborais ou que necessitam de transporte para se deslocarem aos campos de estágio.

Outra questão abordada diz respeito a atividades formativas ou preparação específica voltada à qualificação das/os estudantes para atuarem futuramente como supervisoras/es de estágio. Em um dos cursos é ofertada a disciplina obrigatória “Processo de Supervisão de Estágio em Serviço Social”, no oitavo período, com carga horária de 60 horas, que tem como objetivo preparar as/os estudantes para compreender o processo de supervisão no âmbito do estágio. Há cursos que não tem uma disciplina específica, mas realizam algumas ações em parceria com o CRESS, e outros que reconhecem a necessidade de abordar a função da/o supervisora/or de estágio, a importância da supervisão e os desafios inerentes a esse processo, como podemos observar nas falas de Água e Fogo: “Então, a gente tem feito na disciplina de supervisão quatro, algumas ações junto ao CRESS. Ele participa e explica a questão da supervisão, fala da formação e a gente sempre faz algumas rodas de conversa” (Água, 2025).

Mas eu acho que isso falta. Inclusive, falta de forma mais orgânica, porque a gente identifica que falta nos nossos próprios supervisores de campo. Se o nosso supervisor de campo apresenta o processo de supervisão como um desafio, obviamente, a formação não tem dado conta efetivamente de propiciar isso. (Fogo, 2025).

As ações são realizadas como forma de complementar a formação das/os estudantes nesse aspecto. Os cursos promovem encontros com as/os estudantes para orientá-las/os sobre o processo de estágio, enfatizando aspectos como postura profissional e reconhecimento do papel da/o supervisora/or de campo, entretanto, não há uma formação estruturada e contínua voltada exclusivamente para a supervisão. A abordagem sobre supervisão está presente, de forma fragmentada, em outras disciplinas e oficinas de estágio, que discutem o tema dentro do processo formativo. Há disciplinas que incluem conteúdos relacionados ao processo de supervisão, mas falta uma abordagem mais aprofundada que qualifique as/os futuras/os supervisoras/es de forma consistente.

Esta demanda merece atenção especialmente diante da crescente rotatividade das/os profissionais e das contratações recentes de ex-alunas/os em cargos de supervisão. Esse déficit formativo é sentido no campo de estágio, onde muitas/os supervisoras/es enfrentam dificuldades para exercer plenamente a supervisão

Por fim, há a perspectiva de qualificar as/os supervisoras/es de campo, o que, associado à preparação das/os estudantes para a supervisão, contribuiria para o fortalecimento do processo educativo e a melhoria da experiência formativa no estágio.

A gestão dos estágios supervisionados em Serviço Social apresenta um conjunto de desafios estruturais, institucionais e operacionais que afetam tanto a qualidade do processo formativo quanto as condições de trabalho das/os docentes e profissionais envolvidos/as. As falas evidenciam que, apesar dos esforços empreendidos pelas coordenações, o estágio continua sendo uma dimensão da formação marcada por sobrecarga, desvalorização e lacunas na articulação institucional. As falas sugerem ainda que o enfrentamento efetivo dessas fragilidades exige um movimento mais amplo de reconhecimento político e institucional da centralidade do estágio na formação profissional, o que envolve desde a valorização da função docente nesse processo até a construção de políticas institucionais que garantam suporte e condições reais para a efetivação das diretrizes da profissão.

As propostas para qualificação do estágio supervisionado em Serviço Social, conforme surgem dos depoimentos, evidenciam a necessidade de ações que articulem dimensões pedagógicas, institucionais e políticas, com vistas à valorização do estágio como etapa fundamental da formação profissional. Tais sugestões apontam para alguns pontos principais de intervenção:

- Fortalecimento da cultura institucional do estágio: diz respeito à necessidade de compreender e consolidar o estágio como dimensão formativa estruturante, e não como um momento isolado do currículo. Isso implica envolver as/os estudantes desde os primeiros períodos do curso em reflexões sobre o exercício profissional, não apenas nos últimos anos, mas ao longo do processo formativo. Nesse sentido, defende-se uma integração entre teoria e prática, promovendo debates, visitas técnicas, oficinas e espaços formativos com supervisoras/es de campo e acadêmicas/os desde os primeiros períodos.
- Ampliação do apoio institucional à coordenação de estágio: os relatos revelam uma sobrecarga da coordenação, agravada pela ausência de estrutura para o exercício da função. Destaca-se a necessidade de criação de mecanismos institucionais de apoio, como a previsão de vice coordenadoras/es, a institucionalização de apoio técnico-administrativo e o

reconhecimento da função com carga horária específica, gratificações ou incentivos. Sugere-se, ainda, a criação de núcleos institucionais de apoio ao estágio e inserção da/o assistente social técnica/o, interligando curso, setores administrativos e espaços de exercício profissional para melhorar a comunicação, a interlocução com os campos, acompanhamento discente e implementação de atividades, oficinas e eventos para a qualificação do estágio.

- Formação continuada para supervisoras/es de campo: aponta-se como fundamental a formação permanente das/os assistentes sociais que atuam como supervisoras/es de campo, especialmente frente aos desafios contemporâneos, à rotatividade profissional e à precarização do trabalho. Sugere-se que o Conjunto CFESS-CRESS promova cursos, oficinas e materiais de apoio específicos para essa finalidade, de forma articulada com as universidades. Essas ações visariam qualificar a supervisão direta, minimizar a ocorrência de estágios baseados apenas na observação e ampliar a compreensão sobre a função pedagógica da/o supervisora/or de campo.
- Enfrentamento da desvalorização institucional do estágio: as falas revelam que, na estrutura universitária, o estágio ainda é muitas vezes percebido como uma atividade secundária. Para reverter esse quadro, propõe-se o reconhecimento do estágio como prática de gestão pedagógica essencial, com garantias institucionais. Além disso, indica-se a importância de se revisar as normativas institucionais, como resoluções internas de estágio, para que estejam alinhadas com as especificidades da formação em Serviço Social e com as diretrizes nacionais da profissão.

2.3.3 Aspectos Ético-Políticos da Gestão do Estágio

A gestão do estágio supervisionado no curso de Serviço Social é orientada por um compromisso explícito com o projeto ético-político da profissão, buscando garantir que as práticas formativas estejam alinhadas aos princípios fundamentais do Serviço Social. Esse compromisso transversal permeia todas as etapas do processo de estágio, desde a seleção dos campos até o acompanhamento e avaliação das/os estudantes, promovendo uma formação crítica, reflexiva e comprometida com a transformação social.

O compromisso ético-político da profissão se manifesta na valorização das práticas que reconhecem a centralidade dos direitos humanos, a defesa da justiça social e a luta contra as desigualdades estruturais. A gestão e supervisão do estágio devem empenhar-se em assegurar que os campos de estágio estejam inseridos em instituições que atuem em consonância com

esses valores, evitando situações que possam configurar práticas assistencialistas ou que reproduzam relações de poder e exclusão.

Além disso, esse compromisso implica a formação dos estudantes para o exercício ético da profissão, enfatizando a necessidade do respeito à diversidade e às especificidades dos sujeitos atendidos, a reflexão crítica sobre as condições sociais e políticas das práticas profissionais e o fortalecimento da consciência política das/os futuras/os assistentes sociais. A gestão do estágio, portanto, não se limita a um aspecto burocrático, mas configura-se como um espaço privilegiado para o desenvolvimento de uma prática profissional comprometida com a emancipação e a cidadania.

O projeto ético-político orienta também as relações entre os atores envolvidos no estágio: estudantes, supervisoras/es de campo e acadêmicas/os e gestoras/es, fomentando um diálogo contínuo que contribui para a qualificação do processo formativo e para a consolidação de uma formação profissional crítica e engajada. Essa articulação transversal reafirma o papel do estágio como uma instância estratégica na construção de uma prática social que extrapola a mera aplicação técnica, investindo na formação integral da/o assistente social.

Em suma, a gestão do estágio no curso de Serviço Social traduz um compromisso ético-político que reafirma os princípios que sustentam a profissão, orientando as práticas pedagógicas e profissionais para a promoção da justiça social, o respeito à diversidade e a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

A gestão do estágio supervisionado no curso de Serviço Social revela uma tensão constante entre as normatizações formais que regem o processo e as demandas concretas vivenciadas pelos estudantes e pelas instituições concedentes. Essa mediação entre estrutura e práxis constitui um desafio central para a gestão do estágio, que deve conciliar as exigências legais, curriculares e institucionais com as realidades sociais, políticas e econômicas enfrentadas no cotidiano formativo.

De um lado, a normatização estabelece parâmetros sobre carga horária, critérios de supervisão, campos de estágio e condições para a realização das atividades. Tais normativas visam garantir a qualidade e a uniformidade da formação, bem como o respeito aos direitos das/os estagiárias/os e às diretrizes éticas da profissão. Contudo, essas regras frequentemente colidem com a complexidade e a diversidade das situações práticas, especialmente diante das limitações institucionais, da insuficiência de campos de estágio, e das condições pessoais e sociais dos estudantes, como a necessidade de conciliar estágio com trabalho remunerado.

Essa disparidade entre o que está previsto e o que ocorre efetivamente exige um

exercício constante de mediação, que se traduz em negociações, adaptações e flexibilizações por parte da gestão e das/os supervisoras/es. Por exemplo, a impossibilidade de ofertar estágio noturno ou em finais de semana, a falta de bolsas para custear transporte e alimentação e a dificuldade em adequar horários de estágio às demandas das/os alunas/os trabalhadoras/es são exemplos concretos de desafios enfrentados.

Assim, a práxis da gestão do estágio implica o desenvolvimento de estratégias que transcendam a mera aplicação burocrática das normas, buscando viabilizar o estágio em condições que favoreçam a aprendizagem significativa e o compromisso ético-político. Essa mediação é marcada por um constante esforço de diálogo entre as exigências institucionais, as possibilidades reais dos campos de estágio e as necessidades individuais das/os estudantes, o que demanda sensibilidade, criatividade e compromisso das/os gestoras/es.

Portanto, os conflitos entre normatização e realidade concreta não são apenas obstáculos, mas também espaços produtivos de reflexão crítica e de construção coletiva de soluções, que permitem uma formação mais contextualizada e humana. Reconhecer essas mediações é fundamental para que o estágio cumpra seu papel formativo, promovendo a integração entre teoria e prática e fortalecendo a formação profissional da/o assistente social em consonância com seu projeto ético-político.

No contexto da gestão do estágio em Serviço Social, as estratégias de resistência emergem como respostas institucionais e pedagógicas fundamentais para enfrentar as contradições e limitações impostas pela normatização, pelas condições institucionais e pelas demandas concretas das/os estudantes. Tais iniciativas buscam garantir a efetivação do estágio supervisionado enquanto espaço formativo, mesmo diante das dificuldades estruturais e organizacionais.

Uma das principais estratégias observadas refere-se à flexibilização dos campos e horários de estágio, buscando contemplar as necessidades dos estudantes que, muitas vezes, precisam conciliar o estágio com o trabalho remunerado ou outras responsabilidades pessoais. Embora a normatização estabeleça parâmetros rígidos, as/os gestoras/es do estágio têm buscado negociar com as instituições concedentes para ampliar as possibilidades de estágios noturnos, em finais de semana ou em horários alternativos, reconhecendo a importância de garantir o acesso e a permanência desses estudantes no processo formativo.

No âmbito pedagógico, a oferta de oficinas e disciplinas específicas, como a disciplina de Processo de Supervisão de Estágio, e as rodas de conversa promovidas em parceria com o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), configuram iniciativas que fortalecem o

compromisso ético-político e a preparação crítica dos estudantes. Essas ações promovem reflexões sobre a realidade do estágio, fortalecem a consciência profissional e preparam os futuros assistentes sociais para lidarem com os desafios do campo prático.

Além disso, a mediação constante entre gestoras/es, supervisoras/es de campo e estudantes representa uma estratégia institucional essencial para garantir que as exigências legais e curriculares sejam cumpridas sem perder de vista as especificidades do contexto de cada estudante. Essa interlocução permanente possibilita ajustes, orientações e apoio que minimizam os impactos negativos das limitações estruturais, como a falta de bolsas específicas para estágio, transporte e alimentação.

Outro aspecto relevante de resistência é o esforço coletivo das/os profissionais e docentes para manter a qualidade e a dimensão ética do estágio supervisionado, mesmo diante da precarização de condições, rotatividade dos supervisores e desafios administrativos. Esse compromisso reflete o projeto ético-político do Serviço Social, que orienta a formação de profissionais críticos e comprometidos com a transformação social.

Em síntese, as estratégias de resistência institucionais e pedagógicas configuram-se como espaços de contestação e de construção de alternativas que buscam superar as contradições entre normatização e realidade prática, assegurando o direito dos estudantes a uma formação integral e significativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar os desafios, estratégias e possibilidades ético-políticas apresentados na gestão do Estágio Supervisionado em Serviço Social. Ao desvelar esses desafios buscou-se tornar visíveis aspectos que, muitas vezes, permanecem ocultos ou pouco explorados nas práticas de gestão do estágio, especialmente em relação às complexidades éticas e políticas que permeiam essa experiência formativa. Assim, esta pesquisa buscou identificar tanto as dificuldades quanto as potencialidades que contribuem para qualificar a formação do assistente social.

Ao revelar essas dimensões, aprofundou-se a compreensão sobre como os princípios ético-políticos do Serviço Social são incorporados e tensionados no cotidiano do estágio, ressaltando a importância de uma gestão que dialogue com os valores da profissão e com os desafios sociais contemporâneos.

O Serviço Social possui uma trajetória marcada por conquistas significativas no campo das normatizações que regulam a formação profissional, em especial no que se refere ao Estágio Supervisionado. Ao longo dos anos, a categoria consolidou diretrizes e regulamentações que garantem a qualidade e a efetividade desse espaço formativo, reconhecendo-o como fundamental para a articulação entre teoria e prática. Tais avanços normativos são essenciais para assegurar uma formação de qualidade, capaz de preparar profissionais técnicos e eticamente comprometidos para enfrentarem desafios complexos da realidade social atual.

Pensar a formação, o estágio e a supervisão em Serviço Social sem problematizar os ataques aos direitos sociais, o sucateamento da universidade pública, o avanço da mercantilização da educação, os cortes orçamentários no ensino superior público e o aligeiramento da formação profissional, significa desconsiderar aspectos estruturantes da realidade que conformam os desafios do cotidiano profissional. Nesse contexto, destaca-se a importância da capacidade coletiva das/os assistentes sociais de identificar e compreender as conexões entre essas determinações estruturais do capitalismo e seus impactos nas manifestações particulares da realidade.

Conforme discutido no primeiro capítulo, essa capacidade analítica permitiu à categoria construir estratégias político-jurídicas importantes que, embora ainda insuficientes para superar integralmente os desafios vivenciados por estudantes, supervisoras/es e demais pessoas diretamente envolvidas no estágio, contribuem para a resistência diante das ofensivas do capital. Esse movimento dialético, que se dá a partir das transformações políticas, econômicas

e sociais, é fundamental para buscar estratégias de enfrentamento e aprimoramento na formação e no exercício profissional. Dentre essas estratégias, destacam-se a Lei de Regulamentação da Profissão, o Código de Ética, as resoluções atuais do CFESS/CRESS e, especialmente, a Política Nacional de Estágio.

Essas conquistas, frutos de lutas coletivas, devem ser compreendidas como marcos importantes que revelam a capacidade da categoria em responder aos desafios, ainda que parcialmente. Novas respostas e estratégias deverão emergir também de reflexões coletivas que envolvam toda a categoria, pois não será por meio de posicionamentos isolados que se enfrentarão os impasses da formação e do trabalho profissional.

Nesse sentido, é imprescindível romper com posturas que mantêm a profissão excessivamente focada em suas dinâmicas internas, desconsiderando as relações sociais mais amplas e as influências externas que atravessam seu exercício profissional. Da mesma forma, tanto a postura messiânica, que atribui à profissão um poder superdimensionado, quanto a postura fatalista, que a vê como limitada e impotente diante das contradições sociais, contribuem para o imobilismo e negam a complexidade do projeto ético-político do Serviço Social.

Este projeto deve orientar as escolhas teóricas, éticas e políticas que norteiam a formação profissional, influenciando diretamente a concepção e o exercício do estágio e da supervisão em Serviço Social, reafirmando o compromisso da categoria com a transformação social e a emancipação humana.

Nesse contexto, os desafios colocados ao estágio e à supervisão são múltiplos e concretos, decorrentes de um complexo jogo de interesses antagônicos que se materializam no cotidiano de trabalho. Parte significativa desses dilemas emerge do confronto entre distintas concepções de estágio e supervisão, que expressam projetos distintos de universidade, de educação e de sociedade.

De um lado, há uma perspectiva que compreende o estágio como mero treinamento, voltado às demandas imediatas das instituições e, especialmente, do mercado de trabalho. Nessa lógica, a/o estagiária/o é vista/o como força de trabalho suplementar, suprimindo a ausência de profissionais em determinados espaços institucionais. A supervisão, quando reconhecida, é tratada como mais uma tarefa atribuída ao profissional, frequentemente sem as condições necessárias para seu adequado exercício.

Por outro lado, defendemos uma concepção de estágio como componente curricular essencial, que proporciona à/o estudante a aproximação crítica com a realidade profissional,

sem perder de vista sua natureza pedagógica. Nesse marco, a supervisão é entendida como um processo didático e dialógico, orientado pelos princípios éticos e políticos que fundamentam o projeto de formação profissional, conforme expressos nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Essas concepções se mantêm em constante tensão, e seus desdobramentos incidem diretamente sobre a qualidade do estágio e da supervisão. Em alguns contextos, estudantes e supervisoras/es acabam por se submeter às exigências do mercado, esvaziando o caráter formativo do estágio. Especialmente quando remunerado, o estágio passa a ser compreendido como instrumento de permanência estudantil, diante da insuficiência de políticas públicas de assistência, convertendo-se, muitas vezes, em espaço de reprodução de tarefas burocráticas e administrativas, sem mediação crítica ou acompanhamento sistemático.

A supervisão, tanto de campo quanto acadêmica, também é impactada por esse cenário. Supervisoras/es de campo, sobrecarregadas/os, transferem atividades às/aos estagiárias/os ou não conseguem oferecer o acompanhamento necessário. Por sua vez, docentes responsáveis pela supervisão acadêmica, pressionadas/os por múltiplas demandas institucionais, enfrentam dificuldades para manter a articulação com as/os supervisoras/es de campo.

Diante desse cenário, reafirma-se a importância de defender uma formação que promova a articulação entre teoria e prática, em consonância com os fundamentos do projeto ético-político do Serviço Social. O estágio supervisionado constitui um espaço privilegiado de síntese entre teoria e prática, onde os conhecimentos acadêmicos são tensionados pela realidade concreta e ganham novos sentidos. Essa concepção não deve se limitar ao estágio, mas orientar toda a trajetória formativa, reconhecendo que é na relação dialética com a prática que se consolida uma formação crítica, ética e politicamente comprometida.

Assim, reforça-se a necessidade de que estudantes e profissionais se reconheçam como classe trabalhadora. Esta compreensão é essencial para o reconhecimento da importância do rigor teórico-metodológico, que nos permite decifrar as determinações sociais, econômicas e políticas que conformam o trabalho profissional. Somente esse rigor pode nos afastar de concepções fatalistas ou messiânicas, ainda presentes na cultura profissional.

É preciso considerar que a/o assistente social está inserida/o na divisão sociotécnica do trabalho e, portanto, sujeita/o a inúmeras limitações impostas pela lógica do mercado capitalista. A própria Política Nacional de Estágio reconhece essa realidade e reafirma a importância da indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, as quais devem ser compreendidas como uma unidade dinâmica e dialética.

O estágio, nesse cenário, deve constituir um espaço privilegiado de desenvolvimento da

reflexão crítica não apenas sobre as demandas profissionais, mas também sobre a estrutura institucional dos campos de estágio, as condições de vida da população usuária, o desenho das políticas sociais e o próprio trabalho da/o assistente social. Quando orientado por uma proposta pedagógica crítica, o estágio permite à/ao estudante assumir uma postura investigativa fundamental para a produção de conhecimentos teóricos e interventivos.

Se o estágio cumprir essas funções, ele contribuirá para a formação do perfil profissional comprometido com o projeto ético-político do Serviço Social. Ademais, a prática do estágio se torna, também, um espaço formativo para as/os supervisoras/os tanto acadêmicas/os quanto de campo, uma vez que, no exercício de suas atribuições, são igualmente desafiadas/os a refletir e qualificar sua própria prática profissional.

Assim, o estágio precisa viabilizar a articulação entre o espaço de formação e o trabalho profissional, garantindo uma conexão efetiva entre estagiárias/os, a supervisão de campo e a supervisão acadêmica. Essas dimensões não podem se desenvolver de maneira fragmentada. Ao contrário, devem integrar um processo coletivo e sistemático de ensino-aprendizagem, que esteja ancorado no compromisso com a formação crítica e na defesa intransigente da universidade pública socialmente referenciada.

Isso significa, entre outras coisas, que a universidade, o estágio e os projetos pedagógicos devem estar vinculados às necessidades e demandas dos segmentos historicamente excluídos do acesso à riqueza socialmente produzida. O ensino, a pesquisa, a extensão e, também, o estágio precisam estar a serviço da transformação social.

Nesse sentido, é possível afirmar que a Política Nacional de Estágio, formulada em 2009, permanece atual frente às demandas da formação profissional, entretanto, a implementação dessa política enfrenta diversos dilemas, contradições e desafios, que precisam ser permanentemente problematizados.

A gestão do estágio supervisionado no curso de Serviço Social, conforme analisado ao longo desta pesquisa, revela-se como um espaço dinâmico e estratégico de articulação entre o projeto ético-político da profissão e as complexas realidades vividas no cotidiano acadêmico e institucional. Longe de se restringir à função administrativa ou ao cumprimento de normativas, a gestão do estágio configura-se como uma prática política e pedagógica que exige permanente mediação entre os princípios formativos da profissão e as condições concretas dos sujeitos envolvidos.

Essa gestão é perpassada por um compromisso inegável com os fundamentos éticos e políticos do Serviço Social, compromisso este que orienta desde a escolha dos campos até o

acompanhamento sistemático das/os estudantes. Entretanto, ao mesmo tempo em que a normatização estabelece diretrizes fundamentais para assegurar a qualidade da formação, ela frequentemente se confronta com os limites impostos por uma realidade marcada por desigualdades sociais, institucionais e econômicas.

Nesse contexto, a gestão do estágio assume o desafio de criar e implementar estratégias de resistência e de negociação que, ao mesmo tempo em que respeitam os marcos legais e acadêmicos, acolhem as especificidades e demandas das/os estudantes e dos campos. A flexibilização de horários, a ampliação de canais de diálogo, a oferta de atividades complementares e o fortalecimento do vínculo com entidades representativas da profissão emergem como estratégias que possibilitam sustentar o estágio enquanto espaço formativo crítico, mesmo diante da precariedade.

Conclui-se, portanto, que a gestão do estágio no Serviço Social é, por excelência, um campo de disputa e afirmação do projeto profissional, em que se constroem cotidianamente caminhos para a formação de assistentes sociais comprometidos com a transformação social, a defesa dos direitos humanos e a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

Nesta direção, é fundamental destacar a importância dos espaços coletivos de gestão do estágio, tais como comissões, núcleos ou equipes formadas por assistentes sociais, docentes e estudantes, enquanto instrumentos estratégicos para a qualificação do processo formativo. Esses espaços possibilitam a articulação entre diferentes saberes e experiências, promovendo o diálogo constante entre os atores envolvidos, assegurando uma gestão mais democrática, participativa e comprometida com o projeto ético-político da profissão. A atuação coletiva nestes fóruns fortalece a capacidade de mediação entre as exigências normativas e as demandas concretas do cotidiano, contribuindo para a construção de soluções compartilhadas e para o aprimoramento contínuo do estágio, garantindo, assim, uma formação integral, crítica e socialmente comprometida das/os futuras/os assistentes sociais.

Em síntese, os desafios que envolvem o estágio e a supervisão no Serviço Social exigem reflexão constante, posicionamento crítico e ação coletiva. A formação profissional, o estágio e a supervisão são espaços estratégicos para afirmar esse projeto, que permanece em disputa, mas cuja relevância é inegável no contexto atual.

Investir em uma gestão democrática, participativa e ética do estágio supervisionado é imprescindível para fortalecer a profissão e contribuir para que o Serviço Social siga exercendo seu relevante papel na sociedade.

Por fim, ressalta-se que esta pesquisa não se esgota nas análises aqui apresentadas, mas se configura como uma contribuição para a compreensão da complexidade da gestão do estágio supervisionado em Serviço Social. Ao revelar desafios, estratégias e possibilidades, este estudo abre espaço para novas indagações e debates, indicando a necessidade de aprofundamento contínuo sobre as dinâmicas ético-políticas que permeiam a formação profissional. Dessa forma, espera-se que esta investigação sirva de inspiração para futuras pesquisas, ampliando o diálogo acadêmico e fortalecendo a construção coletiva do conhecimento na área.

Retomando a metáfora dos elementos da natureza que inspiraram a identificação das/os participantes desta pesquisa, reafirma-se que o Serviço Social é luta e resistência, mas também é poesia. É como a terra, que sustenta os caminhos; como o ar, que permite respirar, inspirar e seguir em frente; como o fogo, que aquece e encoraja a luta; e como a água, que faz fluir, brotar, florescer e “*esperançar*”.

"É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo *esperançar*;
porque tem gente que tem esperança do verbo *esperar*.

Esperançar é se levantar,
esperançar é ir atrás,
esperançar é construir,
esperançar é não desistir..."

(Paulo Freire – *Pedagogia da Esperança*)

REFERÊNCIAS

ABEPSS. CEDEPSS. Diretrizes para o curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro e 1996). **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7, p. 58-76, 1997.

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio em Serviço Social**. Brasília, DF, 2009.

ABEPSS. Nota referente ao estágio supervisionado no período de isolamento social para o combate ao novo coronavírus (sars-cov-2). In: **Temporalis**, Brasília (DF), ano 20, n. 39, p. 275-278, jan./jun. 2020.

ABEPSS. **Parâmetros para organização dos fóruns de supervisão de estágio em Serviço Social**. 2018. Disponível em:

<https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/parametros_para_organizacao_2018-201812061313072227140.pdf>. Acesso em: 17 abril. 2025.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. As contrarreformas do ensino superior e a luta pela educação de qualidade. **Serviço Social & Saúde**, Campinas, SP v. 11, n. 1 (13), p. 7-26 jan./jun. 2012.)

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Memória: 80 anos do Serviço Social no Brasil: O III CBAS "O Congresso da Virada" 1979. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 181-186, jan./abr. 2017. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/GDPCRVTTVQMwKcB3ywdzjRP/?lang=pt>> Acesso em: 06 jul. 2023.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: **CFESS, Serviço Social: Direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS, 2009. 701-717p.

BAPTISTA, M. V. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. 3.ed. São Paulo: Veras Editora, 2013.

BENEVIDES, Geis de Oliveira. **Gestão e Serviço Social: desafios teórico-práticos para a formação e trabalho profissional**. 2017. 263 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, Franca, 2017. Orientadora: Maria José de Oliveira Lima.

BRASIL. **Lei nº 1889, de 13 de junho de 1953**. Dispõe sobre os objetivos do ensino do serviço social, sua estruturação e ainda as prerrogativas dos portadores de diplomas de Assistentes Sociais e Agentes Sociais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/11889.htm. Acesso em 06 jul. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 35.311, de 2 de abril de 1954**. Regulamenta a Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1954/D35311.html. Acesso em 06 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 3252, de 27 de agosto de 1957**. Revogada pela Lei nº 8.662, de 7.6.93.

Regulamenta o exercício da profissão de assistente social. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3252.htm. Acesso em: 06 jul. 2023.

BRASIL. Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 set. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em: 19 set. 2022.

BRASIL. Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jun. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. Acesso: 19 set. 2022.

CAPUTI, Leslieane. **Supervisão de Estágio em Serviço Social: tempos de mundialização do capital - desafios cotidianos e (re)significados**. (Tese Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista- Franca 2014.

CAPUTI, Leslieane. **Supervisão de Estágio em Serviço Social**. Campinas: Papel Social, 2021.

CAPUTI, Revista Serviço Social em Perspectiva Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022. **Anais do III Encontro Norte Mineiro de Serviço Social**. p. 496.

CFESS. **Código de Ética profissional dos(as) assistentes sociais**. Brasília, DF, 1993.

CFESS. Resolução nº 533, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 01 out. 2008. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2022.

CFESS. **ABEPSS divulga a Política Nacional de Estágio em Serviço Social**. Data de publicação: 12 de abril de 2010. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/noticia/view/383>>. Acesso em: 15. Abril. 2025.

CHAUÍ, Marielna. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. N. 24. Set /Out /Nov /Dez 2003. Disponível em: <scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: Maio. 2025.

CHIAVENATO, I. **Introdução a teoria geral da administração**. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CRUZ NETO, Otávio Guilherme. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FONAPRACE, Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Pesquisa do Perfil Socioeconômico e cultural dos estudantes das IFES**.

Belo Horizonte: FONAPRACE. 1997. Disponível em: <
<http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/pesquisa-do-perfil-socioecon3b4mico-dos-estudantes-de-graduac3a7c3a3o-das-ifes3.pdf>> Acesso em: Maio. 2025.

FORATTINI, C. D.; LUCENA, C. Adoecimento e sofrimento docente na perspectiva da precarização do trabalho. **Laplage em Revista**, Sorocaba, n. 2, v. 1, p. 32- 47, maio/ago. 2015. Disponível em:
 file:///C:/Users/naty_/Downloads/ADOECIMENTO_E_SOFRIMENTO_DOCENTE_NA_PERSPECTIVA_DA%20(1).pdf. Acesso em 22 maio 2025.

GANDIM, Danilo. **A prática do planejamento participativo**: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. 14ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GAZOTTO, Mireille Alves. **Políticas Públicas Educacionais**: uma análise sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil no contexto da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM. 2014. 141 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, Franca, 2014. Orientadora: Célia Maria David.

GEREMIAS, Eduardo B.; PUSTIGLIONE, Luiz Carlos A. B. A universidade pública brasileira entre a autonomia constitucional e os interesses do capital. In: JUNIOR, H. B. M. Q; PUCCINELLI (org.). **Questões urgentes da universidade**. Maceió: Coletivo Veredas, 2021. 205 p. (e-book).

GIOMETTI, A. B. R.; CARRIJO, D.; PEQUIÁ, R. R. S. Legislações, normativas e estratégias políticas: o fortalecimento do estágio supervisionado em Serviço Social. In: LIPORONI, A. A, R, C.; OLIVEIRA, C.A.H.S.; PIANA, M.C.; LIMA, M.J.O. (org.) **Estágio supervisionado em Serviço Social**: fundamentos, significados e perspectivas. Curitiba, PR: CRV, 2017 – Coedição: São Paulo, SP: Cultura Acadêmica Editora, 2017. 180 p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: **CFESS, Serviço Social: Direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS, 2009. 701-717p.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GUERRA, Yolanda. O estágio supervisionado como espaço de síntese da unidade dialética entre teoria e prática: o perfil do profissional em disputa. SANTOS, C. M; LEWGOY, A. M; ABREU, MHE **A supervisão de estágio em Serviço Social**: aprendizados, processos e desafios. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. Disponível em:
 <<https://www.passeidireto.com/arquivo/75322552/artigo-supervisao-yolanda-guerra>> Acesso em: 17 abril 2025.

GUERRA, Yolanda.; BRAGA, Maria Elisa. Supervisão em Serviço Social. In: **CFESS, Serviço Social: Direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS, 2009. 532-552p.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda V. O serviço social na cena contemporânea. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. 15-50p

LEITÃO, Thiago; MORICONI, Gabriela; ABRÃO, Mariangela; SILVA, Dayse. Uma análise acerca do boicote dos estudantes aos exames de avaliação da educação superior. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 43, p. 85–101, jan./abr. 2010.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

LEWGOY, Alzira M.B. **Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e exercício profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTIELLI, Maria Lucia. (Org.) **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

NETTO, J. P. Introdução ao método da teoria social. In: **CFESS, Serviço Social: Direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS, 2009. 667-700p.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2017. 424 p.

OLIVEIRA, André Ricardo. A sociedade do capital e as tendências para o ensino superior no Brasil. In: JUNIOR, H. B. M. Q; PUCCINELLI (org.). **Questões urgentes da universidade**. Maceió : Coletivo Veredas, 2021. 205 p. (e-book).

OLIVEIRA, C.A.H.S.; WALHERS, M.L.S. O. Estágio Supervisionado em Serviço Social e sua centralidade na práxis profissional. In: **Estágio Supervisionado em Serviço Social: fundamentos, significados e perspectivas**. LIPORONI, A. A.R.C; OLIVEIRA, C.Q.H.S.; PIANA, M.C.; LIMA, M.J.O. (organizadoras). Curitiba, PR: CRV, 2017.

ORTIZ, Fátima da Silva Grave. A Política Nacional de Estágio e a supervisão direta: avanços e desafios. **Temporalis**. Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 203-219, jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7196/5845>> Acesso em: 15. Abril. 2025.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2016.

PEREZ, Davi; LARA, Ricardo. **Consolidação e atualidade do Capitalismo Dependente no Brasil: a contribuição de Florestan Fernandes**. Temporalis, [S. l.], v. 15, n. 29, p. 39–63, 2015. DOI: 10.22422/2238-1856.2015v15n29p39-63. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/9321>. Acesso em: 31 mar. 2025.

RAICHELIS, Raquel; ARREGUI, Carola C. **O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia.** In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2020, p. 134 – 152.

RAMOS, Adriana. **O trababalho profissional do assistente social e suas possibilidades: reflexões sobre as dimensões constitutivas do Serviço Social** / Adriana Ramos, Fátima Grave Ortiz, Luciana Gonçalves Pereira de Paula. – Juiz de Fora, MG : Editora UFJF / Selo Serviço Social, 2023.

RIBEIRO, Eleusa Bilemjian. O estágio no Processo de Formação dos Assistentes Sociais. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. (Org.). **Serviço Social: temas, textos e contextos: coletânea nova de Serviço Social.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SANTOS, Claudia Monica dos. **Na prática a teoria é outra?** Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

SANTOS, Claudia Monica. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. **Revista Conexão Geraes.** CRESS-MG, n.3, 2º semestre 2013.

SILVA, Laira Lúcia dos Santos; PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de; SILVA, Nicole Cristina Oliveira. Serviço Social e Planejamento: reflexões sobre o exercício profissional do/da Assistente Social. In: GUERRA, Y.; LEITE, J. L.; ORTIZ, F. G. **Temas contemporâneos em Serviço Social – uma análise de seus fundamentos.** Campinas: Papel Social, 2019.

SILVA, Marcos Antônio da; ANGELS, Paula. A Questão universitária no Brasil: da necessidade de criação ao desejo de privatização. In: JUNIOR, H. B. M. Q; PUCCINELLI (org.). **Questões urgentes da universidade.** Maceió : Coletivo Veredas, 2021. 205 p. (e-book).

SOUZA FILHO, R.; GURGEL, C. **Gestão democrática e Serviço Social: princípios e propostas para a intervenção crítica.** São Paulo: Cortez, 2016.

YAZBEK, Maria Carmelita. A dimensão política do trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014. disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n120/05.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2025.

APÊNDICE A - Convite para Participação em Pesquisa Científica**Convite para Participação em Pesquisa Científica**

Franca, ___ de _____ de 2025.

Prezada/o (Nome da/o Participante),

Gostaríamos de convidá-la/lo a participar da pesquisa científica intitulada: “Gestão do estágio supervisionado em Serviço Social no contexto das Universidades Públicas Federais de Minas Gerais”, vinculada ao curso de Mestrado do Programa de Pós- Graduação em Serviço Social da UNESP – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Campus de Franca. O objetivo da pesquisa é desvelar e analisar os desafios, estratégias e possibilidades ético políticas de gestão do Estágio Supervisionado em Serviço Social dos cursos presenciais de graduação em Serviço Social das Universidades Públicas Federais de Minas Gerais. Acreditamos que suas experiências e suas valiosas percepções poderão contribuir significativamente para os resultados desta pesquisa.

Enfatizamos alguns pontos importantes:

- Sua participação é voluntária. Você tem o direito de se recusar a participar ou de desistir a qualquer momento, sem que isso acarrete qualquer penalidade ou represália de qualquer natureza.
- Não há riscos previsíveis relacionados à sua adesão a esta pesquisa. Todos os procedimentos serão realizados de forma segura e respeitosa.
- Todos os dados coletados durante a pesquisa serão tratados com o mais rigoroso sigilo. As informações confidenciais ou sensíveis que possam causar constrangimento ou prejuízo serão protegidas e sua identidade será mantida em total anonimato. Os dados serão usados exclusivamente para os fins da pesquisa.
- A pesquisa será realizada através de entrevista semiestruturada on-line com aplicativo de vídeo chamada pelo Google Meet, por meio de link a ser disponibilizado na ocasião da entrevista. É garantido à/ao participante o direito de não responder qualquer questão sem a necessidade de explicação ou justificativa. Caso autorize a entrevista poderá ser gravada.

Agradecemos pela sua atenção e esperamos contar com sua contribuição, que será de grande valor para o avanço do conhecimento na área da Formação e Trabalho Profissional em Serviço Social. Se concordar em participar, por gentileza, confirme respondendo a este e-mail, se possível até o dia ___/___/2025.

Caso tenha qualquer dúvida ou precise de mais informações, estamos à disposição.

Atenciosamente,

Pesquisadora: Suely Aparecida Alberto Melo. Assistente Social. Mestranda em Serviço Social Contato:
suely.melo@unesp.br – (34) 9 9131-5771

Orientadora: Profa. Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira Contato:
cirlene.oliveira@unesp.br – (16) 9 9965-1170

APÊNDICE B - Termo de Compromisso Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DA/O PARTICIPANTE: _____

DATA DE NASCIMENTO: __/__/__. IDADE: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: _____ Nº _____ GÊNERO: M () F ()

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: ____ CEP: _____ FONE: _____

Eu, _____, declaro, para os devidos fins ter sido informada/o verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **Gestão do estágio supervisionado em Serviço Social no contexto das Universidades Públicas Federais de Minas Gerais**. O projeto de pesquisa será conduzido por Suely Aparecida Alberto Melo, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, orientada pela Profa. Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C. Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: Dissertação, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. A pesquisa tem como objetivo geral desvelar e analisar os desafios, estratégias e possibilidades ético políticas de gestão do Estágio Supervisionado em Serviço Social dos cursos presenciais de graduação em Serviço Social das Universidades Públicas Federais de Minas Gerais. Será realizada entrevista via Google Meet, a partir de um roteiro norteador. Fui esclarecida/o sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, ____ de ____ de ____.

Assinatura da/o participante

Pesquisadora Responsável:

Endereço:

Tel:

E-mail:

Orientadora:

Endereço:

Tel:

E-mail:

APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista

Roteiro de Entrevista

GESTÃO – questões gerais

1. Você está na gestão do estágio há quanto tempo?
2. Como é definida a gestão/coordenação de estágio? (revezamento, eleição, espontânea, afinidade na área, periodicidade) Quais critérios?
3. Desempenha outros cargos de gestão no curso, além do estágio?
4. Você realiza supervisão acadêmica? () sim () não
5. Em qual instância do curso são discutidas/deliberadas as questões referentes ao estágio? (NDE, Conselho, Departamento, Comissão, Outra/citar)
6. Quais são suas atribuições enquanto gestora do estágio?
7. Como se dá a operacionalização do estágio? ou quem? (elaboração dos documentos de estágio; abertura/credenciamento dos campos de estágio; orientação; encaminhamento das vagas; recebimento e arquivo de documentos)
8. Realizam Fórum Local de Estágio? Se sim, qual a periodicidade? Como acontecem?
9. Quais os principais desafios apresentados no período da pandemia?
10. Há rebatimentos advindos do período pandêmico? Quais?
11. Existem implicações dos cursos EAD nos estágios em sua instituição?
12. Há algum ponto referente às regulamentações do estágio que considera necessitar de revisão/adequação/atualização? Qual/is?
13. Quais os maiores desafios/ fragilidades apresentados na gestão do estágio e quais estratégias são utilizadas para o seu enfrentamento?

GESTÃO – questões relacionadas às/aos supervisoras/es de campo

14. Quais as principais demandas apresentadas pelas/os supervisoras/es de campo?
15. Há algum tipo de capacitação para as/os supervisoras/es de campo?
16. Como é a participação/envolvimento das/os supervisoras/es de campo nas atividades/cursos/reuniões do curso? Quais estratégias utilizam?

GESTÃO – questões relacionadas às/aos supervisoras/es acadêmicas/os

17. Como são definidas/os as/os supervisoras/es acadêmicas/os?
18. A relação do número de estagiárias/os por supervisora/o acadêmica/o corresponde ao previsto na PNE?
19. Quais as principais demandas apresentadas pelas/os supervisoras/es acadêmicas/os?
20. Como se dá a articulação das/os supervisoras/es acadêmicas/os com as/os supervisoras/es de campo? (visitas, reuniões, supervisão conjunta)

GESTÃO – questões relacionadas às/aos estagiárias/os

21. Quais as principais demandas apresentadas pelas/os estagiárias/os?
22. Há demanda de estágio para estudantes trabalhadoras/es? Quais estratégias são utilizadas para a inserção dessas/es estudantes no estágio?

23. Vocês utilizam as atividades de extensão como prática de estágio?
24. Há demanda reprimida por vagas de estágio? Se sim, quais fatores contribuem para essa dificuldade?
25. O curso oferece a possibilidade de realização de estágio não obrigatório? Como se dá essa oferta?
26. O curso oferece alguma disciplina, atividade formativa ou preparação específica voltada à qualificação das/os estudantes para atuarem futuramente como supervisoras/es de estágio?
27. Existe algum tipo de assistência estudantil (como auxílio transporte, bolsa, alimentação ou outra forma de apoio) voltada especificamente para a realização do estágio supervisionado?

Finalizando...

28. Quais são os maiores desafios/fragilidades enfrentados pela gestão do estágio em relação às/aos estagiários, supervisoras/es de campo e supervisoras/es acadêmicas/os? E quais estratégias são utilizadas para o seu enfrentamento?
29. Tem alguma sugestão/proposta para a implementação/qualificação do estágio supervisionado?
30. Tem mais alguma questão que gostaria de destacar?

ANEXO A - Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: GESTÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS DE MINAS GERAIS.

Pesquisador: Suely Aparecida Alberto Melo

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 86951725.0.0000.5408

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.467.197

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, cujo título é GEstão do Estágio Supervisionado em SErviço Social no contexto das Universidades Públicas federais de Minas Gerais. A proposta foi muito bem escrita e organizada, tem objetivos bem definidos e caminho metodológico adequado. O estudo será realizado através de pesquisa bibliográfica e documental e pesquisa de campo envolvendo 04 universidades federais de minas gerais que possuem o curso de Serviço Social. O projeto traz critérios de seleção dos participantes da entrevista semi-estruturada.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral: Desvelar e analisar os desafios, estratégias e possibilidades éticopolíticas de gestão do Estágio Supervisionado em Serviço Social dos cursos presenciais de graduação em Serviço Social das Universidades Públicas Federais de Minas Gerais.

Objetivos Específicos:

- ¿ Conhecer a estrutura dos cursos no que concerne a política de estágio: organização, implementação e operacionalização do componente curricular estágio supervisionado;
- ¿ Analisar os principais desafios da gestão do estágio supervisionado em Serviço Social nestas Universidades;
- ¿ Identificar as estratégias e possibilidades ético-políticas implementadas pelos cursos

na gestão do estágio supervisionado.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A autora informa que não há riscos previsíveis relacionados a esta pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, cujo título é GEstão do Estágio Supervisionado em SErviço Social no contexto das Universidades Públicas federais de Minas Gerais. A proposta foi muito bem escrita e organizada, tem objetivos bem definidos e caminho metodológico adequado. O estudo será realizado através de pesquisa bibliográfica e documental e pesquisa de campo envolvendo 04 universidades federais de minas gerais que possuem o curso de Serviço Social. O projeto traz critérios de seleção dos participantes da entrevista semi-estruturada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta:

Termo Consentimento Livre e Esclarecido

Autorização de 04 universidades públicas federais. Folha de rosto

Recomendações:

não há recomendações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto de pesquisa é muito interessante, tem relevância acadêmica. É um estudo qualitativo, com foco na experiência da gestão do estágio supervisionado em Serviço Social no âmbito de 04 universidades federais do estado de Minas Gerais. Traz objetivos bem definidos bem como caminho metodológico adequado. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica, documental e de campo com proposta de realização de entrevistas com critérios bem estabelecidos de inclusão e exclusão.

Considerações Finais a critério do CEP:

O projeto de pesquisa é muito interessante, tem relevância acadêmica. É um estudo qualitativo, com foco na experiência da gestão do estágio supervisionado em Serviço Social no âmbito de 04 universidades federais do estado de Minas Gerais. Traz objetivos bem definidos bem como caminho metodológico adequado. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica, documental e de campo com proposta de realização de entrevistas com critérios bem estabelecidos de inclusão e exclusão. Apresenta as autorização de 04

universidades públicas federais para a realização da pesquisa. Parecer aprovado ad referendum do colegiado pelo coordenador deste Comitê de Ética.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_ROJETO_2418531.pdf	12/03/2025 21:59:26		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado.pdf	12/03/2025 21:41:41	Suely Aparecida Alberto Melo	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacao_pesquisa_UFJF.pdf	07/03/2025 14:37:45	Suely Aparecida Alberto Melo	Aceito
Outros	Roteiro_entrevista.pdf	26/02/2025 21:57:25	Suely Aparecida Alberto Melo	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_convite_participacao.pdf	26/02/2025 18:24:50	Suely Aparecida Alberto Melo	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacao_pesquisa_UFVJM.pdf	26/02/2025 18:12:33	Suely Aparecida Alberto Melo	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacao_pesquisa_UFU.pdf	26/02/2025 18:12:22	Suely Aparecida Alberto Melo	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacao_pesquisa_UFTM.pdf	26/02/2025 18:09:59	Suely Aparecida Alberto Melo	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rostoassinada.pdf	26/02/2025 17:59:30	Suely Aparecida Alberto Melo	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Continuação do Parecer: 7.467.197

FRANCA, 26 de Março de 2025

Assinado por:
José Fernando Siqueira da Silva
(Coordenador(a))